

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**ENTRE CARTAS E JORNAIS: OS DISCURSOS SOBRE A GUERRA DO  
PARAGUAI (1864-1870) COMO UMA AFIRMAÇÃO IDENTITÁRIA**

Monique Hellen Santos Reis Cerqueira

São Cristóvão  
Sergipe – Brasil  
Março de 2019

MONIQUE HELLEN SANTOS REIS CERQUEIRA

**ENTRE CARTAS E JORNAIS: OS DISCURSOS SOBRE A GUERRA DO  
PARAGUAI COMO UMA AFIRMAÇÃO IDENTITÁRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito obrigatório para obtenção de título de Mestre em História, na Área de Concentração Cultura e Sociedade. Linha de pesquisa: Relações Sociais e Poder.

Orientadora: Profa. Dra. Edna Maria Matos Antônio

São Cristóvão  
Sergipe – Brasil  
Março de 2019

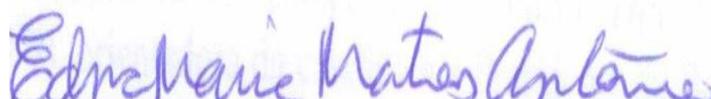
MONIQUE HELLEN SANTOS REIS CERQUEIRA

**ENTRE CARTAS E JORNAIS: OS DISCURSOS SOBRE A GUERRA DO PARAGUAI (1864-1870) COMO UMA AFIRMAÇÃO IDENTITÁRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito obrigatório para obtenção de título de Mestre em História, na Área de Concentração Cultura e Sociedade. Linha de pesquisa: Relações Sociais e Poder.

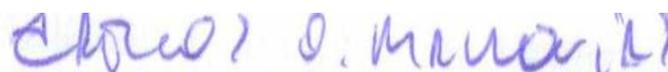
Orientadora: Profa. Dra. Edna Maria Matos Antônio

Aprovada em 29 de março de 2019.



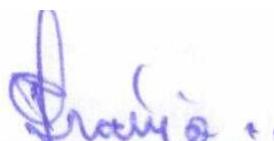
---

Profa. Dra. Edna Maria Matos Antônio  
Universidade Federal de Sergipe



---

Prof. Dr. Carlos de Oliveira Malaquias  
Universidade Federal de Sergipe



---

Prof. Dr. Tiago Gomes de Araújo  
Professor do Instituto Federal de Educação,  
Ciência e Tecnologia de Goiás

*Dedico esta dissertação a meu tesouro mais  
precioso, meu filho, Diogo Jonas.*

## AGRADECIMENTOS

Foram tantos percursos até chegar aqui, momentos de angústias e de felicidade que duelavam no meu inconsciente. Creio que, a vida acadêmica, é realmente isso, um esforço constante para manter os pés no chão em busca de um sonho.

As experiências, adquiridas com a pesquisa, trouxeram amadurecimento não só científico como pessoal. Graças aos recursos destinados aos estudantes de Mestrado da UFS sem bolsa de pesquisa, eu pude viajar para o Rio de Janeiro para colher fontes essenciais da pesquisa, as quais foram fundamentais no desenvolvimento do trabalho. Agradeço à coordenação do PROHIS - UFS do primeiro período de 2018 pela solicitude de recursos junto a CAPES.

A bolsa de mestrado, por ser rotatória, demorou um ano para que algumas companheiras e eu pudséssemos receber. Mas, os recursos disponibilizados incentivaram o olhar pesquisador para aquisição de livros e participações em eventos, como também a compreender que ser estudante é sim um trabalho árduo e precisa ser reconhecido enquanto tal. Infelizmente, os incentivos à pesquisa neste país se tornaram limitados, dificultando o trabalho intelectual, todavia é em meio essa adversidade que construímos discursos ainda mais fortes para que a posteridade seja esclarecida sobre as amarras que a cercam, sociedades conscientes provocam mudanças. Mesmo assim, obrigada, CAPES, pelo curto período concedido a mim como bolsista.

Nesta jornada, eu não poderia me esquecer dos exemplos que eu me espelhava para manter firme a construção desta dissertação. Primeiramente, gostaria de agradecer a minha orientadora por sempre acreditar em mim desde a graduação, a professora Edna Maria Matos Antônio, uma mulher extremamente competente no que faz e tudo é transmitido com bastante leveza. Claro que os puxões de orelha fazem parte, como uma mãe que se preocupa com os seus filhos, e assim o foi, sempre querendo ver o melhor de mim. Obrigada de coração, te adoro demais!

O segundo pilar que me deu estabilidade foi o professor Carlos de Oliveira Malaquias. Se pudesse definir o que é ser professor, ele seria a melhor definição. Um homem dedicado, inteligente em todos os aspectos, humilde com seus alunos e sempre disposto a ajudar a todos. Proferiu cada palavra de incentivo durante esta escrita, mostrando o quanto eu era forte e capaz, não me deixou abalar diante das dificuldades, e estas foram muitas durante este ano de mestrado. Obrigada por ter sido fundamental e, além de tudo, um amigo.

Sou grata às minhas amigas que dividiram esses anos, Márcia Oliveira e Lívia Maria, pois fomos fonte de sustentabilidade e conforto uma das outras. Amizade que começou ainda nos corredores da arguição do projeto de seleção do Mestrado, foi uma conexão de almas. Apareceu, então, Caroline Aciole e fechamos o pacote. Construimos nossa amizade regada a risadas, em meio às tormentas das disciplinas, nas discussões dos churrascos onde tínhamos as melhores ideias acadêmicas, como a da fundação da primeira revista de História do Mestrado: Horizontes Históricos; bem como os choros e o desespero durante as pesquisas, mas que nenhum momento nossa amizade deixou o elo enfraquecer. Como também minha melhor amiga de todos os momentos, que sempre segurou minha barra com os melhores conselhos, Raisia Texeira. Amo vocês, meninas!

Por fim, agradeço à espiritualidade maior por sempre me inspirar no caminho certo de sabedoria e crescimento, atrelado a um dos pilares que formam a base do ser humano, a família. Obrigada aos meus pais Valdemira Meneses e Aldeni Marques por se sacrificarem para eu sempre ter um estudo de qualidade com tão pouco, além de minha tia e madrinha Adelma Marques por desde criança me ensinar o valor do conhecimento. Ao meu irmão Herbert Henrique, por ser o meu companheiro desde a infância e me ajudar com sua maturidade e discernimento. Aos meus avós Teresa Francisca e Paulo Marques, que me deixaram no meio do caminho, causando um buraco na minha alma.

As emoções não foram contidas ao escrever estas linhas finais, no entanto a vida é assim, nos vemos em breve, amo todos com uma magnitude indescritível.

## SUMÁRIO

RESUMO .....	8
ABSTRACT .....	9
ABREVIATURAS .....	10
INTRODUÇÃO.....	11
<b>Capítulo 1.Contextualizando a Guerra do Paraguai.....</b>	<b>21</b>
1.1. O Início do Conflito na Historiografia.....	21
1.2. Relações Diplomáticas no Prata: As intenções do Barão de Mauá.....	27
1.3. A Situação do Brasil no Pós-Conflito .....	41
<b>Capítulo 2.Identidades Políticas Nacionais no Século XIX .....</b>	<b>45</b>
2.1. Identidades Políticas Nacionais no século XIX: A idealização das identidades no processo de construção dos Estados Nacionais dos Países do Prata.....	45
2.2. As Vertentes da Política Imperial .....	53
2.3. Poder Moderador ou Poder Concessor?.....	54
2.4. Embates Ideológicos: a manipulação dos discursos político-partidários nos jornais .....	56
<b>Capítulo 3.Entre Cartas e Jornais: o discurso sobre a Guerra do Paraguai como afirmação identitária .....</b>	<b>79</b>
3.1. A formação da Cultura Nacional no Império.....	79
3.2. O Nacionalismo e a Cultura Nacional .....	79
3.3. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na Construção de uma Cultura Nacional.....	82
3.4. A Função Intelectual: um ideólogo da cultura nacional. ....	89
3.5. Entre Cartas e Jornais: o discurso sobre a Guerra do Paraguai como afirmação identitária.....	92
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>110</b>
<b>REFERÊNCIAS: .....</b>	<b>113</b>

## RESUMO

A Guerra do Paraguai (1864-1870) ou Guerra da Tríplice Aliança, comumente mais chamada pelos países platinos, foi um dos eventos do Segundo Império responsável por promover um incipiente sentimento de pertencimento entre os brasileiros do século XIX. Dessa forma, a pesquisa buscou compreender as estratégias políticas usadas pelo Império com a guerra, analisando a identidade política que fora forjada durante o período, de modo que mantivesse a concordância e a estabilidade entre as províncias, além de toda representatividade simbólica para manipular essa construção no imaginário coletivo da sociedade no pós-guerra. Acha-se pertinente a ideologia criada sobre a guerra e refletida na questão da identidade como ferramenta usada para integrar e consagrar a monarquia. Assim, foram usadas fontes primárias como os principais jornais em circulação da época, haja vista os periódicos serem redes de sociabilidade que permitem expressar os debates ideológicos de determinado grupo social e seu poder de influência nas massas; duas cartas do Barão de Mauá (1813-1889) enviadas a Manuel Antônio da Rocha Faria (1830-1894), um dos líderes do corpo de Voluntários da Bahia, e ao conselheiro José Maria Paranhos (1819-1880), referentes às tensões e negociações antes e pós-conflito; duas cartas de Francisco Octaviano de Almeida Rosa (1825-1889) ao Barão de Penedo (1815-1916) discutindo sobre a situação política do Império; além de um documento sobre a construção de uma fábrica de pólvoras na província de Mato Grosso retirando a “inocência” de um Brasil que não pensou em uma guerra. Ademais, percebemos que o jogo político partidário influenciou para o enfraquecimento das estratégias políticas em torno da guerra, apesar da construção simbólica evocada sobre o patriotismo pelos intelectuais nos jornais.

**Palavras-chave:** Guerra do Paraguai. Identidade Política. Império.

## ABSTRACT

The War of the Paraguay (1864-1870) or War of the Triple Alliance commonly called more by the platinum countries was one of the events of the Second Empire responsible for promoting an incipient feeling of belonging among the Brazilians of century XIX. In this way, the research sought to understand the political strategies used by the Empire with the war, analyzing the political identity that was forged during the same, so that it maintained the concordance and stability between the provinces, besides all symbolic representativeness to manipulate this construction in the imaginary postwar society. It is pertinent to the ideology created about war and reflected in the question of identity as a tool used to integrate and consecrate the monarchy. Thus, primary sources were used as the main newspapers in circulation of the time, since the periodicals were networks of sociability that allowed to express the ideological debates of a certain social group and its power of influence in the masses; two letters of the Baron of Mauá (1813-1889) sent to Manuel Antônio da Rocha Faria (1830-1894), one of the leaders of the body of Volunteers of Bahia and the adviser José Maria Paranhos (1819-1880) referring to the tensions and negotiations before and post-conflict, two letters from Francisco Octaviano de Almeida Rosa (1825-1889) to the Baron of Penedo (1815-1916) discussing the political situation of the Empire, as well as a document on the construction of a gunpowder factory in the province of Mato Grosso removing the "innocence" of a Brazil that did not think about a war. In addition, we perceive that the party political game influenced to the weakening of the political strategies around the war despite the symbolic construction evoked on the patriotism by the intellectuals in the newspapers.

**Keywords:** War of Paraguay. Political Identity. Empire.

## **ABREVIATURAS**

APM – Arquivo Público Mineiro

BN – Biblioteca Nacional

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

## INTRODUÇÃO

A Guerra do Paraguai (1864-1870) ou Guerra da Tríplice Aliança, como é mais conhecida pelos países platinos, foi um dos maiores conflitos militares ocorridos no século XIX. De proporções maiores do que a Guerra Civil Americana, no que se refere ao caráter sanguinário (RICCI *apud* MOTA, 1995, p.1), repercutiu nas demais nações mundiais por tamanha magnitude. Envolveu Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, sendo as principais causas, atribuídas pela nova historiografia da guerra, as disputas fronteiriças pela hegemonia da região do Prata.

Antes do estourar do conflito, a região do rio da Prata mostrava-se um local controverso e as causas envolvem precisamente a livre navegação na bacia, desde os primórdios de sua colonização.<sup>1</sup> Os principais países envolvidos na guerra passavam por profundas mudanças em suas estruturas, tentando fixarem-se como nações independentes e soberanas para a constituição do Estado nacional. Para tanto, precisavam consolidar territórios e conter desentendimentos internos.

Ademais, a guerra impulsionou o processo de formação das identidades regionais na região platina, mesmo que, para algumas, isso pareça ter ocorrido de uma maneira fragilizada como foi o caso do Brasil. Para Carvalho (2014), atribui-se à Guerra do Paraguai o primeiro acontecimento de identificação nacional em que brasileiros de todas as províncias se uniram para enfrentar a ameaça externa, inicialmente, com certo entusiasmo patriótico, visto que o que se via anteriormente, até mesmo após a independência, era o sentimento de pertencimento local e o antilusitanismo. A partir desse evento, pode-se analisar as estratégias políticas utilizadas pela monarquia imperial para tentar forjar e consolidar a ideia de identidade nacional.

O despertar do século XIX foi assinalado por movimentos de caráter nacionalista na Europa que repercutiram no mundo. Denominado, pelo historiador Eric Hobsbawm (1990), de a Primavera dos Povos, as Revoluções Liberais ocorridas na França nos anos de 1830 e 1848 trouxeram vertentes de cunho político e social. O autor utiliza o nacionalismo como construção fundamental para amparar a unidade política e nacional, sendo o governo diretamente ligado ao conceito de nação, pois é ele que cria formas burocráticas para tais requisitos emergirem, mas não de forma assumida por um sentimento de identificação

---

<sup>1</sup> No período colonial, após a criação do Vice Reino do Rio da Prata, Buenos Aires foi porto de entrada e saída de produtos locais, que provocava desentendimentos com as regiões vizinhas que buscavam ter os mesmos privilégios, como é o caso do Paraguai. (MENEZES, 1998).

nacional único. Na Alemanha, por exemplo, a nacionalidade estava ligada à língua comum falada, já na França do século XIX, a língua foi relegada a segundo plano, tendo importância à nação, que estava disposta a adotar leis, valores cívicos como as liberdades e as características em comum do povo livre. Essa análise da nacionalidade partiu do pressuposto de dois itens: a linguagem e a etnicidade, uma vez que pela linguagem os indivíduos pertenciam simbolicamente a uma coletividade e diante da etnia sentiam-se pertencentes a um grupo de origem comum e de descendência.

Portanto, Hobsbawm descarta que o determinante da existência de uma nação não seria só a vontade de ser dos habitantes daquele território ou sua consciência de pertencer àquela totalidade. A questão nacional está enraizada na política, na tecnologia e nas transformações sociais, sendo produto da transição do capitalismo que exigiu essas mudanças para permitir a universalização do fenômeno e a própria adesão às novas entidades. Não só esse autor, mas também outros cientistas sociais contemporâneos, como Benedict Anderson, conceituam nação como *comunidades imaginadas*, e a possibilidade histórica de imaginar esse tipo de unidade só ocorreu de fato quando três conceitos culturais básicos da sociedade medieval entraram em decadência: a ideia de língua escrita monopolizada por elites religiosas, a crença na sociedade organizada de maneira natural em torno de dogmas hierárquicos e a concepção de temporalidade, relacionada a paradigmas messiânicos (ANDERSON, 2008, p. 70). Ela é imaginada, pois, mesmo seus membros não se conhecendo ou se encontrando, partilham de uma mesma simbologia análoga a ele, o que o faz pertencente à mesma sociedade.

No Brasil, as discussões sobre identidade nacional partem do pressuposto da etnicidade, posto que, na metade do século XIX, as questões referentes à raça e sua conceituação ganham espaço nas ciências sociais. Estudiosos como Sílvio Romero e Nina Rodrigues buscavam definir a identidade nacional atrelada à raça e seu enquadramento no meio geográfico. Para Sílvio Romero (1943 *apud* SOUZA, 2004), a nossa identidade estava associada à mestiçagem e, se somos racialmente inferiores por sermos mestiços, ela poderia ser algo bom após ser concluído o processo de fusão para o embranquecimento, porque chegaríamos a uma nova raça superior.

Os intelectuais do século XIX<sup>2</sup> apresentavam o Brasil como país no caminho da civilização e que, com o passar dos anos, tudo se encaixaria e seríamos uma nação com uma raça única e desenvolvida. Assim, descreviam essa teoria:

---

<sup>2</sup> Dentre esses intelectuais destacam-se: Adolf Varhagen, Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha. Ambos pensavam em uma nacionalidade construída a partir da unidade étnica.

Sabe-se que na mestiçagem a seleção natural, ao cabo de algumas gerações, faz prevalecer o tipo da raça mais numerosa, e entre nós, das raças puras a mais numerosa, pela imigração europeia, tem sido e tende ainda mais a sê-lo, a branca (...). Dentro de dois ou três séculos, a fusão étnica estará talvez completa e o brasileiro mestiço bem caracterizado (ROMERO *apud* SOUZA, 2004, p. 21).

Segundo Renato Ortiz (2014), o modelo de identidade nacional criado no século XIX acabou despertando no povo um sentimento de pouco reconhecimento por usar a raça, que naquela época era considerada inferior, e o meio circundante por ser propício a pessoas menos aptas ao trabalho; ao contrário de outras nações que se valeram da língua e da superioridade de seu povo.

O índio foi caracterizado como o *bom selvagem*, evidenciado para ajudar na construção da identidade como um símbolo do nosso passado histórico e por despertar o imaginário com as particularidades locais. Apesar de o movimento indianista sofrer críticas por parte do Sílvio Romero, ao fazer o resgate histórico em busca da origem do nacionalismo centrado na figura do índio, ele foi um movimento de grande destaque nas obras literárias, principalmente em José de Alencar, que buscava através de uma leitura histórico-sociológica reinterpretar o encadeamento da nacionalidade a partir da contribuição do indígena para a língua e cultura brasileira.

Para alguns pensadores, como Hall (2006) e Smith (1991), a identidade nacional é construída de acordo com os interesses e aspirações de sua época, sendo moldada, portanto, a partir de elementos díspares na busca da totalidade, mesmo que não se obtenha uma forma coesa, visto que essa construção não conjectura a uma integração social. Assim, a Nação constitui uma comunidade cultural imaginária ou um universo simbólico de referência, já a identidade configura-se como um projeto que qualifica o real, transfigurando-o e atribuindo-lhe sentidos preciosos (PESAVENTO, 2000).

O Estado Imperial foi o responsável por incentivar os intelectuais na tentativa da criação de uma identidade, pois era preciso traçar um perfil para a Nação brasileira que fosse capaz de moldar uma cultura nacional, inserindo-se no conjunto das demais nações do século XIX na constituição da nacionalidade. O que não foi uma tarefa fácil, em razão de existir uma grande diversidade cultural. Para Gramsci (2010), os intelectuais têm um papel importante na organização e elaboração da cultura de uma sociedade sendo capaz de ajudar na construção de hegemonias, posto que o discurso identitário pode ser avaliado com uma construção cultural. O intelectual tem o papel de mediador na sociedade, por meio de seu discurso ideológico,

acaba transformando a teoria em prática, sendo o porta voz do grupo ao qual ele pertence, usando dessas estratégias discursivas para legitimar o poder e a autoridade de um grupo sobre o outro.

Por ser construída por um grupo acadêmico seletivo, a ideia de Nação brasileira já carregava o estigma de ser excludente ao partir do princípio de usar como modelo a civilização europeia e fazer da nacionalidade um desdobramento desta, exigindo esforços para adequar a realidade social brasileira a esse modelo. Assim, tem-se como responsável por essa difusão o Instituto Histórico e Geográfico brasileiro (1838) que no século XIX serviu como impulsionador ao lançar as bases para a formação da memória e do imaginário coletivo da nacionalidade, tendo a Revista do órgão como centro de discussão das ideias políticas e culturais que envolviam toda organização social daquele período.

Dessa forma, o modelo de nacionalidade pensado pelo IHGB surge, segundo Guimarães, a partir dessas discussões sobre a escrita da história nacional. Posto que,

É sobre esse pano de fundo mais amplo dessa discussão que o IHGB encaminhará suas reflexões acerca do Brasil, realizando a tarefa de sistematizar uma produção historiográfica capaz de contribuir para os desenhos dos contornos que se quer definir para a Nação brasileira. (GUIMARÃES, 1988, p.7).

Portanto, apesar da produção nacional ser construída doravante uma elite ilustrada sendo subsidiada pela monarquia imperial, ao contrário do que se fazia na Europa no âmbito das universidades, a Revista do IHGB se torna indispensável para compreensão dessa instituição.

As produções acadêmicas do IHGB buscaram dar sentido a uma história que envolvesse a população, visto que essa identidade cultural serviria para manter o estado unido e organizado, fugindo de influências externas como era o caso das nações vizinhas que passavam por movimentos republicanos.

Logo, pensamos ser necessário investigar mais a fundo o uso político dessa identidade a partir da Guerra do Paraguai no pós-conflito, tendo em vista quais estratégias simbólicas e políticas foram utilizadas para manipular esse sentimento de amor à pátria incipiente surgido. Como o Estado Imperial usou a experiência da guerra para tentar construir um sentido de coesão entre as províncias? Quais elementos forjados no conflito compunham essa

identidade? Considerando-se que, as identidades nacionais oferecem tanto a condição de membro do Estado-Nação político, quanto uma identificação com a cultura nacional (HALL, 1992, p. 58). Buscando, por conseguinte, através das identidades, perceber a sociedade brasileira oitocentista como uma construção política e cultural, dado que as representações do mundo social são concebidas a partir do grupo que as forjam.

Assim, poderíamos identificar as relações de poder como um discurso exercido pela monarquia imperial, principalmente o meio ideológico, para garantir uma organização coletiva que buscava forjar uma identidade a partir do conflito. A pesquisa investigou fontes primárias como cartas do Barão de Mauá (1813-1889) trocadas com Manuel Antônio da Rocha Faria (1830-1894), um dos líderes do corpo de Voluntários da Bahia, e com o conselheiro José Maria Paranhos (1819-1880), referindo-se à situação ante e pós – guerra das questões que envolviam o Prata e o Brasil; duas cartas de Francisco Octaviano (1825-1889) ao Barão de Penedo (1815-1906) sobre as disputas político-partidárias em torno da monarquia e a guerra, além do documento sobre a construção de uma fábrica de pólvoras idealizada antes de estourar o conflito.

O alargamento conceitual provocado no século XX sobre o que seria o documento deu ao pesquisador um leque de possibilidades de contar com materiais e vestígios; cartas, diários, inventários, testamentos, fotografias, filmes, músicas, pinturas, etc., incentivado pela interdisciplinaridade com outras ciências e a assimilação de suas práticas, tais como: a economia, a sociologia, a área jurídica e a demografia, só para pontuar algumas. (SAMARA; TUPY, 2007). Essa amplitude exige do pesquisador novas habilidades, que além de procurar métodos e técnicas de pesquisa, precisa estabelecer o entrelaçamento entre os diversos componentes do tema estudado para criar um discurso que seja coerente.

A análise dos documentos, na perspectiva histórica, requer um trato minucioso para se extrair as informações necessárias sem anacronismos e o historiador, ao usar a hermenêutica, dialoga com as fontes fazendo a crítica interna e externa. A escrita possibilita não só a transmissão do que se lê, mas a mensagem que se quis passar nas entrelinhas: o porquê e o para quê? (SAMARA; TUPY, 2007).

O documento apresenta-se de duas formas para o pesquisador, o manuscrito e o impresso. Nos dias atuais, a versatilidade de se poder entrar em contato direto com a fonte através de sua forma impressa ou até mesmo por programas de *softwares*, possibilita ao historiador romper barreiras não só de espaço físico para coletas de dados e armazenamentos, como também no auxílio nos métodos e técnicas de pesquisa (SAMARA; TUPY, 2007).

Destarte, foram analisados jornais da época como o *Diário de São Paulo* (Agosto de 1865), *Jornal do Comércio* (Janeiro e Março de 1870), *a Reforma* (Março de 1870), *Diário do Povo* (Julho e Agosto de 1867), *Jornal Diário de Notícias* (Julho de 1872), *Jornal D. Pedro II* (Setembro de 1871), todos do Rio de Janeiro; *Jornal A Regeneração* (Janeiro de 1870) de Santa Catarina; e o *Conservador* (Março de 1870) de Minas Gerais, em que aparecem a identificação nacional com a guerra, como também críticas sobre a postura de D. Pedro II com relação às comemorações do pós-guerra e aos jogos de interesses políticos dos grupos liberais e conservadores de como o papel do conflito seria usado pela monarquia. Todas essas fontes podem ser consultadas online no site da Biblioteca Nacional.

Atrelado às fontes primárias, a pesquisa fez uso de: 1 – Leituras e coleta de dados em livros biográficos, tais como: *D. Pedro II* (2007) de José Murilo de Carvalho, *As Barbas do Imperador* (1998) de Liliam Schwarcz, *Barão de Mauá empresário do Império* (1995) de Jorge Caldeira. 2 – Memórias: *Cartas dos Campos de Batalha da Guerra do Paraguai* (1997) do cônsul inglês Richard Burton e *História da Guerra do Paraguai* (1976) do general prussiano Max Von Versen e outros acerca do tema possibilitando um aprofundamento nas análises da documentação. 3 – Diários de guerra: *Reminiscências da Campanha do Paraguai* (1980) do general Dionísio Cerqueira. 4 – Bibliografias Renomadas: *Guerra do Paraguai: Escravidão e Cidadania na Formação do Exército* (1990) de Ricardo Salles, *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai* (2002) do então especialista em História das Relações Exteriores Francisco Doratioto, *Guerra do Paraguai: como construímos o conflito* (1998) de Alfredo da Mota, essas que trazem perspectivas sobre o conflito de vários pontos.

Por conseguinte, foram analisadas obras que retratam o contexto político e econômico do Império, tais como: *A economia do Império brasileiro* (2004) dos autores Afonso de Alencastro e Douglas Libby, *A economia do Brasil Império* (2010) do Marcelo de Paiva, o capítulo do Rafael de Bivar Marquese e Dale Tomich: “*O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX*” (2010) no volume 2 da coleção Brasil Imperial, organizado pela Keila Grimberg e o Ricardo Salles, *História Econômica do Brasil* (1945) de Caio Prado Júnior e outros trabalhos acadêmicos que possam ter alguma relevância para o tema em questão. Nesse sentido, as discussões sobre o contexto político e econômico durante o período estudado possibilita uma maior aproximação da memória nacional construída, a qual foi responsável por propor uma identidade para a nação baseada nos discursos, na memória e nas relações de poder.

O estudo sobre identidades abre um leque de perspectivas de investigação em que se torna possível indagar as criações do imaginário coletivo e como este é inserido na

organização social. Dessa forma, a pesquisa foi pensada para dar continuidade e aprofundar os estudos já desenvolvidos pela pesquisadora sobre a Guerra do Paraguai, porém com objeto ampliado para análises de seu uso na construção da identidade nacional brasileira durante o Império.

A problemática da identidade brasileira na Guerra do Paraguai já foi objeto de estudo em uma tese de doutorado produzida pelo historiador Tiago Gomes de Araújo (2012), sendo uma boa iniciativa para esse campo de investigação partindo da História Social, pois, através das análises cotidianas do conflito platino, o autor consegue identificar a construção da identidade por meio das sociabilidades, e que esse sentimento de identidade surge não de uma forma coerente, mas são essenciais para atuação do Brasil na guerra. A pesquisa em questão se diferencia ao partir do pressuposto da análise da identidade política usada durante e após o conflito, elucidando discussões centradas em como foram as tentativas de proporcionar estabilidade à monarquia através das representações acerca dessa ideologia identitária que vinha sendo forjada principalmente nos periódicos.

O jogo político que envolveu a Guerra do Paraguai acaba mostrando as tensões e negociações que a norteia para legitimação das relações de poder de um grupo sobre o outro; sendo assim, nosso objeto encontra-se situado no campo historiográfico da História Política renovada.

A História Política tradicional ainda era atrelada a tudo que envolvia o Estado, sendo suas fontes baseadas em documentos oficiais. Entretanto, a partir do surgimento na França da Escola dos Annales, houve um alargamento do conceito de fontes, conseqüentemente a História Política, que só enfocava datas, grandes heróis, o nacional e o particular, recebeu duras críticas, vista como sinônimo de atraso historiográfico, chegando até ser negado seu pertencimento à História (RÉMOND, 2003).

Nos anos 1970 e 1980, inicia-se uma discussão entre os historiadores sobre como formular uma História Política dissociada do factual e que pudesse abranger o político em sua realidade e especificidade, articuladas à noção de social e ao conceito de representação. Assim, o contato com outras disciplinas e ciências sociais foi responsável por essa renovação da História Política, uma vez que essa influência resultou no caráter interdisciplinar da mesma.

Portanto, a História Política passou por uma mudança de paradigma e admite em sua análise representações das mentalidades, das ideias, da memória, que são responsáveis por dar sentido às manifestações sociais e assim compreendê-las em sua plenitude. (RÉMOND,

2003). A pesquisa proposta aborda essa perspectiva, busca a análise do uso político da identidade nacional (ela mesma um artefato) como uma construção no imaginário coletivo que possibilitasse uma forma de integração e consagração da monarquia. Para isso, utilizou os jornais em circulação da época da guerra bem como após, os quais permitiram realizar uma identificação e análise das manifestações desses elementos.

Atualmente, a história das relações de poder com seus desdobramentos mostra ao pesquisador um campo muito amplo na pesquisa histórica, não só observar o fato pelo viés político em suas constantes tensões e negociações, posto que o político em si é atrelado ao econômico, ao social e ao cultural; não se pode compreender o político sem estas interligações.

Foi a partir disso que a discussão de poder saltou como principal ponto de partida para compreender as estratégias usadas por D. Pedro II com a Guerra do Paraguai, pois o mesmo não viria só do Estado ou das grandes instituições, mas nas relações cotidianas entre familiares, comunidades, como também entre o poder exercido de um indivíduo sobre outro, enfim, no meio social. À vista disso, o fator cultural é também responsável por mostrar as representações que uma determinada sociedade faz de si mesma. Partindo desse pressuposto, a ideia de identidade nos permitirá conhecer essa representação social, posto que nosso objetivo estende-se também em identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler (CHARTIER, 1990, p. 16-17).

Durante a época do conflito, o Brasil estava no apogeu do Império, as estruturas do Estado-Nação pareciam se consolidar e a modernização surgia lenta com a substituição gradual da mão de obra escrava pela imigrante. Aparentemente, o sentimento regional se sobrepunha ao nacional, situação que começou a ser modificada com a eminência de uma ameaça externa. De acordo com Carvalho (2012), apesar de uma convocação às pressas para formação do chamado Voluntários da Pátria<sup>3</sup>, homens e mulheres, brasileiros de todas as partes, se uniram em defesa de um ideal: a causa nacional, supomos ocorrer por causa da apelação do governo para o patriotismo dos cidadãos. No entanto, com o prolongamento da guerra, o entusiasmo do início foi afetado, porém a semente estava germinada e seus reflexos

---

<sup>3</sup> O governo imperial criou, por decreto do dia 7 de Janeiro de 1865, os Corpos de Voluntários da Pátria. Nestes podiam alistar-se, por livre vontade, cidadãos entre dezoito e cinquenta anos para servir no exército. (DORATIOTO, 2002, p. 114).

ecoaram por todas as províncias passada a tormenta. O próprio imperador D. Pedro II por se fazer sempre presente se tornou um símbolo para a Nação.

Assim sendo, pensou-se ser válido analisar a importância política da guerra como forma de ajudar a forjar a unidade nacional e os impactos do conflito no decorrer do fim do Império. Por esse viés, esta pesquisa pode servir para discutir questões ainda existentes sobre o significado da Guerra do Paraguai para a História do Brasil partindo do perfil das identidades e qual sua importância na consolidação da política nacional.

Portanto, as questões norteadoras que envolvem as identidades na Guerra do Paraguai surgiram como um objeto de estudo muito peculiar por distinguir as ideologias durante o Império brasileiro antes e no pós-conflito, as representações em torno da figura do imperador e da monarquia, além do simbolismo que foi imbuído no imaginário coletivo das pessoas permanecendo vivo mesmo após a República.

Deste modo, a presente dissertação de Mestrado encontra-se dividida em três capítulos, a dizer:

O primeiro capítulo, intitulado *Contextualizando a Guerra do Paraguai*, procurou esboçar os principais motivos que envolvem o início do conflito de acordo com a historiografia propondo uma análise detalhada da produção do passado até as discussões mais recentes. Em seguida, tratou-se das relações diplomáticas entre os países envolvidos durante o clima de tensão para o estourar da guerra e a perspectiva do Barão de Mauá sobre possíveis soluções para se evitar uma guerra no Prata. Relatamos também da análise da situação do Brasil no antes e pós-conflito baseada em duas correspondências pessoais enviadas por Mauá, além de um documento escrito pelo presidente da província do Mato Grosso.

No segundo capítulo, *Identidades Políticas Nacionais no Século XIX*, foi abordado primeiramente a análise política do Império, como funcionava o sistema parlamentarista e a política da conciliação. Posteriormente, foi examinado os embates dos intelectuais em torno da figura do imperador e da monarquia tendo como pano de fundo a guerra, em que as análises se centraram nos periódicos e em duas cartas de Francisco Octaviano ao Barão de Penedo. Por fim, discutiu-se o processo de nacionalismo atrelado aos países platinos e ao Brasil em busca da consolidação de um Estado – Nação.

Já no terceiro capítulo, *Entre Cartas e Jornais: os discursos da Guerra do Paraguai (1864-1870) como afirmação identitária*, foram analisadas as estratégias simbólicas e políticas que foram utilizadas para manipular esse sentimento de amor à pátria incipiente surgido no conflito. Ainda foi apontado como o Estado Imperial usou a experiência da guerra para tentar construir um sentido de coesão entre as províncias durante a mesma e após seu

término. Interrogaram-se quais elementos forjados no conflito compunham essa identidade e como se deu seu uso político para criar concordância e estabilidade na Monarquia.

Logo, este trabalho busca tornar compreensível a sociedade brasileira do século XIX como uma construção política e cultural se sustentando na formação das identidades, analisando, por conseguinte, a ideologia política presente nos jornais como ferramenta de afirmação identitária, tendo em vista que as discussões centradas na Nação justificam sua legitimidade apelando para o nacionalismo. Ao passo que, também examinamos as tensões e negociações dos grupos políticos para combater ou apoiar a monarquia.

## CAPÍTULO 1

### CONTEXTUALIZANDO A GUERRA DO PARAGUAI

O mundo há de ver um dia  
Neste céu sereno e azul  
Curvar-se a Ursa do Norte  
Ante o Cruzeiro do Sul.  
(CARVALHO, 2007, p. 146).

Existem várias correntes interpretativas na historiografia platina e brasileira sobre os principais motivos que levaram à eclosão da Guerra do Paraguai. Após o término do conflito em 1870, surgiram os primeiros relatos que envolviam o acontecimento, os chamados Diários de Guerra. Posteriormente, em fins do século XIX, os intelectuais irão divergir entre explicações que apontam a ambição de Solano López pela hegemonia no Prata e a lucratividade inglesa como impulsionadora do conflito. Argumentos esses suplantados pela nova historiografia da guerra do século XX que atribuem as causas a disputas fronteiriças na região. No entanto, para o povo paraguaio a memória da guerra se mantém tão viva que a ela é atribuído todo atraso econômico do país nos dias de hoje.

Por conseguinte, partiremos da análise da historiografia acerca das causas do conflito, das discussões diplomáticas entre os países envolvidos e do papel do Barão de Mauá para, em seguida, analisarmos a situação política e econômica do Brasil após a guerra.

#### **1.1. O início do conflito na Historiografia**

As primeiras versões do conflito devem-se aos Diários de Guerra. São testemunhos de ex-combatentes, portanto, fontes primárias, tanto do lado dos paraguaios como dos aliados que atribuíam as causas do conflito ao Marechal Presidente do Paraguai, Solano López, seja por sua invasão ao Mato Grosso, ou por sacrificar seu país com seus erros militares mesmo evidente da derrota, podendo dar um basta no conflito.

Desse modo, dá-se início à historiografia tradicional, nomeada assim posteriormente, sobre o conflito que responsabiliza pela guerra a ambição do ditador Solano López em manter sua hegemonia na região platina. Podemos perceber tais proposições na fonte *Reminiscências da Campanha do Paraguai*, do General Dionísio Cerqueira, afirmando que há muito tempo Solano López se preparava para seu projeto de expansão e de supremacia na América

meridional, aproveitando-se da invasão brasileira do Uruguai para cortar relações diplomáticas com o Brasil (CERQUEIRA *apud* SALES, p. 2). Como apontamos na descrição abaixo:

O ditador do Paraguai, que se preparava, desde muito, para a realização de seus projetos de expansão e supremacia na América meridional, aproveitou a invasão (brasileira no Uruguai. T.R.S.) como pretextos para um rompimento (das relações com o Brasil. T.R.S.) (CERQUEIRA *apud* SALES, p. 2).

Mas, uma fonte primária bastante peculiar é do General prussiano Max Von Versen no seu livro *História da Guerra do Paraguai* (escrito em 1867-69 e publicado em 1976). O General veio da Prússia unicamente para acompanhar a Guerra do Paraguai, porém do lado paraguaio, passando por situações inusitadas até a sua chegada ao país guarani, tal qual o episódio da sua prisão no Rio de Janeiro, pois a população brasileira o via como uma espécie de reforço para ajudar López na guerra. Nessa obra, ele relata o dia a dia nos campos de batalhas e as dificuldades enfrentadas pelo exército paraguaio: a falta de alimentação e de roupas – a ponto de soldados usarem cortinas para servir como ponchos e lutarem descalços; as epidemias diversas e a falta de acesso a Solano López, a quem fez de tudo para ver através de pedidos ao “secretário de gabinete e confidente íntimo do marechal presidente e general em chefe dos exércitos do Paraguai” (VERSEN, 1976, p. 96), o Dom Luís Caminus.

O general Versen (1833-1893) faz uma ressalva muito importante sobre a forma de governo adotada no Paraguai por López:

Propriamente o Paraguai nunca foi república, aí nunca prevaleceram instituições republicanas: pelo contrário, depositária do poder uma família que soubera manter autocracia tal, como jamais se testemunhou, nem no Oriente, nem no tempo da Roma Imperial (VERSEN, 1976, p. 50).

Tal constatação auxilia para confirmar a tese de que no Paraguai havia um povo oprimido e pouco instruído, mas que não questionava qualquer das decisões do El Supremo, pois via nele o ideal do nacionalismo.

Em fins do século XIX e início do século XX, surge uma nova perspectiva de interpretação para o conflito. Os intelectuais positivistas no Brasil que eram contra o governo monárquico começam a culpar o Império pelo início da guerra (DORATIOTO, 2002, p. 19). Já no Paraguai, surgem os revisionistas que procuram reconstruir a imagem dos governantes paraguaios (Francia, Carlos Antônio López e Solano López) como defensores da causa

nacional e que simplesmente visavam o desenvolvimento econômico do país. Nessa corrente revisionista da década de 30, podemos encontrar a publicação “El Paraguay, lo que fue, lo que es y lo que será”, de Manuel Domínguez, afirmando que no Paraguai antes da guerra não havia uma só família sem lar, estavam adiantados em instrução da Europa e da América, era o único país sul americano que não estava em declínio, o único de boa moeda, ao qual nenhuma nação americana se igualou em produção (PIZZARO, 2005); o que mostra bastante fervor patriótico. O artigo ainda ressalta a situação das terras do país que após o conflito foram desapropriadas e transformadas em particulares sendo usadas principalmente por argentinos. Muitas dessas informações são desconhecidas ainda pela historiografia brasileira.

Logo após os processos de lutas políticas/hegemônicas dos continentes africano e asiático, e com o advir da Guerra Fria, a década de 50 abre espaço para novos questionamentos referentes ao contexto da Guerra do Paraguai, acabando com o sentido patriótico a ela atribuído pelos revisionistas da América Latina; pensando num olhar a partir dos submissos para traçar uma história unilateral do conflito.

Assim, temos como destaque o revisionismo historiográfico argentino com os ensaios de Enrique Rivera, *José Hernández y la Guerra del Paraguay*, de 1954, e de Milciades Peña, *La era de Mitre: de Caseros a la Guerra de la Triple Infamia*, de 1955-7 (MAESTRI, 2008), ambos ligados a interpretações marxistas; e os artigos de caráter americanistas como o de José Maria Rosas de 1958-1959, reunidos no livro *La guerra del Paraguay y las Montoneras Argentina*, de 1964. Essas obras foram pioneiras em retirar toda a ação da Inglaterra como possível manipuladora na eclosão da guerra, principalmente a de Milciades Peña que desviou o enfoque para as ambições do Império brasileiro e a oligarquia porteña. No entanto, apesar do grande impacto no Paraguai dessas produções, no Brasil não se viu o mesmo entusiasmo, visto que o país vivia a ditadura militar<sup>4</sup> que acabou reforçando outra versão oficial para o início do conflito e dificultando, assim, a construção de discursos historiográficos que possibilitassem questionamentos sobre as novas interpretações, levando o tema a segundo plano.

---

<sup>4</sup> Pouco antes do Golpe Militar, o historiador Nelson Verneck Sondré (1911-1999), juntamente com seus alunos, cria um manual de como se ensinar a História do Brasil, a chamada História Nova do Brasil, que criticava a historiografia tradicional ensinada nas escolas e indicava a necessidade de reformas sociais. O manual teve um grande número de adeptos no Brasil, porém, ao ser instituído o regime militar, os livros foram cassados e os envolvidos presos com alegações de corrupção. Dessa forma, a história da Guerra do Paraguai continuou sendo tratada de uma forma romantizada, com a exaltação dos heróis nacionais, principalmente porque durante a ditadura houve uma aproximação do governo brasileiro e paraguaio na figura de Stroesser. Sendo a guerra abordada com duas versões: os maus tratos dado aos brasileiros residentes no Paraguai e o aprisionamento do Marquês de Olinda.

Em fins de 1960, nota-se a criação de uma representação sobre López como líder anti-imperialista. Essa geração de intelectuais apresentava o Paraguai como um país progressista que estava crescendo economicamente sem a ajuda de capitais estrangeiros, sendo uma potência entre os países da América do Sul. Assim, a Inglaterra temendo esta nova potência, que surgia na América como sua concorrente, teria manipulado Brasil, Argentina e Uruguai para acabar com o desenvolvimento autônomo do “ingênuo” Paraguai. Discussão que reflete semelhanças com a obra de Manuel Domínguez *El Paraguay, lo que fue, lo que es y lo que será*.

Nessa perspectiva, destaca-se a obra do historiador argentino León Pomer no ano de 1968, intitulada *Guerra do Paraguai: a grande tragédia rio-platense* (do original “*La Guerra del Paraguai: Gran Negócio!*”), e *Guerra do Paraguai: nossa guerra contra esse soldado* (2001). Segundo esse autor, a Inglaterra conseguiu aumentar a dependência dos países, como Argentina e Brasil, devido aos empréstimos altíssimos com os bancos ingleses, tornando-se, conseqüentemente, a maior beneficiária do conflito.

No Brasil, podemos encontrar a publicação de Júlio José Chiavennato, no ano de 1979, intitulada *Genocídio Americano: a verdadeira história da Guerra do Paraguai*. As ideias defendidas pelo autor serviram por muito tempo como base de interpretação para os livros didáticos brasileiros sobre a análise do conflito, possuindo ainda resquícios na memória coletiva de algumas gerações que aprenderam a atribuir as causas da guerra ao Imperialismo britânico, por ensinar que a Inglaterra, ao destruir a única nação economicamente independente na América do Sul, assumira uma posição hegemônica para a introdução de seus produtos manufaturados. Assim, segundo Chiavennato:

Substitui-se então uma história crítica, profunda, por uma crônica de detalhes onde o patriotismo e a bravura dos nossos soldados encobrem a vilania dos motivos que levaram a Inglaterra a armar brasileiros e argentinos para a destruição da mais gloriosa República que já se viu na América Latina. (CHIAVENNATO, 1979, p.10)

A argumentação proposta por Chiavennato não possui embasamento documental suficiente que a legitime, de acordo com a corrente neo-revisionista da década de 90, a qual tem como um dos seus principais representantes o historiador Francisco Doratioto. Ele utiliza em uma de suas obras, “*Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*” (2002, p. 89), uma fotocópia de carta do representante diplomático britânico em Buenos Aires, Edward

Thornton, enviada ao governo paraguaio em 1864, na qual oferece seus préstimos para evitar uma guerra entre o Paraguai e o Brasil. O documento contribuiu, assim, para contrapor a tese da Inglaterra como incentivadora da guerra.

Esse grupo de intelectuais promove uma reviravolta na historiografia por trazer um novo paradigma, no qual as causas da guerra foram atribuídas a questões regionais e às disputas territoriais pela hegemonia na região do Prata atrelados ao processo de formação da identidade nacional dos países em questão. Outra proposta dessa nova historiografia da guerra conforme Doratioto (2009), foi desmistificar a ideia do Paraguai como uma potência econômica em ascendência, uma vez que, para eles, o Paraguai não passava de um país agrário onde as pessoas tinham uma condição de vida péssima e totalmente dependente do Estado. Portanto, o país guarani não teria atributos suficientes para ser um rival da Inglaterra na América do Sul.

Luiz Alberto Moniz Bandeira em sua tese de doutorado, que posteriormente se tornou livro, intitulada “*O Expansionismo Brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Rio da Prata – da Colonização a Guerra da Tríplice Aliança*” (1985), defende o conflito como resultado do processo turbulento da formação dos Estados Nacionais na região e não consequência de um imperialismo inglês na América do Sul. Ressalta ainda que, as medidas adotadas pelo Brasil no Prata são resultado da herança portuguesa da época colonial. Dessa forma, suas análises são pioneiras em uma nova historiografia da Guerra do Paraguai.

Os difusores dessa mais recente historiografia da Guerra do Paraguai são também: Alfredo da Mota Menezes e a obra “*Guerra do Paraguai: como construímos o conflito*” (1998), que faz uma análise sequencial dos acontecimentos antes e durante a guerra através da reconstituição das cartas diplomáticas trocadas entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai; Ricardo Salles e sua obra “*Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*” (1990), nesta é possível perceber a relação que se constituiu entre os oficiais do Exército e os escravos enviados para guerra na condição provisória de homens livres, pois haviam deixado o jugo para fazer uma guerra que não era deles. Dessa forma, o autor demonstra como a guerra gerou no seio da sociedade imperial a contradição entre cidadania e escravidão.

Uma das maiores contribuições ainda na década de 90, onde o tema sobre a interpretação sistemática regional como causa da guerra é trazido ao debate, foi do historiador Francisco Doratioto na obra “*Guerra do Paraguai: 2ª Visão*” (1991) e posteriormente, já citada, “*Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*” (2002). Sua proposta parte do processo histórico regional para explicar os antecedentes do conflito, excluindo a

Inglaterra Imperialista como pivô. Na obra são mencionados a dura realidade das tropas aliadas e os principais enlaces que envolvem toda trajetória da guerra baseados em novas descobertas, como a carta do representante inglês já citada, assim como a atuação de alguns chefes militares, a exemplo de Mitre, Tamandaré e Caxias. Pode-se notar ainda que o contexto internacional da guerra com a opinião pública se compadecendo pelo lado paraguaio, e a neutralidade dos países europeus também foram temas de análise.

Podemos concluir de suas análises que o Brasil pretendia a livre navegação no Rio Paraguai, via de acesso mais rápido à província do Mato Grosso, e o Paraguai procurava dificultar. A Argentina estava temerosa por uma invasão paraguaia que acabasse prejudicando a consolidação e unificação do seu Estado Nacional em formação, além de querer a anexação do território do Gran Chaco. O Uruguai também se preocupava com a consolidação do seu Estado Nacional, pois Solano López mostrava apoio pela causa do partido dos Blancos, opositor dos Colorados, estes que tinham o poder e eram apoiados pelos brasileiros; ademais, López enxergava em Montevideu a saída para o mar, indispensável ao Paraguai para o escoamento de seus produtos.

Apesar de todo esse discurso inovador, grande parte da população paraguaia nos dias atuais, conforme mostra o Jornal Gazeta do povo (2014) de Santa Catarina, ainda atribui as causas da guerra à Inglaterra e que, se esta não tivesse ocorrido, o Paraguai hoje teria um melhor desenvolvimento econômico. Isso prova a força da historiografia revisionista da América Latina que acabou se transformando em memória. De acordo com Nora (1993), “a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, sempre em permanente evolução; a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais, pois a força da memória reside justamente na tradição, ao contrário da história”.

Pode-se observar esses depoimentos na matéria publicada pelo Jornal Gazeta do Povo de Santa Catarina em 2014, intitulada *Feridas abertas da Guerra do Paraguai*, em que a dona de casa Maria Rotela, 51 anos, afirma claramente: “Seríamos um país melhor economicamente, sem dúvida”, já o auxiliar de produção Julio Rojas defende o suposto interesse econômico inglês com a guerra, dado que o Paraguai passava por um grande progresso. No entanto, muitos historiadores paraguaios, como Caballero (2014), afirmam que o conflito teve muitas causas; havia problemas de disputas políticas com o Uruguai, questões fronteiriças, e a Inglaterra só esteve presente com o nome ao fazer empréstimos ao Brasil.

Analisando o panorama da situação do Império, José Murilo de Carvalho, na obra *Pontos e Bordados: Escritos de História e Política* (1998), apresenta no capítulo *Brasil: Nações imaginadas* a Guerra do Paraguai como o primeiro sentimento positivo de pátria

brasileira e que o governo utilizou o tema da guerra para promover o patriotismo, mandando pintores retratar cenas do conflito, como foi o caso dos quadros: *A Batalha do Avaí* (1877) de Pedro Américo, *Passagem de Humaitá* (1868) e *Batalha do Riachuelo* (1872) de Vítor Meireles.

A despeito da consolidação de um Estado Nacional, não houve a criação de uma identidade nacional madura, que pudesse refletir os anseios da população, porque grande parte dela era excluída da participação política, ou por ser escrava ou por não poder exercer seu papel de cidadão, haja vista não possuir renda para votar, sendo a Guerra do Paraguai o que vai impulsionar o entrelaçamento ideológico de todas as camadas sociais. O mesmo autor, na obra *A Construção Nacional: 1830-1889* (2014), ressalta novamente o poderoso fator da guerra como responsável por criar a identidade nacional brasileira, já que, sem experiências dramáticas, as províncias tão distantes uma das outras não se despertariam para tal sentimento, pois o que se tinha anteriormente até mesmo após a independência era o sentimento de pertencimento local.<sup>5</sup> O escritor aponta ainda as consequências da guerra para o Brasil, as quais apontam que na parte financeira foram desastrosas com o crescimento das despesas públicas em mil por cento, e a mudança em relação ao tratamento dado aos símbolos nacionais como a bandeira e o hino que, antes desprezados, então ganharam força simbólica.

Portanto, a historiografia sobre a Guerra do Paraguai é bastante ampla e nos permite compreender as várias vertentes interpretativas sob o ponto de vista de todos os países envolvidos. Saindo de uma história política tradicional, na sua primeira fase, valorizando o político e o militar, destacando a narrativa dos grandes nomes, as principais batalhas, além das consequências geopolíticas para ambos os lados. Na fase estruturalista da historiografia dos anos 50/60, as análises buscaram discutir as permanências e as rupturas causadas com o conflito na sociedade paraguaia com a visão voltada para a Inglaterra com sua sede capitalista e expansionista, manipulando o conflito, já que no Brasil, pouco se alterou da história política tradicional sobre a guerra devido à ditadura.

Em seguida, a historiografia entra numa segunda fase de análise mais profunda, com as inovações da nova história política voltada para relações de poder, que envolviam toda dinâmica antes/pós guerra, como também as tensões e as negociações para manter a estabilidade da monarquia brasileira e a ditadura guarani em meio à guerra. Sem esquecer das contribuições voltadas para um olhar dos fenômenos culturais (universo simbólico) e a

---

<sup>5</sup> “As guerras pela independência e no período regencial não foram capazes de unir todas as províncias. Pela duração e pela quantidade de tropas envolvidas, a Guerra do Paraguai adquiriu dimensão nacional. Os 139 mil soldados brasileiros que lutaram no Paraguai provinham de todas as províncias do país.” (CARVALHO, 2012. p. 109).

representatividade. Polêmicas à parte, a historiografia muito contribui para o pesquisador captar os dilemas e as angústias de uma determinada sociedade, assim como, dos intelectuais e suas concepções políticas.

## **1.2. Relações Diplomáticas no Prata: As intenções do Barão de Mauá**

Muito se especula sobre o desenrolar da Guerra do Paraguai (1864-1870). Por mais que os estudos historiográficos recentes evidenciem os problemas fronteiriços como fator decisivo, para alguns sempre existiu um culpado como foi tratado pela análise mais acima. Mas pensemos por um novo prisma: não tiveram os países platinos intenções de guerra desde o começo? E o Império brasileiro, por que sustentava uma política não intervencionista na região? Quais as intenções? E o que o Barão de Mauá (1813-1889), rico comerciante e aspirante a grande industrial, planejava ao envolver-se nas discussões em torno da política no Prata?

As relações na região do Prata viviam em clima de tensão desde a época colonial não só devido às relações comerciais, que encontravam barreiras nos portos vizinhos, como às disputas políticas por domínios mais abrangentes nesses Estados nacionais em formação. A Argentina a todo custo pensava em reunir na figura de Rosas uma centralização que ultrapassava as barreiras territoriais, além de unir as províncias rebeldes de Corrientes e Entre Rios sobre influência de Urquiza (MENEZES, 1998, p. 9); a chegada de Mitre ao poder tornará mais evidente o desejo de hegemonia na região ao frisar as vantagens que obteriam ao ter acesso ao porto uruguaio, o qual movimentava entrada e saída de capital estrangeiro da Inglaterra e França.

De acordo com Menezes (1998), no Uruguai, Blancos e Colorados entraram em uma guerra civil<sup>6</sup>, pois havia divergências sobre o modo de governo; enquanto os primeiros buscavam uma maior organização administrativa para controlar a economia, os segundos, liderados por Flores, defendiam um “liberalismo” que atendia às necessidades econômicas dos charqueadores. O Império brasileiro não via com bons olhos essa situação, porque temia que o domínio argentino na região dificultasse o acesso à província do Mato Grosso pelo rio Paraguai, como também o escoamento dos produtos. No Paraguai, Solano López chegava ao

---

<sup>6</sup> É a designação das disputas no Uruguai entre 1839 e 1851, entre os partidos Blanco e Colorado. Os grupos políticos eram apoiados pelos principais partidos da Confederação Argentina, os federalistas e os unitários. Os *Federalistas* uniram-se aos *Blancos* contra os *Unitaristas*, unidos aos *Colorados*, além da intervenção temporária da França, do Império Britânico e do Império do Brasil, apoiando os *Colorados*.

poder acabando com a política de isolamento e interessando-se pelos rumos diplomáticos no Prata.

Com essa situação conturbada para ambos os lados, o partido Blanco do Uruguai começa a se aproximar do Paraguai, alegando em missão diplomática de 1862, liderada por Juan José de Herrera (1832-1898)<sup>7</sup>, de acordo com Menezes (1998), a necessidade de se manter uma aliança comercial<sup>8</sup> para conter ameaças dos vizinhos, o que poderia levar à anexação dos dois países pela confederação Argentina ou pelo Brasil, supondo ainda manipulações que trariam desequilíbrios internos. Na verdade, o Uruguai com essa diplomacia queria atrair o Paraguai, pois este vinha criando um exército, fortalecendo, dessa forma, uma aliança contra Buenos Aires e o Império brasileiro. Porém, seguiram-se várias ações diplomáticas lideradas pelo Uruguai na tentativa de apoio (MENEZES, 1998, p. 20-22), as quais escapavam de suas mãos pela desconfiança do líder paraguaio. Solano López pressentindo sua influência crescer, caminhava ostentando a posição de mediador, averiguando as intenções do Uruguai ao revelar as cartas diplomáticas à Argentina, esperando uma posição. Como não veio um posicionamento, em fevereiro de 1864 começou um recrutamento militar para o possível enfrentamento contra a Argentina.

Do outro lado do rio, o Brasil caminhava lentamente nas ações diplomáticas, porém atento aos assuntos do Prata. Não era prioridade ainda da monarquia se preparar para futuros embates, apesar de D. Pedro II, como afirma Caldeira (1995), ter achado uma afronta os Blancos recorrerem a Lopez como intermediário, depois de André Lamas, diplomata uruguaio, já ter indicado o monarca para esse papel. Como podemos constatar, na análise de uma fonte sobre a construção de uma fábrica de pólvoras no Mato Grosso, a situação não demoraria a mudar. Vejamos a transcrição seguinte:

O presidente de Mato Grosso comunica o que pensa e o que tem feito a respeito da fábrica de pólvoras que se mandou ali criar.

Diz que deveria começar pela história daquele projetado estabelecimento, mas para isso apresenta cópia de seus oficiais do seu antecessor, um de Agosto do ano passado e outro de janeiro do corrente ano.

Nenhuma oficina existe feita, nem ao menos em parte, apesar de se ter gasto até agora ~~R—65:~~ 781\$690, além dos vencimentos do engenheiro R. Wachmelot. (...).

A vista de que emposto resolveu o Presidente encarregar o capitão Francisco Nunes da Cunha da efetiva criação e direção da fábrica da Pólvora e diz que

<sup>7</sup> Ministro das relações exteriores, nomeado pelo presidente do Uruguai Bernardo Prudêncio Berro, na missão de representar o Uruguai perante o governo paraguaio.

<sup>8</sup>As importações e as exportações sempre foram intermediadas pelo porto de Buenos Aires, o que sugeria o Uruguai era que estas deveriam ser diretas entre os interessados, tendo, dessa forma, sua própria autonomia comercial, já que não fazem parte da confederação.

o fizera por reconhecido naquele oficial as principais qualidades para aquele fim, e se lhe faltam conhecimentos especiais de organização mecânica e administrativa de uma fábrica, como os dados que tem, e um estudo prático na Fábrica Estrela por espaço de 3 até 6 meses.<sup>9</sup>

Pela transcrição, observamos que o presidente do Mato Grosso faz queixa da demora da construção da fábrica de pólvoras na província, os recursos já haviam sido gastos para estruturação e pagamento do engenheiro. Mas, pelo decorrer do documento, percebemos que o problema é a falta de consenso na organização de pessoas preparadas para colocar a fábrica em funcionamento, exigindo até que, o escolhido para administração, Capitão Francisco Nunes da Cunha, passasse um tempo na Fábrica Estrela para aprender o serviço. Com isso, acreditamos pela data do documento, ano de 1863, já às vésperas da Guerra do Paraguai, o Brasil já se precavia para um futuro embate na região, ordenando o imperador a construção dessa fábrica de pólvoras. Pois, a única fábrica de pólvoras do Império, a fábrica Estrela, encontrava-se no Rio de Janeiro, fundada ainda na época da vinda de D. João VI em 1808<sup>10</sup>, o que levaria tempo para deslocar o carregamento de pólvora até as operações de guerra.

Ademais, a província do Rio Grande do Sul passava por momentos de agitação que já era sabido pelo Império devido a seus interesses serem ameaçados com a guerra civil no Uruguai. Os mais de 40 mil brasileiros residentes naquele país não recebiam garantias do partido Blanco nas suas propriedades e tão pouco sobre os avanços uruguaios ao território gaúcho, causando uma tensão na região que poderia levar a possíveis enfrentamentos.

O presidente do Uruguai, Bernardo Berro, mandou que as fronteiras fossem ocupadas para ter o controle da entrada de imigrantes com medo do Império brasileiro avançar e enfraquecer a soberania uruguiaia na região, o que ocasionou desconfianças também no presidente do Paraguai Carlos Antônio López de que o Brasil pudesse avançar na fronteira e ameaçar sua segurança, tendo em vista que o Império poderia está usando como desculpa defender a livre navegação no Rio da Prata para se apoderar dos territórios fronteiriços. Desse modo,

(...) vindo do Rio Grande do Sul, o general Souza Neto trazia uma representação formal dos pecuaristas dessa província e de outros instalados no Uruguai, ao governo brasileiro, denunciando desordem na fronteira e

---

<sup>9</sup> N° 3003 de 1863 Secretária do Estado dos Negócios da Guerra. 1ª Diretoria Geral, 1ª Seção em 28 de Dezembro de 1863. Arquivo Nacional/ RJ. Código 547 – Guerra do Paraguai.

<sup>10</sup> Localizada no bairro do Jardim Botânico no Rio de Janeiro. Em 1826 foi transferida para a localidade de Estrêlla (localidade atualmente pertencente ao município de Magé, que é onde passava a 1ª estrada ferroviária do Brasil). Disponível em: <<http://wikimapia.org/8824968/pt/Imbel-F%C3%A1brica-Estrela>> Acessado em: 24 de Jan. 2019.

buscando apoio armado oficial; seria a guerra. O gabinete de Zacarias temia perder o controle da situação, tendo em vista a possibilidade de os estancieiros gaúchos tomarem a iniciativa de, aliado aos *Colorados*, fazer guerra a Montevideu por se sentirem desamparados pelo Rio de Janeiro na defesa de seus interesses. Tal fato poderia reavivar os sentimentos gaúchos contra o governo imperial quando ainda era forte a lembrança da tentativa secessionista da Farroupilha. (DORATIOTO, 2002, p. 51).

Atendendo às pressões, o governo brasileiro decidiu enviar, em uma missão diplomática, José Antônio Saraiva (1823-1895), advogado e um dos políticos do ministério; caso não fosse atendida as exigências, reparando os danos aos gaúchos, Tamandaré estaria pronto para o Brasil sair em defesa dos seus. Bem antes dessa primeira missão oficial diplomática em 1861, um nome apareceria nesse cenário: Irineu Evangelista de Sousa, o conhecido Barão de Mauá.

O Barão de Mauá, muito antes de adquirir o título de nobreza, tinha origem em uma família de estancieiros do Rio Grande do Sul. Ao perder seu pai assassinado, com pouco mais de nove anos foi enviado pela mãe para morar com o tio no Rio de Janeiro, começando sua vida como caixeiro viajante. Suas habilidades no comércio logo o fizeram ganhar confiança do primeiro patrão da rua Direita, Pedro de Almeida.

Com 21 anos, já possuía uma vasta experiência e uma pequena fortuna, que foi sendo multiplicada devido à aproximação com o escocês Carruthers, com quem logo se aliou e acabou aprendendo os segredos do empreendedorismo inglês. Sua ascensão progredia na mesma velocidade que suas ideias, o que acarretará nos primeiros investimentos como industrial com a Ponta da Areia para, em seguida, lançar-se em investimentos constantes. Contudo, o mercado brasileiro, na sua visão, parecia não ser muito receptivo a incentivar suas ideias recaindo a responsabilidade para o imperador por dificultar erguer seus empreendimentos tanto no setor industrial como bancário, preferindo mesmo conceder aos ingleses o monopólio da modernização, haja vista que, em todo período que os liberais ficaram no poder, os empréstimos pedidos foram recusados de acordo com Caldeira (1995).

A situação começou a mudar com a chegada dos conservadores ao poder em 1844. Apesar de Mauá ser um deputado do partido liberal, pela província do Rio Grande do Sul em várias legislaturas (1856, 1859-1860, 1861-1864, 1864-1866 e 1872-1875), seu círculo de amizades era concentrado na figura dos conservadores, principalmente o conselheiro José Maria da Silva Paranhos, facilitando, dessa forma, suas transações com o governo. O que percebemos, baseado na análise das cartas trocadas entre Mauá e Paranhos como também da sua autobiografia, o apoio o qual Mauá começava a se favorecer foi devido a essa

aproximação e do Império precisar estar a par de toda movimentação na região platina, servindo como uma espécie de espião devido a sua influência, além de conhecer muito bem os ingleses, o que seria propício na nova postura que começava a adotar o governo imperial no Prata.

Ademais, ao recorrer aos empréstimos de Mauá por meio de Paulino José Soares de Souza (1807-1866) depois Visconde do Uruguai para financiar a guerra civil uruguaia, transformando o primeiro no principal credor do país, o Império implantaria uma estratégia de sempre estar um passo à frente do inimigo, como podemos observar na passagem abaixo:

No Prata, o barão de Mauá era uma espécie de sócio do governo brasileiro. Tinha entrado na região como financiador de uma guerra, que por sua vez estabeleceu um equilíbrio de forças entre os três países que dominavam a bacia. Fez isso com o apoio explícito do imperador do Brasil – e até o início da década de 1860 nunca teve motivos para queixas: o governo brasileiro protegia fielmente seus interesses, que eram os interesses nacionais naquele país. (CALDEIRA, 1995, p.400).

Mauá, não satisfeito, começou a ver, na região platina, fértil campo para o progresso de seus negócios e, em 1857, depois de várias cartas trocadas com Andrés Lamas (1817-1891)<sup>11</sup> sobre essa possibilidade, ele recebe todas as concessões e direitos do governo uruguaio para a fundação do Banco Mauá, instituição responsável por ser emissora de descontos e depósitos. Consistia numa estratégia para que Irineu recebesse todo dinheiro emprestado durante a Guerra Civil Uruguaia, pois, com uma economia em crescimento, o governo arrecadaria mais receitas podendo saldar as dívidas.

O Banco Mauá se tornou um dos grandes empreendimentos da época que provocou um significativo desenvolvimento no Estado Oriental (Uruguai), ao conceder altos empréstimos com taxas de juros menores do que os agiotas faziam na região em um modelo mais eficiente de alta lucratividade que acabava com qualquer concorrência. Isso chamou a atenção do caudilho Justo José Urquiza para a instalação de um banco também nas províncias argentinas para a consolidação dos seus objetivos na confederação. Mauá atendeu prontamente, apesar de não confiar no sucesso dessa nova empreitada, mas ganhou um aliado disposto a fornecer todo aval para iniciativas industriais e bancárias, o que resultou num ascendente progresso com a diminuição das taxas de juros:

---

<sup>11</sup> Foi um político, diplomata, historiador uruguaio, que auxiliou o Barão do Mauá nos assuntos diplomáticos no Prata e posteriormente, tornaram-se muito amigos. (BESOUCHET, 1977).

Neste momento, muita gente que acreditava nas armas como único caminho da salvação mudou de ideia. Em vez de correr atrás de adeptos e campanhas militares, passaram a procurar negócios com avidez, fazer projetos para melhorar suas fazendas, investir em empresas. O próprio banqueiro, por hábito e tradição, mostrou a direção a seguir. (CALDEIRA, 1995, p. 367)

À medida que sua influência crescia no Prata, Mauá lançava-se à frente para resolver questões diplomáticas, mas qual seria sua verdadeira intenção? E como isso se tornaria relevante para as futuras tensões que se armavam na região antes e após o conflito? Buscando responder a esses questionamentos foram analisadas duas fontes primárias referentes às tensões e negociações antes e pós-conflito, as quais correspondem a cartas trocadas entre o Barão de Mauá enviadas a Manuel Antônio da Rocha Faria (1830-1894), um dos líderes do corpo de Voluntários da Bahia, e ao conselheiro José Maria Paranhos (1819-1880).

As correspondências pessoais são um tipo de fonte que se popularizou com o advento da escola dos Annales (1929), sendo agora utilizada como uma ferramenta primordial tanto para o historiador do cultural como do político. Prochasson afirma:

O interesse crescente pelos arquivos privados corresponde a uma mudança de rumo fundamental na história das práticas historiográficas. Dois fatores, ligados um ao outro, me parecem ser capazes de esclarecer o gosto pelo arquivo privado. O primeiro é o impulso experimentado pela história cultural e, mais particularmente, a multiplicação dos trabalhos sobre os intelectuais. O segundo está vinculado à mudança da escala de observação do social, que levou, sobretudo pela via da micro história e da antropologia histórica, a um interesse por fontes seriais e mais qualitativas. (PROCHASSON, 1998, p.109-110)

Os intelectuais não priorizavam como fonte confiável material de correspondências, diários ou anotações importantes que dão subsídios hoje para os historiadores desvendarem a mentalidade de determinada elite cultural, o que permite uma análise em torno do universo cultural e político por trás de uma época específica. Por isso, as cartas podem revelar muito mais do que a troca entre emissor e receptor, ou seja, vários olhares sobre como aquele indivíduo se sentia em determinado acontecimento, quais informações eram mais relevantes e qual a intencionalidade daquele tipo de documento.

A despeito das dificuldades apresentadas em relação à prática heurística, o pesquisador só sabe o que o autor viu, ouviu e sentiu do acontecimento, uma representação que o mesmo pode fazer para criar uma identidade forjada. Uma realidade não presente para substituir a ausência, a representação, segundo Chartier (1991), é um instrumento de um conhecimento mediato que faz ver o objeto ausente substituindo-lhe uma “imagem”, capaz de repô-lo em

memória e de “pintá-lo” tal como é. No entanto, muitas vezes, é a apropriação que o leitor faz do texto que o torna contrário com o real, não uma intencionalidade somente do autor. Não sejamos ingênuos de pensar que aquele testemunho é fiel a todos os acontecimentos descritos no documento, visto que é a representação que ele quer passar verdadeiras ou não. Para o historiador fugir desses artifícios é imprescindível o cruzamento com outras fontes produzidas dentro do mesmo contexto para se filtrar as informações.

Mesmo diante desses impasses, as cartas, como instrumento para análises históricas, possibilitam captar nas entrelinhas a partir de um ponto de entrada particular como determinada sociedade pensa sobre si, suas relações e tensões. A correspondência deve servir para desvendar uma espécie de verdade, por isso, procura-se, nela, fazer caírem as máscaras. (PROCHASSON, 1998).

Desse modo, analisaremos a primeira carta de 08/10/1861 do então Barão de Mauá (logo receberia o título de Visconde) enviada a Manoel Antônio Faria da Rocha, que porventura se tornaria o líder das tropas baianas no estourar da Guerra do Paraguai, nas suas investidas diplomáticas no Prata. Segue a transcrição:

Manuel Antônio da Rocha Faria  
 De posse de sua estimada (carta)<sup>12</sup> de 29 do passado  
 Tomo nota de tudo que me diz e agradeço-lhe as informações que me dá do estado e situações dos negócios do Rio da Prata.  
 Creio que a falta absoluta de dinheiro da parte do governo da confederação e a defecção (retirada) de Urquiza, tornará impotente aquele governo para continuar a guerra. Aconselho a convocação de uma Convenção Nacional para reunir-se na cidade de Buenos Aires, e decidir todas as questões pelo voto da maioria. – Ou isto, ou a depuração de Buenos Aires, me parecem as soluções cabíveis das dificuldades atuais – continuar a guerra é continuar a ruína do país devastando a propriedade único meio de a sustentar por algum tempo – É d’esperar que antes os partidos recuem diante de semelhante abismo. –  
 Espero dar lhe um abraço no dia 30 ou 31 adeus até então com saudades de vós todos e creio que sou como sabe.  
 Seu amigo muito [ilegível]  
 Barão de Mauá.<sup>13</sup>

A fonte documental expõe o agradecimento pelas informações sobre os negócios no Rio da Prata, tratando da falta de dinheiro por parte do governo Argentino e a retirada de Urquiza (havia uma guerra entre Buenos Aires e as províncias de Corrientes e Entre Rios, que não

<sup>12</sup> Pressupõe-se que seria “de posse de sua estimada carta”, houve a omissão do termo carta por elipse.

<sup>13</sup> Correspondência do Barão de Mauá a Manuel Antônio da Rocha Faria (08/10/1861). Museu Imperial.

queriam se submeter ao governo da Confederação<sup>14</sup>). O Barão de Mauá dá sugestão para resolver o problema, pois o Brasil tinha receio da expansão argentina no Rio da Prata (MENEZES, 1998, p. 10), por dois motivos: além da questão da livre navegação, era temido que Rosas conseguisse influenciar o Uruguai e, por conseguinte, o Paraguai, concretizando a tão sonhada reconstituição do Vice Reino da Prata, em que todos se submetiam ao governo de Buenos Aires. Tal fato pode ser confirmado com a outra carta de Mauá a Paranhos, na qual é citada essa possibilidade do Paraguai fazer parte da Confederação.

Ter a Argentina dividindo fronteiras com o Brasil seria reviver disputas da época colonial e poderia enfraquecer a ideia de construção nacional. Segundo Menezes (1998), um Uruguai anexado à Argentina tornaria Rosas muito forte e a balança de poder local tomaria um rumo que a política e os interesses brasileiros no período não aceitavam. Assim, a função de Mauá nas questões que envolviam o Prata, além de servir como intermediário do Império nos assuntos diplomáticos, acabou se tornando um aliado estratégico na política externa devido a sua influência.

As preocupações que motivavam as ações de Mauá não recaíam unicamente em manter a região em clima de paz por afetar seus negócios. Ao se mostrar útil na política brasileira no Prata, Mauá intencionava uma maior aproximação com D. Pedro II e um possível reconhecimento pelos seus préstimos, abrindo espaço não só simbolicamente (o que de certa forma ele já desfrutava por possuir título nobiliárquico, assim como, recebeu do imperador em 1849 o Hábito da Ordem de Cristo<sup>15</sup>), bem como uma cadeira cativa de homem influente na política brasileira na mesma proporção que desfrutava na região platina e, conseqüentemente, um aval pelo qual sempre esperou do governo imperial para desenvolver o progresso no Brasil. Isso tudo motivado por um sentimento que imbuía todas suas iniciativas industriais e políticas, segundo ele, seu patriotismo, o motor pelo qual arriscou seus negócios, mesmo em tempo de guerra.

O que nos parece baseado no confronto com outra fonte, no seu livro autobiográfico *Exposição do Visconde de Mauá aos Credores de Mauá e Cia* (SOUSA, 1878, p. 16-18) no capítulo intitulado: “Serviços prestados à política do Brasil no Rio da Prata”, no qual afirma que suas ações em se envolver no Prata era para o triunfo da política do Brasil na região, já

---

<sup>14</sup> A guerra civil argentina teve seu início no ano de 1851 quando a província de Entre Rios, comandada por Justo José de Urquiza, não concordou em continuar com o acordo de submissão a Buenos Aires, assinado anos antes. Dessa forma, Urquiza vai comandar um levante contra Rosas, além de fazer um tratado ofensivo e defensivo com o Brasil e o Uruguai. (MENEZES, 1998, p. 10).

<sup>15</sup> Uma alta condecoração, devido à participação na criação do código comercial.

que o governo confiava nele para prestar os auxílios indispensáveis, como os suprimentos por ele feito no caso do empréstimo ao Uruguai, devido à guerra civil.

Nesse capítulo, Mauá afirma que desde o começo de 1850 acompanhou toda a evolução política do Brasil no Rio da Prata devido aos ministros confiarem muito nele. Mas o que podemos perceber é seu voluntarismo e intencionalidade de deixar registrado que toda política no Prata dependia de sua intervenção, porque certamente ele era a pessoa mais preparada naquela circunstância para mediar os assuntos na região, devido a sua experiência e conhecer o funcionamento das disputas políticas internas. Por isso, o Império deixar a cargo de uma pessoa influente no Prata as suas intermediações, era uma estratégia que beirava ao sucesso.

O patriotismo demonstrado por Mauá, levava suas ações no Prata a procurar a melhor saída nas resoluções dos problemas, mesmo quando se ausentava num curto período, sua preocupação com a estabilidade do governo monárquico não fugia de suas mãos. Confrontando com outras fontes, suas correspondências pessoais, a carta enviada a Manoel da Rocha Faria destaca que, Mauá se encontrava no momento da escrita no Rio de Janeiro, provavelmente cuidando de suas empresas brasileiras mais de perto, pois, depois de 1860, algumas deram sinal de declínio, afastando-se do cenário político no Prata. Contudo, mostrou interesse pela situação, como vemos na fonte, tanto pela descrição das suas sugestões que levaria a um acordo e pouparia o Brasil de se estender apoiando uma guerra que não era nossa, podendo atrair mais inimigos no Prata, como também já estar calculando novos investimentos no Uruguai e Argentina<sup>16</sup> para sobreviver às primeiras derrocadas industriais, precisando de argumentos plausíveis a fim de não colocar suas ideias em risco diante de uma nova instabilidade política entre os partidos.

Quando o assunto se referia à Política Externa, o pensamento de José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco, era semelhante ao de Mauá. Os dois acreditavam que a política ideal para o Prata seria aquela que visasse o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações e que, ao mesmo tempo, contribuísse para o desenvolvimento econômico da região (RAMOS, 2009, p.19). Portanto, seria preciso evitar futuros conflitos em meio a esse campo minado. O sucesso da diplomacia brasileira no Prata era também o sucesso dos seus negócios.

---

<sup>16</sup> A partir 1863, o Barão de Mauá começou a cuidar mais dos seus interesses no Prata, pois, mesmo com uma política conturbada, ele crescia a passos largos devido ao total apoio recebido por ambos os governos. Na medida que essa aproximação com o Império sofria limitações.

Um indício forte de suas intenções, encontramos em outro trecho do *Exposição do Visconde de Mauá aos Credores e Cia*:

O tratado secreto com o representante do governo desta praça (Uruguai M.H.S.R.C.) nesta corte estabeleceu a importância desses auxílios, que foram por mim fielmente entregues, sem que a menor partícula de benefício daí me proviesse. Bem pelo contrário, reconhecendo que os recursos fornecidos não bastavam para conseguir o fim que se tinha em vista, e seguro de que o governo imperial não podia recuar, tendo eu nessa época sobra de recursos, tratei de auxiliar eficazmente a defesa da praça, com recursos que bastassem, não certamente com o juro arbitrado pelo governo imperial para seus empréstimos, porém com o modico juro relativo, desde que era o mínimo corrente em Montevideu, sendo meu pensamento concorrer para o triunfo da política do Brasil do Rio da Prata. (SOUSA, 1878, p. 17).

Nessa passagem, Mauá ressalta que a ajuda na guerra civil no Uruguai foi sem intenção de ganhar nada e que os juros cobrados por ele eram de um valor mínimo se comparado aos juros cobrados pelo governo imperial em seus empréstimos. Sabemos que Mauá não entraria em um negócio sem esperar nada em troca, tendo em vista que por essa época ele já estava fazendo contatos no Prata para a fundação do seu primeiro banco no Uruguai. No entanto, apesar de querer salvaguardar seus negócios, o clima de tensão proporcionou que seu espírito patriótico prevalecesse, uma vez que uma guerra envolvendo o Brasil seria prenúncio de abalo à monarquia, refletindo no seu empenho de aproximação com o imperador e seus planos de consolidação capitalista no Brasil, pois, pela análise das fontes sobre sua trajetória, era o que mais aspirava. Daí a não recusa do empréstimo solicitado pelo governo imperial.

Não obstante, ganhar prestígio diante de D. Pedro II como mostra seu biógrafo Caldeira (1995), acarretava certos empecilhos, visto que o Visconde de Itaboraí sempre tentava sabotar Mauá influenciando o imperador. Contudo, o monarca reconhecia os esforços patrióticos de Mauá, na medida que o deixava auxiliar na diplomacia do Prata e concedendo um espaço, mesmo que modesto, nas suas ações empresariais. O que acreditamos ser uma estratégia do monarca para também não se comprometer com a elite cafeicultora que era um dos pilares de sustentação do Império e, dessa forma, mantinha em suas mãos o equilíbrio necessário para preservar o jogo político. Ideia contrária do que aponta Caldeira (1995), de que o empreendedorismo de Mauá sofria perseguições do próprio D. Pedro II.

A segunda carta de 14/01/1869 analisada, foi enviada pelo Barão de Mauá ao conselheiro José Maria da Silva Paranhos (1819-1880) referindo-se à situação às vésperas do

fim da Guerra do Paraguai. Ainda na eminência da guerra, Mauá chegou a interromper a Missão Saraiva enviada ao Uruguai pedindo cautela ao ministro e que esse não entregasse o ultimato mandado pelo Império, abortando a missão. A missão Saraiva foi um insucesso e, apesar de todas as articulações diplomáticas de Mauá, o conflito surgiu no horizonte.

Observemos atentamente a transcrição da carta:

Montevideu 14 de Janeiro de 1869

Excelentíssimo amigo José Maria Paranhos.

Tenho presente a obsequiosa carta de vossa excelência dia [?]<sup>17</sup> 5 do corrente [...] e muito lhe agradeço as palavras de consolo que teve a bondade de dirigir-me.

É para mim dá mais importância a saber se o governo recorre a empréstimo interno ou externo, e como eu não a pode comprometer o resultado da operação (por) ter eu conhecimento prévio, espero e confio na bondade de Vossa Excelência que designará informar não a meu ver só se deveria recorrer a empréstimo externo, muito mais tarde, depois de termos feito inventário dos destroços que a guerra nos acarretou, e do que nos fica, criando emendas que apresentem equilibradas novas finanças. Lembre-se Vossa Excelência que há pelo menos, dez milhões destinados [...] ao Império retidas, a esperança de melhor câmbio depois da conclusão da guerra – uma operação externa até essa cifra [?], realizada desde logo serviria só, e exclusivamente acho, [...] habilitando os danos desse capital ao remetê-lo. Com vantagem aproveitando-se do efeito moral da operação ficando em última análise o Brasil sem proveito algum real da operação desde que os dez milhões entravam (por conta da nação) e sabiam para com dos particulares. Na minha humilde opinião não se deve dar papo algum com afim de melhorar o meio circulante que não seja sustentado, pois do contrário o que definir só serve a especular [...]

Sei positivamente que um dos atuais ministros argentinos tem o pensamento de propor que o Paraguai faça parte da Confederação sem dúvida propondo ao Brasil confederações [?] É pois urgente a vinda de um estadista de primeira ordem e que seja de Excelência é a ideia que parece [?] egoísmo pelo prazer que teria em abraçá-lo.

Ps: O Estado financeiro aqui ameaça um cataclisma.

Por ora porém não vejo perigo para esta casa.

O de vossa Excelência

Amante certíssimo

Barão de Mauá<sup>18</sup>

Podemos perceber pelo pessimismo da carta que, durante o último ano da Guerra do Paraguai, Mauá encontrava-se em Montevideu, certamente analisando os danos que se seguiam no território e em seus empreendimentos. Ele aparenta preocupação com a situação que percorria a economia do Brasil e, apesar de tê-la previsto, não ter podido fazer nada. Então, acha que a melhor solução seria só recorrer a empréstimos externos quando se fizesse

<sup>17</sup> Símbolo usado na transcrição de documentos quando a palavra transcrita gera dúvidas.

<sup>18</sup> Correspondência do Barão de Mauá a José Maria Paranhos (14/01/1869). BN/RJ.

o levantamento de todos os danos que a guerra causou, a fim de criar subsídios que pudessem equilibrar as finanças. É exposto ainda que o país possuía uma reserva de 10 milhões retida, entretanto o documento não nos mostra com clareza se esse dinheiro guardado era do próprio Mauá para ajudar o Império ou se outros particulares deixaram também disponível como ajuda, pois, segundo Carvalho (2007), D. Pedro II sempre recorria a empréstimos de particulares na necessidade de viagens ou gastos extras.

Na época da Guerra do Paraguai, os gastos com o exército atingiram cerca de 65% dos gastos totais do Império, somando o custo do conflito entre 40 a 60 milhões de libras esterlinas. Depois de 1870 esses gastos com militares declinou para 20%. O mil réis alcançou a cotação durante esse período de 17 pence<sup>19</sup>, recuperando-se para 25/27 pence em 1872-1876. (ABREU; LAGO, 2014). Todo o déficit no orçamento do governo durante a guerra foi suplantado em 37% por emissões de apólices, prática que já ocorria para dar suporte aos fazendeiros devido aos primeiros sinais de declínio da agricultura cafeeira no Vale do Paraíba, ao mesmo tempo que os empréstimos externos só cobriram 13% da dívida de guerra.

Mauá explica ainda na carta que sabe de um atual ministro argentino que quer propor ao Paraguai fazer parte da Confederação Argentina<sup>20</sup>, o que ele entende como uma ameaça para o Império e pede que venha um estadista de primeira ordem urgente e, na sua visão, esse homem seria o próprio José Maria Paranhos. No fim da carta, mais uma lamentação sobre a economia do Uruguai que não ia bem, ameaçando um cataclisma, o que o afetava diretamente devido ao Banco Mauá e outros investimentos, todavia se mantinha esperançoso como era em todas as épocas em que seus negócios beiravam a ruína. Percebemos como Mauá já estava ganhando influência com suas resoluções estratégicas, ao passo que sua sugestão foi atendida pelo governo imperial, pois Paranhos tornou-se o representante do Brasil no novo governo provisório do Paraguai.

Essa onda de arrependimentos de Mauá, que começou por essa carta, se estendeu posteriormente em seus escritos no livro *Exposição do Visconde de Mauá aos Credores e Cia.*, em que, uma das passagens, lamenta a sua entrada na resolução dos problemas do Prata, porque saiu enfraquecido devido às perdas financeiras. E o que tinha o levado a tudo isso foram motivos muito nobres, o patriotismo.

Segue abaixo o trecho:

---

<sup>19</sup> Moeda britânica.

<sup>20</sup> No ano de 1850, o Congresso argentino votou uma concessão de recursos para que fosse reincorporado o Paraguai à confederação. Porém, isso não ocorreu (MENEZES, 1998, p. 14). Mas pelo que a fonte deixa transparecer, a ideia permanecia viva entre os governantes argentinos.

Ao terminar a guerra achei-me comprometido com uma soma assaz forte ao débito do governo oriental, e o estado econômico da república, que tive de apreciar nessa ocasião representando um verdadeiro cadáver, causou-me sério receio de a perder; tive em seguida de entranhar-me nas veias econômicas enfraquecidas dessa sociedade, criando-me os perigos que em 1868 produzirão o primeiro choque violento na posição da casa Mauá. – ao pecado original, de ter posto pé nesse país, fui sem dúvida arrastado por motivos nobres; as aspirações de patriotismo, quando são guiados pelo entusiasmo, não conhecem limites aos sacrifícios; só pode compreender a força desse sentimento quem o possui entranhado na alma; são poucos o que o sentem deverás. (SOUSA, 1878, p. 18)

Certamente, Mauá deixou claro nas passagens de sua autobiografia o quanto o amor pelo Brasil o levava a colocar seus negócios no Prata em segundo plano em favor da causa nacional. Analisando a situação como um todo, nos parece que seu patriotismo foi usado como um forte aliado nas resoluções políticas, pois é em tempos de guerra que a identificação com o nacional aflora. Confrontando outras fontes de sua trajetória, percebemos o que ele pretendia era que seus esforços fossem reconhecidos pelo governo imperial e consolidassem uma posição influente. Para isso, seu patriotismo o impulsionou ao lugar que precisava, a parceria com governo, e este precisando de ações efetivas no Prata, usou do patriotismo de Mauá como estratégia para conseguir empréstimos e financiar uma guerra para manter sua influência na região, garantindo assim suas fronteiras como também a livre navegação do rio. Desse modo, D. Pedro II ganhava um aliado importante e colocava um fim nos problemas fronteiriços do Rio Grande do Sul, e Mauá ganhava prestígio diante do monarca, que era sua verdadeira intenção.

Portanto, o papel de Mauá foi decisivo por mostrar, diante das tensões do Prata que caminhava para uma guerra eminente, um sentimento de identificação nacional e que acabou sendo apropriado por D. Pedro II como uma estratégia política, proporcionando vantagens em relação aos demais países nessas disputas regionais. Ao fim da Guerra do Paraguai, aos dois aliados só restaram fazer uso dos meios que sobraram: o primeiro de que sua dedicação excessiva à política ofuscava seu brilhantismo como empresário e o segundo que a união das províncias, por uma causa nacional durante a guerra misturada com o sentimento de identidade despertado, poderia servir de estratégia política para finalmente firmar a construção nacional.

### 1.3. A situação do Brasil no pós-conflito

O governo imperial sofria pressões por parte da imprensa brasileira para dar por encerrado o conflito, mas D. Pedro II insistia em cumprir o tratado da Tríplice Aliança<sup>21</sup> rigidamente, no qual afirmava que a guerra só acabaria com a prisão de Solano López ou sua expulsão do país. O imperador não era dado à violência, contudo pensamos que tal atitude se deve a uma nova política de governo, especialmente no Prata, de mostrar que o Brasil, sendo monarquia, desfrutava de uma melhor organização administrativa, liberdade de imprensa e incentivos a artistas do que as vizinhas repúblicas, e que era sim uma força dentro da região platina que não seria fácil de derrubar. Dessa forma, saiu vitorioso, se impôs tanto militarmente como politicamente na região desde 1850 até 1875.

Os resultados financeiros para economia brasileira acarretaram no aumento das despesas públicas em mais de mil por cento e não era possível recorrer ao Paraguai para o pagamento da dívida de guerra, porque este tinha uma economia insignificante que foi piorada depois do conflito. A onda de progresso que marcou a segunda metade do século XIX no Brasil com o início de uma nova infraestrutura econômica e social (construção de ferrovias, inauguração do cabo submarino que ligou o Brasil à Europa, leis abolicionistas são alguns deles) sofreu uma pausa no caminho, apesar de todo desenvolvimento vir atrelado a altos empréstimos, a guerra repercutiu no aumento de impostos e emissões de moeda. E, como sugeriu Mauá, recorreu-se mais uma vez a empréstimos internos e externos no valor de 76 mil contos de réis, assim:

O Saneamento das finanças públicas e o estabelecimento de um sistema monetário estável e sólido, problema de solução já tão difícil nas condições normais do Brasil, serão definitivamente comprometidos pela guerra; e o Império extinguir-se-á vinte anos depois dela sem ter podido estabelecer no país a ordem financeira, tão necessária à sua consolidação econômica. A Guerra do Paraguai tem nisso uma parcela importante de responsabilidades. (PRADO JR, 1970, p.194)

Contudo, esse clima de instabilidade financeira característico do governo imperial, com o índice de exportação oscilando entre 5% e 7% na década de 1850 e início de 1860, sofrendo um aumento para 9% durante a Guerra do Paraguai e voltando a 7% por volta de 1870, acabou tomando novos rumos a partir de 1875, conseguindo se recuperar de toda emissão de moedas da época da Guerra do Paraguai. A economia nacional dava uma respirada graças a

---

<sup>21</sup> O tratado da Tríplice Aliança representou um acordo secreto estabelecido em 1 de Maio de 1865 na cidade de Buenos Aires entre Brasil, Argentina e Uruguai. O tratado foi composto por 19 artigos, o qual propunha a união dos três países com a finalidade de derrotar o Paraguai, acabando com a política expansionista de Lopez.

acumulação capitalista proveniente da agricultura que juntamente com iniciativas privadas e o governo garantiam o despertar industrial.

Segundo Marcelo de Paiva e Lago (2014), o predomínio do emprego rural, correspondendo a cerca de 2/3 da população economicamente ativa, limitava inevitavelmente o desenvolvimento do setor de serviços. É nessa premissa que residia o maior paradoxo do Império, o café, o principal produto exportado, responsável pelo acúmulo de capital, era o mesmo que emperrava os novos modos de produção rumo ao progresso.

A situação política do Império é a que merece mais destaque após a guerra, porque foi o momento decisivo para a monarquia. As mudanças de gabinete ministerial já em 1868 provocaram uma balbúrdia, pois o imperador, ao chamar o Duque de Caxias que era integrante do partido conservador para um ministério formado principalmente por progressistas e liberais, acarretou uma onda de indignação. O ato foi considerado um Golpe de Estado, se instalaria, desse modo, uma ditadura com o aval do poder moderador, que desembocará, por conseguinte, no fim da Guerra do Paraguai, o velho bipartidarismo, com a migração de alguns progressistas para os liberais e a formação do Partido Republicano pelos dissidentes. (CARVALHO, 2007).

Com esse clima de protestos, a monarquia caminhava com cautela devido à eminente ameaça as suas bases e ao jogo político marcado com aspirações pessoais ao poder. O que não incomodava abertamente o Imperador, segundo alguns de seus biógrafos, a exemplo de Carvalho (2007), pois ele acreditava nesse curso natural que levaria o Brasil à República, ressaltando ainda que, se o povo brasileiro não o quisesse como governante, ele poderia ser professor.

Consideramos, baseado nas fontes periódicas, as quais serão motivo de análise nos próximos capítulos, que D. Pedro II não estava tão à margem da situação de instabilidade monárquica. Pensou-se sim em estratégias políticas para tentar criar concordância e dar estabilidade à monarquia após o conflito no Paraguai, como foi o uso político da identidade como um artefato impulsionador, capaz de se reafirmar na tentativa de homogeneizar esse sentimento em todas as camadas.

É certo que muitos intelectuais dos periódicos vão servir de mediadores para tais aspirações do imperador, como também, na mesma proporção, incentivadores da opressão que a monarquia causava no emperramento de nossa política e economia. Pois, certamente sabiam do poder que o monarca representava diante dos seus súditos depois de todos os recursos usados, de acordo com Schwarcz (1998), para maior aproximação com eles, logo após a Guerra do Paraguai, e fazê-los se sentirem parte de todo universo simbólico que envolvia a

consolidação do Estado Nacional. Mesmo sendo atacado diretamente pela imprensa e pelo seu próprio ministério, como ressalta Carvalho (2007), D. Pedro II acreditava na lealdade dos seus. Esse poder e autoridade que duelavam em volta da sua figura continuou presente até nos últimos momentos da queda da monarquia.

Dessa forma, os embates ideológicos centrados nos discursos identitários provocam dissidências, porque, à medida que você se reconhece como parte daquele conjunto homogeneizador, não pode se autointitular pertencente a outro. Esse foi um dos problemas para o Brasil começar a atuar com mais frequência nos assuntos do Prata, pois, nas regiões fronteiriças, os gaúchos estavam sofrendo uma segregação étnico-nacional, aquela de acordo com Zarur (2018), caracterizada pelo *jus sanguini* como preceito de cidadania, ou seja, o indivíduo sofre a discriminação por não ter a mesma origem sanguínea dos demais, mesmo se identificando com aquela cultura. Sendo denominado assim, como um cidadão imperfeito. Muitos gaúchos por terem estâncias que ultrapassavam o limite do Brasil com o Uruguai sentiam a necessidade de serem respeitados e aceitos por aquele outro universo cultural, desfrutando dos mesmos benefícios. Mas, como não eram vistos pelo governo uruguaio pertencentes àquela identidade, eram excluídos, já que não carregavam um sentimento de identificação nacional por aquele país.

Semelhanças podem ser encontradas na análise feita por Karasik (1998) sobre os acontecimentos na região de fronteira entre a Bolívia e a Argentina (La Quiaca-Villazón) pela apropriação da dança carnavalesca *La Diablada*, além da migração destes bolivianos para Argentina, o que acabava gerando nessa sociedade uma disputa sociopolítica e cultural. A autora ressalta sobre os pontos de uma nacionalidade que é construída homogeneamente; ademais, esses bolivianos, que ainda se sentiam bolivianos, culminavam em uma identidade nacional argentina imperfeita, levando conseqüentemente a uma dificuldade de reconhecimento de uma cidadania, conforme destaca a autora:

A atual situação de marginalização parece aguçar a percepção do território provincial como fronteira do país. A categoria de fronteiras em termos nativos encaminha simultaneamente a imagens de pertencimento e exclusão, abrindo e fechando em direção a outros territórios estaduais-nacionais e para o mesmo país do que fazem parte. Esta categoria é frequentemente implantada através de posicionamentos na situação de marginalização social e política da província. (KARASIK, 1998, p. 153).

Em vista disso, podemos perceber como o discurso identitário possui ramificações diversas dependendo da apropriação que é feita dele, podendo estar enraizada no indivíduo o

qual não tem escolha: aderir ou ficar marginalizado. Pode, também, se desenvolver a partir do contato no interior de um grupo cultural que ele escolha pertencer. O que dá margem a duas concepções de identidade: primeiramente a concepção objetivista, na qual existem critérios determinantes como: a língua, a cultura, a religião e a psicologia coletiva; e a concepção subjetivista que abrange uma identificação a uma coletividade imaginária, dá importância às representações que o indivíduo faz da realidade social e de suas divisões (CUCHE, 2002). É baseado nessa segunda concepção que vamos nos nortear nas análises subsequentes.

## CAPÍTULO 2

### IDENTIDADES POLÍTICAS NACIONAIS NO SÉCULO XIX

#### **2.1. Identidades Políticas Nacionais no século XIX: A idealização das identidades no processo de construção dos Estados Nacionais dos Países do Prata**

A defesa do nacionalismo se tornou o ponto inicial para as nações que emergiram no século XIX, principalmente na América Latina. Atributo usado como justificativa para legitimação dos Estados Nacionais.

Pensar o nacionalismo é resgatar as tradições que fazem referência a determinado povo unido por laços culturais. É, antes de qualquer coisa, fazer desse povo um desdobramento das ações políticas em busca de lealdade na formação dessa comunidade imaginada. Despertando, assim, emoções que caracterizem um sentimento patriótico.

Podemos dizer, então, que o nacionalismo é uma forma de patriotismo que opera em uma dimensão simbólica, como mecanismo de legitimação política de um conjunto de valores compartilhados por determinada comunidade concreta que se imagina como comunidade na medida em que seus membros, na maior parte das vezes, não se conhecem todos mutualmente (ELSENBERG, 2003).

A discussão que envolve os projetos de identificação de um primeiro sentimento de identidade nacional associado a um reconhecimento de nação, nos países que hoje formam a parte sul da América Latina, é tema bastante controverso na historiografia platina. Isso porque vários autores hispano-americanos defendem pontos de vista distintos.

A disputa intelectual encontra-se na dicotomia dos primeiros autores da historiografia nacional, apontar a preexistência de uma nacionalidade antes mesmo de ser declarada a independência com relação a Espanha. O nacionalismo, como ideia pré-concebida nos países hispânicos, encontrou apoio nos escritos de Benedict Anderson<sup>22</sup> (1989), pois, segundo este autor, os crioulos foram os primeiros a possuírem uma consciência nacional diante da metrópole. Isso a partir do momento do contato de funcionários peregrinos que prestavam serviço em outras províncias e da circulação de notícias nos jornais locais de todos os acontecimentos provincianos.

---

<sup>22</sup> Benedict Anderson (1936-2015) foi um historiador, professor da Universidade de Cornell, cientista político e irmão do historiador marxista Perry Anderson. Ficou conhecido por desenvolver o conceito de Nação como uma comunidade política imaginada.

Para François Xavier Guerra (1993), mesmo após a desintegração provocada pela independência, ocorrendo por uma soberania nacional, não existia uma nação moderna. Essa comunidade política estava vinculada a pertencerem a mesma coroa e à união com um soberano, que foi transposto pela nova elite nessa nação moderna. Mas nada impediu que outras elites repetissem a mesma transposição e erguessem sua comunidade em uma nova "nação", como o caso do Brasil.

Outros trabalhos, afirmam a existência de uma nação já em 1810 (OSZALACK apud CHIARAMONTE, 1993). Contudo, grande parte dos autores latino americanos, assim como Chiaramonte (1931-presente), acreditam que a nação nunca preexistiu antes do Estado, porque a nação é uma construção do Estado na medida que proporciona a coesão política, cultural e simbólica.

O nacionalismo como um projeto legitimador dos Estados nacionais abrangeu pressupostos similares dentro da região platina, incluindo o Brasil. Inicialmente os debates partiram dos intelectuais e políticos, foram pensadas estratégias de assimilação que recorriam ao passado, como mitos fundadores, heróis e acontecimentos dramáticos. Posto que, são a partir dessas representações, a cultura nacional é capaz de criar um discurso de pertencimento e identificação.

No caso dos países americanos, inicialmente houve embates sobre a que artefato recorrer, pensou-se no passado pré-hispânico ou explicar o surgimento da nação a partir do passado como colônia espanhola. Tal perspectiva provocava certa aversão ao remeter a experiência de dominação sofrida. Porém, a disputa entre os liberais, que defendiam a primeira hipótese, e a historiografia a favor da segunda, foi vencida pela aceitação da maioria pela formação da nação durante a colônia. Mas, de acordo com Rivas (1996), “se apoiando em uma forte diferenciação com a Espanha”.

As comemorações do centenário de independência se tornam o momento propício para os intelectuais perceberem como a questão está disseminada na memória coletiva, assim como movimentarão as discussões sobre as origens nacionais em muitos países.

Na Argentina, os embates a respeito da criação da nação tiveram destaque a partir do Congresso Constituinte de 1824 a 1826, onde duelavam as duas vertentes da existência da nação: uma apontando a origem desde 1810 e a outra daqueles que não a viam antes da independência. Analisando os acontecimentos da região platina, podemos perceber que as

brigas constantes de Rosas com Urquiza<sup>23</sup> pela submissão ao governo central, como já foi discutido no primeiro capítulo desta dissertação, provavam que se não existia uma consciência de identidade nacional entre as províncias durante esse período, quiçá anteriormente.

A percepção de regionalismo se sobrepunha a ideia de uma nação, esta ainda não era encarada como pátria, mas como uma forma de regular a vida coletiva através das estâncias, proporcionando uma coerção econômica e social. Para Leslie Bethell (1991), mesmo depois da vitória de Urquiza sobre Rosas, ficando 6 anos como presidente, ele não governou sobre um Estado Nacional. Não existia um sentido de Identidade Nacional, ou não era suficientemente forte para vencer as lealdades provinciais e pessoais.

Chiaromonte (1993) defende que, o principal erro para ressaltar a existência de uma nacionalidade antes da independência, se deve às análises de documentos pela primeira historiografia. O autor faz uso de um importante documento “La Representación del Cabildo de la ciudad de Mexico”<sup>24</sup>, que exige a exclusividade de empregos públicos para os espanhóis americanos. O que pode ser compreendido no primeiro momento, como um indício de um nacionalismo mexicano, mas que na realidade não é essa a concepção que se quer passar, e sim de identificação com o ser americano.

Assim, os principais autores da discussão querem salientar que: apesar do surgimento de uma nação na região platina, não emergiu da mesma forma e ao mesmo tempo o sentimento de nacionalidade. Vemos claramente mesmo durante o desenrolar da Guerra do Paraguai, em uma das cartas analisadas no primeiro capítulo da dissertação, que o Barão de Mauá afirma a intenção da Argentina propor ao Paraguai a se juntar a Confederação.

Só posteriormente com a morte de Mitre e o caudilhismo diminuir por volta de 1876, segundo Leslie Bethell, “a Argentina vai conseguir estabelecer o poder central e a organização nacional”. Contou para este feito com o apoio “da imprensa, o serviço postal, o Banco Nacional, o sistema ferroviário. Sobre todos os corpos promoveram a identidade e a unidade nacional.” (BETHELL, 1991, p. 298).

Portanto, na Argentina, do mesmo modo que nas demais nações platinas, como veremos a seguir, a construção de uma identidade nacional foi acompanhada da intermediação dos

---

<sup>23</sup> Rosas foi o presidente que acabou com a divisão tradicional entre federalistas e unitários, criando a Confederação Argentina. Porém Urquiza, um chefe caudilho de Corrientes, não era a favor dessa medida. (BETHELL, 1991, p. 282).

<sup>24</sup> “Representación que hizo la ciudad de México al rey D. Carlos III em 1771 sobre los criollos deben ser preferidos a los europeos en la distribución de empleos y beneficios de estos reinos, em J. E. Hernández y Dávalos, Colección de Documentos para la Historia de la Guerra de Independencia de México de 1808 a 1821, México, 1877, Tomo I, p. 427 y sigts. (CHIARAMONTE, 1993, p.54).

intelectuais que transformam a ação política do Estado em ideias disciplinadoras para atender seus objetivos de legitimidade.

John Brewilly descreve claramente o papel desses intelectuais na construção da nacionalidade:

É de fato, naturalmente, que os intelectuais e políticos nacionalistas lançam mão de mitos e símbolos herdados do passado e os tecem numa trama de argumentos destinados a promover a identidade nacional e justificar as reivindicações nacionais. (BREWILLY, 2000, p. 158)

O Uruguai também passou por uma tarefa trabalhosa para construção de sua identidade nacional. O processo se iniciou efetivamente, após as comemorações do primeiro centenário da América Latina.

Como nas demais nações platinas, havia naquele país uma fragmentação, mesmo depois da independência, do que seria essa nacionalidade. Ou seja, a identificação com o nacional ainda não era claro para os indivíduos. O Estado não reuniu aparatos capazes de criar um sentimento de nacionalidade que perpassasse o real e transformasse o discurso em algo integrador. Assim, defende Laurino,

Apesar dos esforços da historiografia nacionalista por apresentar o momento da criação do Estado como a comunicação de um processo político de amadurecimento nacional, a comunidade está excessivamente destruída para criar um auto percepção da identidade política durante os primeiros 50 anos de vida independente. (LAURINO, 2001, p. 29).

Um dos problemas enfrentados pelos uruguaios devia-se principalmente às disputas entre os grupos políticos, blancos e colorados, o que acabava gerando crises dentro da comunidade. Só com o fim dessas disputas partidárias e das alianças com os governos estrangeiros, os uruguaios começaram a pensar na ideia de uma identidade.

A reforma educacional proposta pelo Estado deu uma incipiente possibilidade de se pensar na ideia de nacionalidade uruguaia, à medida que se caracterizou como um projeto de “homogeneização cultural” (GONZÁLES, 2001, p. 32). Sendo essa uma das estratégias que podemos encontrar na criação de um sentimento nacional no século XIX, manter uma ideologia uníssona sobre o fazer-se nação.

Porém, mesmo com o advento do Estado de bem-estar social e da modernização, as bases lançadas no final do século XIX não encontraram fôlego suficiente para criar uma memória coletiva nacional. A questão entra em disputa no centenário da independência, que

será usado como lugar de memória para imbuir definitivamente no imaginário coletivo um elemento de afirmação identitária. De acordo com Meneses (2011), elencando três funções básicas descritas por Pierre Nora: material, simbólica e funcional.

O que se percebe como material, é a necessidade em torno de uma data ou acontecimento que seja lembrado e fixado como uma herança desse passado. Surgem, portanto, os símbolos, como instrumento de legitimação dessa memória, culminando de forma funcional e ideológica na criação dos lugares de memória.

Apesar de todo o universo simbólico que se encontrava forjado, como a escolha de um herói nacional na figura de Artigas<sup>25</sup> e a construção de seu monumento, não pôde se concretizar, ao iniciar logo pelo impasse da data de comemoração do centenário entre os Batllistas<sup>26</sup>, que já não aceitaram o dia 25 de Agosto de 1825 proposto pelos brancos nacionalistas, e também se recusavam ao 30 de Julho de 1830. Isto provocou, evidentemente, uma ruptura na memória coletiva homogênea que se pretendia.

Como o problema do início do nacionalismo uruguaio não chegava a um consenso, foi estipulada pelos grupos políticos a criação, em meados do século XX, da Associação Patriótica do Uruguai. Essa instituição teve como finalidade decidir a data da comemoração do centenário, além de promover o patriotismo envolvendo a população em torno da data escolhida para as celebrações. Dessa forma, o objetivo da intelectualidade uruguaia refletia:

O que se tratava então de encontrar especificamente uma pátria, um país organizado e estável, talvez também – aspiração suprema – uma nação. E todos os instrumentos intelectuais e artísticos se consideram adequados, assim foram poemas, pinturas, livros de história, relatos e romances. Havia que proporcionar imagens, ilustrações, lendas, símbolos e mitos. Um projeto político que teve seus críticos e suas contradições. (GOZALEZ LAURINO, 2001, p. 102).

Diante dessas investidas dos intelectuais para criação de um imaginário, destaca-se um jornal que contribuiu para disseminar a ideia de um sentimento nacional uruguaio: o periódico intitulado *Ilustración Uruguaya* (1883), publicação oficial da Escola de Artes e Ofícios, foi analisado por Cristina Huguerot<sup>27</sup>.

<sup>25</sup> Lei de 1629, de 05 de Julho de 1883, que decide a “construção de uma estátua para o General Artiga” na Praça da Independência. (HEUGUEROT, 2007, p.81).

<sup>26</sup> O termo refere-se ao presidente José Pablo Torcuato Batlle Ordóñez, que criou a política de governo denominada Batllismo. Sendo ligado ao grupo político dos Colorados. (GONZÁLEZ LAURINO, 2001).

<sup>27</sup> Mestre em História, doutora da UBA. Docente de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Unidad Opción Docencia, Universidad de la República O. del Uruguay (UDELAR).

A autora aponta o periódico como um veículo determinante na formação de uma identidade nacional e na criação da figura de um herói. Os editores faziam do jornal um meio para comover a população em torno dos temas nacionais, um instrumento estratégico da consolidação da nação. Acreditamos que, não só no Uruguai, a imprensa periódica do século XIX desempenhou esse papel, pois, como veremos na discussão proposta no próximo capítulo desta dissertação, no Brasil Imperial os intelectuais também usaram a imprensa como fonte de legitimação de uma identidade nacional aflorada com a Guerra do Paraguai.

Heuguerot (2007), discute a problemática de que coexistiam no país “mundos imaginários diferentes e contraditórios que se encontravam presentes na hora de definir as características de nossa nacionalidade”. Destarte, era preciso criar um discurso oficial que chegasse às pessoas, por isso o uso dos jornais, ao mesmo tempo que se concretizasse diante dos seus olhos, os monumentos erigidos. Ademais, todo esse aparato reforçava a política de construção de uma cultura nacional.

Nesse sentido a publicação cumpre uma função didática, de promoção e divulgação dos “rostos da História Pátria” semelhante ao que mais tarde desenvolveria outros artistas americanos como os muralistas Mexicanos, por exemplo. (...)

Acreditamos que tentamos criar e desenvolver um imaginário social compartilhado, o que Castoriadis chama de representações identidades coletivas, apoiar esses veículos e facilitar o desenvolvimento de uma consciência nacional compartilhada. (HEUGUEROT, 2007, p. 82)

Isto posto, a constituição de uma identidade nacional no Uruguai foi marcada por discordâncias entres os grupos políticos que buscavam ressaltar momentos históricos distintos na escolha dos símbolos identitários, sendo o jornal uma das ferramentas usadas para reforçar o discurso de aceitação.

Já o Paraguai, que mesmo passando grande parte de sua história isolado dos assuntos da região do Prata, teve em seus principais governantes como: José Gaspar Rodríguez de Francia, Carlos Antônio Lopez e Solano López, uma política de construção de um nacionalismo que não encontrava bastante dificuldade, já que, desde a ocupação jesuíta, o povo paraguaio aprendeu a ser disciplinado. O diplomata inglês Richard Burton, descreve sua impressão, eurocêntrica, da sociedade paraguaia daquela época:

Não é um povo, mas um rebanho, um *servum pecus* que não conhece outra lei a não ser a de seus superiores e cuja história pode ser resumida em submissão absoluta, fanatismo, obediência cega, dedicação heroica e bárbara

ao tirano que o governa, combinados com ignorância crassa, ódio e desprezo pelo estrangeiro. (BURTON, 1997, p. 48).

Entretanto, percebe-se que o fator contribuinte para reforçar a ideia de uma identidade nacional foi a circulação dos periódicos, principalmente antes e depois da Guerra do Paraguai. No início, o governo de Francia não permitia a circulação de jornais estrangeiros, temendo que a circulação de notícias prejudicasse a política interna ditatorial com revoltas. Porém, as intensas críticas ao governo paraguaio pelos jornais argentinos e brasileiros levaram a alteração dessa postura. “O jornal, mais possante que a máquina a vapor, estava lá, mas como órgão de publicidade só servia aos objetivos governamentais” (BURTON, 1997, p. 38).

Os jornais se tornam veículo de comunicação frequente a partir da lei de administração pública de Carlos Antônio Lopez, no ano de 1844. O primeiro deles, possuía circulação aos sábados, *El Paraguay Independente* (1845). O periódico oficial era destinado a combater as críticas e criar a figura de um Paraguai forte diante dos outros países platinos, que segundo Nascimento (2016), tinha como próprio redator em alguns artigos o presidente. Contudo, sua circulação logo se encerrou no ano de 1852.

Durante o desenrolar da Guerra do Paraguai, os jornais voltaram a ter papel de destaque ao serem redigidos como o objetivo de despertar o sentimento patriótico dos soldados e manter o elo entre a população, garantindo a propaganda do governo de Solano López. *El Centinela* era impresso nas gráficas da imprensa nacional e o *Cabichuí* produzido nos campos de batalhas pelos soldados, apelavam usando, principalmente, xilogravuras, além da língua guarani que ficaria após a guerra, como um dos símbolos do nacionalismo paraguaio. Haja vista, muitos soldados falavam tanto o guarani como o castelhano, pois até a época do governo de Carlos Lopez era proibido o uso do guarani que, devido à política de modernização, se devia usar somente o castelhano.

Escobar (1995) ressalta, assim, o caráter do jornal:

Os textos realçavam as vitórias nacionais e minimizavam o poder do inimigo. Partindo de uma posição voluntarista e usando continuamente mecanismos de mistificação que visavam levantar o moral da tropa, os artigos não refletiam a verdadeira situação das forças históricas da época: a desigual e dramática posição de um só país enfrentando a poderosa coalizão da Tríplice Aliança (ESCOBAR, 1995, p. 124).

Ao final da guerra, e com a instalação dos governos subsequentes, o Paraguai deu continuidade no projeto de construção da nacionalidade. Para isso, os imigrantes residentes no

país e a volta de muitos intelectuais exilados do governo de López, aliados à variedade de periódicos que começaram a surgir, impulsionaram a renovação ideológica.

A primeira geração de intelectuais que se beneficiou da criação das instituições de ensino e cultura, denominados de “geração 900”, escreveram a história paraguaia de cunho totalmente nacionalista, sendo concretizado um espaço de discussões culturais chamado de “Ateneo Paraguayo” (1883). Ligado a essa instituição, entra em circulação sua revista intitulada “Revista del Ateneo Paraguayo”. Porém, logo em 1889 teve suas portas fechadas dando lugar ao “Instituto Paraguayo”, este com maior fôlego promoveu o objetivo de ser um espaço de desenvolvimento intelectual e artístico, usando da “Revista do Instituto Paraguayo” a ferramenta para a expressividade dos intelectuais. Conforme,

De fato, para a vida cultural que se institucionalizava, principalmente para a história nacional, ela se tornou uma espécie de centro gravitacional aonde os poucos intelectuais do país, entre eles os jovens da “geração de 900”, contribuíram com as suas publicações e debates. Aparte as obras de cada um, foi ali que publicaram e debateram as figuras de Cecilio Báez, Manuel Domínguez, Blas Garay, Fulgencio R. Moreno, Juan E. O’Leary e Ignacio A. Pane. Pelas peculiaridades de seu país, ainda longe de recuperar-se da guerra, estes jovens forçaram para atuar nos domínios da organização institucional, produzindo o efeito de renovação dos quadros dirigentes do “Centro Democrático” e da “Asociación Nacional Republicana”, e também o de exercerem postos em todas as instâncias da vida política local (FERNANDES, 2006, p. 14).

Muitos desses intelectuais defendiam aspectos opostos na simbologia a ser empregada para criar essa consciência nacional. A exemplo da construção de Solano López como um mito e símbolo da identidade nacional paraguaia pelo intelectual O’Leary, que encontrou resistência na historiografia que o tratava como culpado do cretinismo que vivia o Paraguai e seus antecessores igualmente ditadores. A briga na imprensa dividiu opiniões, chegando haver passeatas e manifestações de defesa de ambos os lados (FERNANDES, 2006, p. 23). Ao final, mesmo com a resistência e certo desprezo, surge o nacionalismo lopzista.

Posteriormente, essa mistificação deu lugar também a outro grupo que defendia a busca do heroísmo por meio dos vínculos étnicos e culturais. Inspirados nas discussões europeias do século XIX, apresentavam a questão do indígena, do negro e da cultura hispânica como um todo, sendo essas características que explicariam até a superioridade dos soldados paraguaios na Grande Guerra. O importante era fazer emergir o povo como soberano nessa construção nacional, livre das garras dos tiranos que os oprimiram: os espanhóis, os jesuítas e, por fim, a família López. Como descreve Fernandes:

Supostamente, a soberania e a cidadania paraguaia foi alcançada somente após a guerra (1865-1870) que conseguiu pôr fim ao “despotismo” e implantou a “liberdade”, constituindo-se assim num esteio seguro – arraigado na velha tradição iluminista – que permitia a condenação de todo o passado da “nação”, em particular o dos López, podendo pô-los como um dos promotores da degeneração do povo. Inevitavelmente, esta construção política influenciou pesadamente no pensamento intelectual e político liberal “nacional” (FERNANDES, 2006, p. 40).

Desse modo, o papel de criar uma Nação ficou a cargo dos jornais e da historiografia, que não tardou de buscar um mito fundador dessa nacionalidade, com heróis e acontecimentos marcantes, partindo principalmente da Guerra do Paraguai. Processo que acreditamos ter ocorrido semelhante com o Império brasileiro na mesma época, particularmente no uso dos jornais como uma ferramenta de forjamento do nacionalismo.

Ademais, o grupo de intelectuais pós 1870 no Paraguai costurou o povo, o incentivo à criação de escolas, seguindo o modelo americano e europeu civilizatório, na construção de uma nação liberal, sendo a Guerra do Paraguai o divisor de águas: antes, a barbárie; e, depois, a civilização.

## **2.2. As vertentes da política imperial**

A situação política do Império só difere dos anos anteriores de colônia, no que diz respeito a institucionalização do Estado-Nação atrelado a uma burocratização voltada ao ser nacional. O jogo político era caracterizado agora por duas vertentes principais: de um lado o sistema patrimonialista que duelava com uma burocracia legalizada a qual tentava se instituir, e do outro uma base econômica que culminava na decadência do sistema colonial centrado, segundo Alonso (2002), na tríade latifúndio – escravo – monocultura, abrindo espaço para a modernização.

Para dar base de sustentação a todo esse aparato que causava dissidências constantes na vida política, o parlamentarismo exercido por D. Pedro II contava com o apoio do poder Moderador. O imperador escolhia livremente os ministros e, quando solicitado, podia dissolver a câmara (CARVALHO, 2014, p. 98). Isto é, uma espécie de poder que resguardava os direitos se fossem impostos de forma arbitrária pela elite.

À vista disso, o seu poder precisava sempre ser legitimado para se manter estável. O que no decorrer do Império sofrerá abalos, pois esse parlamentarismo vai seguir pressionando para que as escolhas ministeriais atendam aos desejos dos membros e quando não ocorriam, o

imperador era tachado de déspota. Como veremos nas análises dos periódicos, será essa disputa político-partidária de cunho ideológico, em torno do poder e da autoridade do imperador, que guiará os intelectuais para de um lado manter a estabilidade política legitimando o imperador e de outro o uso oportunista para desestabilizá-lo.

## **2.2. Poder Moderador ou Poder Concessor?**

Sabe-se que a história envolvendo a política imperial do Segundo Reinado é centrada na configuração de um parlamentarismo nada convencional. O imperador, chefe do Estado, seria o responsável por manipular os partidos de acordo com seus interesses, relegando a segundo plano a maioria das decisões ministeriais. Na prática, essa definição de um poder Moderador autoritário se mostrava constantemente susceptível a acordos, haja vista que, para se manter um poder, é preciso arranjos políticos, negociações e concessões com as classes subalternas, como foi observado nas análises dos jornais que discutiremos mais a frente. Para Carvalho,

Havia, sem dúvida, certa ilusão de ótica nessa crítica a centralização. O poder do Estado era em parte ilusório. As autoridades locais, como os delegados de polícia e os comandantes da Guarda Nacional, eram nomeados pelo governo central, mas sempre em entendimento e em benefícios dos chefes locais. Tratava-se não tanto de um controle do governo como de um acordo tácito com os grupos dominantes locais. (CARVALHO, 2014, p. 102).

Assim, a política imperial caracterizava-se por um jogo de concessões a fim de manter a legitimidade e a estabilidade da monarquia. Mesmo quando se aplicou a política de conciliação dos ministérios, podia ser observado que o poder Moderador não atuava sozinho.

Sérgio Eduardo Ferraz (2017) fez um estudo sobre essa dinâmica da política no Império, no qual analisou os dados da Câmara de deputados para provar sua tese de que houve períodos de oscilações entre a conciliação imposta pela Coroa e as práticas determinadas pelos ministérios para a dissolução do parlamento. O autor afirma que a queda dos ministérios não dependia do controle da Coroa e nem era sua responsabilidade a instabilidade governamental, mas sim os conflitos entre o Executivo e o Legislativo.

Nos anos de 1840 a 1889, foram revezados no poder cerca de 37 gabinetes com duração por volta de um pouco mais de um ano. Baseado nas análises de Ferraz, das 37 demissões do governo, 19 foram resultados da interferência da Câmara dos Deputados e somente em 10 foram oportunidades direcionadas pela Coroa; 5 episódios que refletiam a decisão dos

presidentes de Conselho ou casos residuais. Além de 3 alterações que ocorreram de forma conjunta entre o trono e a Câmara.

Portanto, vemos claramente que a estrutura do poder imperial caminhava nessa dependência a qual levava a dificultar a mudança nas práticas patrimonialistas do governo, pois era uma das bases de sustentação dessa política. Apesar do imperador não concordar com tais práticas, prezava pela introdução da adoção do “critério de méritos e da moralidade” (CARVALHO, 2007, p. 83) para escolher funcionários.

Mesmo diante desses embates ideológicos travados, principalmente nos jornais, usando alguns da Guerra do Paraguai para atacar a figura do imperador e do partido que chefiasse o ministério, percebeu-se que muitos deles acreditavam na instituição monárquica como a forma legítima de governo, a qual levaria ao progresso. O ponto crucial seria manter os privilégios e interesses desses grupos intocáveis, por meio de um discurso capaz de sobressair um tipo ideal de representação partidária.

O marco divisor dessas discussões surge com o movimento intelectual da “geração de 1870”, no qual um grupo de intelectuais marginalizados da vida política passam a contestar as instituições monárquicas e o liberalismo estamental, pregando o reformismo. O que deu margem para o surgimento desse movimento foi que logo após a Guerra do Paraguai as medidas adotadas pelo gabinete conservador, liderado no período por José Maria Paranhos, o Barão do Rio Branco, acarretaram uma cisão na elite imperial, pois como ressalta Carvalho (2014), a aprovação da lei do Ventre Livre não foi encarada com naturalidade pela ala mais conservadora.

Para Ferraz, o gabinete do Rio Branco, embora formado por conservadores, era estranho a ala “puritana” do partido da ordem, sua lealdade dirigia-se ao Imperador. (FERRAZ, 2017, p. 73). Por isso, alguns jornais saíam na defesa do imperador, como o Jornal do Comércio que era editorado por Paranhos e, de acordo com Sodré (1999), visto como o quarto poder, a história dele se confunde com a do Império. No entanto, as reformas propostas e a modernização que se faziam presente com a inauguração do telégrafo, mais estradas de ferro, proteção à entrada de mão de obra imigrante, o censo de 1872 ou a laicização da religião, todas sugeridas por Rio Branco, abalaram com a ordem vigente do *status quo* imperial. Assim,

O processo de cisão política e a tentativa de modernização da sociedade e da economia dos anos 1870 geraram uma crise que desestabilizou a ordem saquarema. Os partidos políticos se desfiguraram, exacerbou-se a cisão liberal e os princípios de legitimação da ordem sociopolítica foram

reiterados por uma ala reacionária. Além disso, a reforma conservadora abriu novas vias de acesso ao universo político para agentes sociais até então alijados. (ALONSO, 2002, p. 87).

Buscando compreender melhor esses embates partidários no Império, principalmente envolvendo a Guerra do Paraguai como dispositivo, foram analisados os discursos travados pelos intelectuais nos jornais que procuraram legitimar suas posições políticas, como também em alguns momentos atacar e defender a instituição monárquica.

### **2.3. Embates ideológicos: a manipulação dos discursos político-partidários nos jornais**

A imprensa periódica como fonte para pesquisa histórica começa a ser discutida após surgir os *Annales*, que promoveu a ampliação no conceito de fontes históricas. No Brasil, os escritos de Gilberto Freyre foram os pioneiros nos anos de 1930, seguido pelos de Nelson Werneck Sodr e nos anos de 1960, impulsionando a História Cultural brasileira. Dessa forma, a historiografia passou a utilizar o jornal como um novo tipo de fonte documental, conseqüentemente, a imprensa se posiciona sempre carregada de um teor político capaz de manipular o imaginário, sendo uma porta voz de um grupo e intervindo na vida social.

O Jornal como formativo é um tipo de documento que indica aos historiadores a medida aproximada da consciência que os homens têm de sua época e de seus problemas (CAMARGO, 1971, p. 225). Com isso, a partir da análise dos textos periódicos, se pode tecer as estruturas de sociabilidades capazes de recriar ideologias em favor de uma rela o de poder, utilizando para isso um discurso manipulativo. Haja vista que, um periódico está envolto em jogos de interesses paradoxos, em certos momentos convergentes e em outros conflituosos na busca incessante para conquistar tanto pela razão como pela emo o, mostrando sua força política. Por ele, podemos absorver a ideia construída sobre dada realidade histórica através dos discursos presentes no corpo do texto associados tanto a tutela do poder político quanto as opiniões oposicionistas que se quer divulgar. Segundo Maria Helena Rolim Capelato (1988), o confronto das falas, que exprimem ideias e práticas, permite ao pesquisador captar, com riqueza de detalhes, o significado da atua o de diferentes grupos que se orientam por interesses específicos.

O jornal é capaz de fornecer outras perspectivas de estudos paralelos, assim propicia compreender uma totalidade histórica, a partir da delimita o dos espaços geográficos onde circulam os periódicos, do seu poder de influência, das diversas camadas sociais atingidas,

das relações de preços e custo da produção, enfim um vasto material para formulação de uma determinada sociedade. No entanto, não se pode usá-lo como verdade absoluta, estudando de maneira isolada, é preciso contrapô-lo com outras fontes e se ter um rigor teórico-metodológico para não se levar pelo discurso produzido e fazer uma análise superficial, porque sua função social geralmente está associada a um pensar de seletas classes sociais. Por isso, como afirma Capelato, vale destacar que:

Desde seus primórdios, a imprensa se impôs como uma força política. Os governos e os poderosos sempre utilizam e temem; por isso adulam, vigiam, controlam e punem os jornais. (...)

Os que manejam a arma - jornal tem uma variada gama de opções entre o domínio das consciências e liberdade; os alvos que procuram atingir são definidos antes da luta, mas o próprio movimento da história os leva, muitas vezes, a mudar o rumo. (CAPELATO, 1988, p. 13).

De acordo com Reis (2008), o jornal Noticiador de Minas chegou a afirmar que a imprensa no Brasil era o quinto poder, ao recordar, no Império, haver a divisão em Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador. Concluindo assim que a imprensa tinha tanta força a ponto de agir como um poder a mais, sendo em fins do século XIX um artifício político, pois era um veículo de protestos e reivindicações, refletindo as inquietações da sociedade.

O universo cultural que comporta esse discurso mostra os embates das elites culturais, principalmente nos jornais durante o período analisado durante e após a Guerra do Paraguai, tendo em vista que é essa camada de intelectuais responsáveis por criar e difundir ideologias para reforçar o papel da guerra como algo positivo no sentido de integrar a população por uma causa que eles reconheciam como deles, bem como ressalta o Jornal do Comércio<sup>28</sup>: “talvez país algum do mundo tivesse dado um exemplo tão brilhante de seu patriotismo, de seu entusiasmo pelas glórias nacionais, como acabava de dar o povo do Império”. A maioria desses periódicos, em circulação na época da guerra e após ela, foram usados como meio de reforçar esse poder simbólico exercido pelo Estado Imperial, porque em grande parcela dos jornais analisados foi observado que se declaravam monarquistas, a exemplo do próprio Jornal do Comércio no qual o monarca D. Pedro II possuía uma coluna e o José Maria da Silva Paranhos, o chefe dos Voluntários da Pátria da Bahia durante a Guerra do Paraguai, fazia a editoração.<sup>29</sup>

---

<sup>28</sup> Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 20 mar. 1870. BN/RJ.

<sup>29</sup> Jornal do Comércio, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/artigos/jornal-do-commercio-rio-de-janeiro/>> Acesso em: 21 de Mar, 2018. BN/RJ.

O Jornal do Comércio era um veículo de divulgação de grande expressividade na América do Sul até o ano de 2016 quando encerrou suas edições oficialmente. Desde sua fundação em 1 de Outubro de 1827, pelo francês Pierre René François Plancher de La Noé (1779-1844), possuía caráter conservador, apesar de La Noé ser bonapartista e sofrer perseguições na França. Em virtude disso, ele teve que sair do país, entretanto, ao pisar em solo brasileiro, já aguardavam-no com um decreto de expulsão. Conseguiu provar a inocência e tornou-se muito amigo de D. Pedro I.<sup>30</sup> Por isso, o discurso que podemos analisar no periódico antes e após a Guerra do Paraguai de alguma forma sempre foi de caráter conservador e de estímulo às estratégias políticas, mesmo o jornal declarando não possuir partidos. Porém, devido a esses laços com a família imperial, que vão se estender com os demais organizadores com maior ou menor intensidade, percebemos a causa defendida.

Em vista disso, a gráfica de La Noé, com o nome *Imperial Tipografia*, inicialmente com todo aval do imperador para o uso, imprimia demandas corriqueiras, tais como papéis, leis ou venda de livros franceses, os quais ajudavam na formação da futura elite intelectual e os planos de uma cultura política nacional. Ainda houve publicações de um jornal lançado por ele chamado *O Espectador*, que defendia abertamente o regime monárquico, mas logo saiu de circulação. Ao entrar em cena, o *Jornal do Comércio* era simplesmente destinado a assuntos comerciais e econômicos, ocorrendo a reviravolta no ano de 1828 com a mudança de nome e postura, quando passou a se chamar *Jornal do Comércio, Folha Comercial e Política* acendendo o debate sobre a forma política que D. Pedro I estava conduzindo o Brasil, especialmente suas preferências aos portugueses residentes, o que reforçava o antilusitanismo existente desde a época colonial, levando à quebra da relação e tornando-se um veículo de oposição.<sup>31</sup>

Porém, no ano de 1832, o jornal foi vendido para Junius Villeneuve (1804-1863) e Réol Antoine de Mougnot (nada consta); La Noé ainda permaneceu um tempo fazendo assessoramento, mas em seguida embargou para França. O periódico não emitia opinião nessa época referente ao governo, pois o próprio dono era comerciante e possuía alianças com os empresários do mesmo ramo. Só depois de seu afastamento durante o Segundo Império e o comando ficar a cargo do editor Picot, o jornal passa ser uma ferramenta expressiva de opinião pública.<sup>32</sup> A época analisada pela pesquisa, o comando do jornal estava com Julio Constance de Villeneuve (1839-1910), filho de Junius, quem se tornará conde no Império,

---

<sup>30</sup> CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-do-comercio>> Acesso em: 21 de Mar, 2018.

<sup>31</sup> CPDOC. op. cit.

<sup>32</sup> CPDOC. Ibidem.

mantendo o mesmo apoio visto desde a fundação do periódico: ao lado da monarquia, sem no entanto deixar de contrariar as elites agrárias com discussões sobre abolicionismo.

Podemos perceber o início do desenvolvimento de uma cultura nacional com o incentivo dado ao governo imperial no *Jornal do Comércio* nos anos finais da Guerra do Paraguai, observemos a transcrição.

A notícia que acaba de ser dada por acabada a Guerra do Paraguai pelas nações aliadas e que entre elas foi celebrada o ajuste de ser retirada dali uma grande parte dos nossos comprovincianos, muito tem alegrado a população (...).

Não estão ainda assim removidas todas as dificuldades; a tarefa do governo toma agora um novo aspecto. Preciso é voltar nossas vistas para as províncias e especialmente para esta, para onde se recolhem esses cidadãos, hoje habituados aos combates e a vida dos acampamentos militares. Licenciados agora, e sem hábitos do trabalho pacífico, nele encontrará o espírito da turbulência elementos próprios para as comoções populares. Não se descuide, portanto, o governo de colocar a testa da administração dessas províncias homens de caráter enérgico e independente, que não se amedrontem com as ameaças que o espírito da turbulência, com o nome do partido liberal, não cessa de empregar contra o governo (...).<sup>33</sup>

O *Jornal do Comércio* publicava cartas de particulares para discutir sobre política e os acontecimentos das províncias, como foi elencado na transcrição da carta. Tratava-se de um esboço de como a população gaúcha recebeu a informação do término da guerra e a possível volta das tropas com entusiasmo, em virtude de, passados cinco anos de angústias, ter os entes queridos de volta “não nos parece haver notícia melhor”. Como já ressaltamos, o *Jornal do Comércio* na maior parte do tempo teve caráter conservador, por isso a publicação expressa o alerta ao governo de que é melhor se voltar agora para os problemas internos das províncias, já que a guerra vinha chegando ao fim, destacando a mudança de postura das tropas que partiram e que chegavam, pois a experiência nas fileiras militares com outros soldados argentinos e uruguaios acabaria por ter despertado reflexões acerca dos problemas que eles enfrentavam dentro do seu próprio país e, conseqüentemente, ajudar a desestabilizar o império e o poder do monarca. Diante disso, o Imperador tinha que estar preparado para indicar um representante de província que fosse do partido conservador para evitar um levante inflado pelos liberais e provocasse uma nova guerra, agora civil, haja vista a província do Rio Grande do Sul em um passado recente teve ímpetos de contestação ao governo central.

Se o imperador aceitou o alerta ou não, serviu pelo menos para o próprio questionar suas atitudes políticas na província, a qual recebia todo aparato do Conselho de Estado, órgão

---

<sup>33</sup> Carta Particular, São Pedro do Sul – Porto Alegre (30/12/1869). *Jornal do Comércio*, 20 Jan. de 1870. BN/RJ.

que era responsável por auxiliar a monarquia, pois funcionava como uma espécie de árbitro de conflitos e mediador de interesses entre o Império e todos os grupos políticos, particularmente autoridades regionais e locais. O que mostra que uma relação de poder está envolvida de certa forma com tensões e negociações: para se manter, D. Pedro II precisava dessas concessões, como permitir o sistema de patronato, um sistema que criava simbolicamente a unidade para melhor articular sua política de governo e autoridade. Dessa maneira,

Para o monarca, o segredo do bom funcionamento do sistema parlamentar de governo estava nas eleições confiáveis. Se os ministros manipulavam as eleições, a opinião nacional não se manifestava no Parlamento e o Poder moderador era obrigado a promover, por conta própria, a rotação dos partidos no governo. (CARVALHO, 2014, p. 56).

Desde o ano anterior, em 1868, D. Pedro II já havia trocado o ministério pelos conservadores, mostrando que Sua Majestade habilmente sabia as estratégias políticas para se adotar se quisesse se manter no poder, visto que um novo debate político foi surgindo em fins da década de 1860 colocando em discussão a representação política e a manutenção do poder moderador, os quais receberam duras críticas. Isso ocorreu, pois um grupo de intelectuais da geração 1870, como já foi discutido anteriormente, exigia reformas. Portanto, mesmo com as concessões, o poder moderador atuava nos momentos decisivos com o intuito de converter esses arranjos em estabilidade. Assim, o Estado manteve simultaneamente sua legitimidade e a ordem social hierárquica (BETHELL, 1991, p. 405).

O jornal expõe ainda o apoio que recebia de uma parcela da sociedade gaúcha para tal feito e de forma expressiva, já que sabemos se tratar de algum intelectual com representatividade, a julgar pela análise da conjuntura política e o espaço recebido no jornal, pois se não estivesse envolto em uma rede de sociabilidade, não desfrutaria dessa publicação. Outra carta particular publicada no *Jornal do Comércio* da mesma edição evidencia uma análise crítica da situação pós-guerra, uma forma de contestação dissidente da cultura nacional que se queria homogeneizar.

Grandes foram, na verdade, as provocações porque passamos; uma guerra infelizmente mal principiada, e por muito tempo mal dirigida, que absorveu enormes somas de capitais, esvaídos nem sempre por força da necessidade imperiosa, mas pela má gestão dos negócios públicos, não podia deixar de empobrecer-nos muito, e de inabilitar por largo tempo de podermos extinguir os horrorosos déficits, que atualmente pesão sobre o país inteiro. Se ao consumo improdutivo de tantos capitães aduzirmos o dos braços, que desaparecerão do cultivo da terra e da indústria, teremos completado o quadro negro dos males que pesão sobre o país, e bem compreendido a severa lição que a pesada mão da Providência nos deu.

Oxalá que essa lição sirva de escarmento para o futuro! Oxalá tenhamos adquirido juízo para cuidarmos de reconstruir esses gastos e empobrecida sociedade (...).

Portanto é tempo de abstrairmos um pouco dessas lutas partidárias tão estéreis, e, por uma política franca, generosa e elevada, fazer esquecer rivalidades sem legítimo proveito. O pugilato de insultas não serve a princípio algum, desmoraliza, estraga e avilta a sociedade. Na esfera constitucional governo e oposição encontrarão a legítima entrada para a atividade política em bem da sociedade, evitá-la é marchar para o abismo e desservir à pátria que nos deu o ser (...).<sup>34</sup>

O autor anônimo começa criticando a entrada do Brasil na Guerra do Paraguai, muitas pessoas inicialmente se prontificaram com um entusiasmo para defesa da honra nacional, entretanto, com a demora para o fim do conflito, houve divergências sobre se manter ou não até as últimas consequências, principalmente a elite dependente da região platina devido sobretudo às proporções econômicas, a exemplo do próprio Barão de Mauá como foi discutido no primeiro capítulo. Agora, o governo imperial, motivador de todo patriotismo, era o único culpado pelo aumento das dívidas, porque foi preciso recorrer a vários empréstimos frente a Inglaterra para se equipar o exército e a construção de embarcações; o que ao fim da guerra fez as despesas subirem consideravelmente, provocando um emperramento dos mecanismos de trabalho, mas que, para a própria sorte, conseguiu se recuperar períodos depois, sobretudo pelo excedente de capital proveniente da agricultura.

O que nos chamou também atenção na carta enviada ao jornal é que, além de tudo, indica uma insatisfação por parte da elite agrária com medo da abolição dos escravos pós-guerra, pois, como transcrito por esse cidadão, além da perda de soldados que, devido ao combate ou a doenças adquiridas durante o conflito<sup>35</sup> poderiam ser usados também como mão de obra, seria um sacrilégio ficar também sem braços para as outras atividades econômicas, no caso sem os escravos. Por decreto de D. Pedro II, todos os escravos que servissem na Guerra do Paraguai, adquiriam alforria, o que poderia ajudar a levantar mais debates sobre o processo abolicionista o qual já vinha caminhando no cenário político do Império e que o próprio monarca afirmou que ao final da guerra resolveria essa questão (CARVALHO, 2007, p. 133-134). Temendo esse acontecimento, o indivíduo mostra seu total repúdio, porque para ele seria outro mal que abalaria o país, já castigado pela providência divina. Assim, isso deveria servir de lição a fim de não nos meter em mais nenhuma guerra e que a preocupação recaísse para o estabelecimento do equilíbrio econômico.

<sup>34</sup> Carta Particular, Ouro Preto – Minas Gerais (06/01/1870). Jornal do Comércio, 20 Jan. de 1870. BN/RJ

<sup>35</sup> Uma das causas de maior baixa no exército brasileiro durante a Guerra do Paraguai foi devido a doenças como o tifo adquiridas pelas condições de higiene dentro das valas onde se alojavam os soldados. Jornal Diário de São Paulo, 13 Ago. de 1865. BN/RJ.

Para ele, o que dificultava a gerência do país era a briga política entre liberais e conservadores, se esta cessasse, poderia focar nos verdadeiros problemas que a nação passava, criando bases para seu desenvolvimento. Além do trecho transcrito, são citadas algumas ideias que poderiam ser implementadas no país, como educação profissional, de vias de comunicação, de braços<sup>36</sup>, de garantias de vida e propriedade, severa e bem entendida economia e de rigorosa fiscalização do serviço público, seriam a preocupação de qualquer governo. Isso sim era o papel da política caminhar para o bem da sociedade, e fugir disso seria uma espécie de traição com o país.

Acreditamos, pelo teor final da carta, se tratar de alguém da elite intelectual pela profunda análise da conjuntura política e econômica do país e que não possuía ligações com nenhum dos partidos, pois contesta abertamente a má administração pelo sistema monárquico e aspira a união do governo com a oposição, tencionando o fortalecimento da sociedade para que esta não desmorone. Tal constatação é assinalada porque os jornais eram o espaço onde os intelectuais discutiam a dinâmica política, e os reformistas da geração 1870, que o autor do artigo poderia fazer parte devido à semelhança em alguns pontos do discurso, ignoravam os problemas cruciais da sociedade, sobretudo a escravidão (ALONSO, 2002, p. 35). Um paradoxo, já que prezam pelo bem da sociedade, mas nela não se inclui igualdade a todos os cidadãos perante a lei, haja vista o temor da liberdade dos escravos e as reformas feitas a partir do âmbito constitucional, ou seja, sem o povo.

O governo imperial vivia em meio a tensões devido a esses embates partidários entre conservadores e liberais, tendo a guerra como alvo para enfraquecer o poder e a autoridade do imperador nessas discussões travadas nos periódicos. Em alguns, eram denunciadas as manipulações de notícias feitas por outros jornais para que a Guerra do Paraguai fosse só vista como algo positivo e necessário, em virtude de estar promovendo a união das províncias e a criação de uma identidade; a qual o governo se apropriou posteriormente para tentar dar base de sustentação a uma política em transição. Na transcrição abaixo fica evidente a denúncia do periódico.

(...) Se erramos em algumas de nossas conjecturas, a culpa é do governo que pretende impor-nos silêncio pelo mistério de que rodeia os seus atos, furtando à publicidade documentos que o país tem o direito de conhecer e debalde reclamamos para formar um juízo seguro.

Em falta do Diário Oficial, que às vezes traz o expediente atrasado de um mês, e afinal só publica o que convém ao ministério, somos obrigados a

---

<sup>36</sup> Algumas dessas exigências citadas, como a dos braços, foram solucionadas por Rio Branco ao assumir o comando do ministério; no tocante da imigração europeia, com leis de controle do trabalho livre e lei de naturalização dos estrangeiros no país há mais de dois anos. (ALONSO, 2002, p. 84).

servir-nos dos jornais estrangeiros, que não raro estão mais em dia com os negócios do Brasil do que a folha oficial, e das notícias particulares que nos são remetidas.

(...) Assim enquanto a imprensa platina, proclama a guerra como terminada o imperador do Brasil pede a Deus que a volta dos voluntários seja prenúncio da terminação da guerra, e o seu governo conserva-se mudo.

Entretanto parece que já era tempo de instruir a nação sobre a política adoptada pelo governo em relação ao Paraguai (...).<sup>37</sup>

O jornal *A Reforma: órgão democrático*, como se intitulava, apresentava-se claramente com um periódico de oposição à monarquia e ao imperador como observamos na transcrição acima. Localizado na rua do ouvidor, não permitia “testas de ferro”<sup>38</sup> e nem publicações aos domingos, como vemos descrito na primeira página da edição. Ressaltando assim a característica do jornal não usar ninguém para expressar suas opiniões, afirmando sua imparcialidade em servir a determinados arranjos políticos. Sua primeira circulação data de 12 de maio de 1869, dirigido por Francisco Otaviano, originado do Clube da Reforma<sup>39</sup>, quem inicialmente havia publicado o manifesto em março de 1869 como indignação da troca dos ministérios, acusando de Golpe de Estado e da implantação de uma ditadura com anuência de D. Pedro II, assim exigindo reformas imediatas como: a eleitoral, voto direto nas cidades com mais de 10 mil habitantes; a judiciária, para separar as funções judiciárias das policiais; a abolição do recrutamento e da Guarda Nacional; e o início do processo de abolição pela libertação do ventre (CARVALHO, 2007, p. 126). Portanto, o jornal vai promover a união e o fôlego necessário ao partido liberal.

As acusações dessa edição recaem sobre o real significado da Guerra do Paraguai, pois, como veremos mais adiante no capítulo 3, outros jornais acabam defendendo todos os sacrifícios feitos pelo Império como forma de se impor perante a região platina, um mal necessário para a estabilidade. O que preocupava o *Jornal A Reforma* era a demora nas notícias que para eles, antes de se chegarem ao público pelo Diário Oficial, o qual publicava as informações oficiais sobre o conflito, sofria omissões para privilegiar o partido político que se achava no poder, os conservadores, fazendo a população de ingênua com o intuito de não haver manifestações contra a monarquia devido à demora para o fim da guerra. E eles, como se intitulavam um “órgão democrático”, cabiam deixar todos informados recorrendo a

<sup>37</sup> Jornal a Reforma, 3 mar. 1870. BN/RJ.

<sup>38</sup> Termo intitulado pelo periódico.

<sup>39</sup> Grupo de políticos dissidentes que surgiu no Rio de Janeiro logo após a Guerra do Paraguai (1864-1870). Seu objetivo era combater a centralização monárquica e implantar uma República federativa no Brasil. (CARVALHO, 2007, p. 126).

publicações de jornais estrangeiros e particulares que porventura estiveram no campo de batalha.

Todavia, percebe-se a qual tendência o periódico se filia ao afirmar que D. Pedro II “está com medo de manter a guerra depois da saída dos compatriotas platinos”, o que não possui fundamento, pois sabemos que o maior contingente de homens e armamentos vinha do Império brasileiro e que se a guerra se estendeu até 1 de Março de 1870, foi justamente pela única e exclusiva vontade do imperador de prender Solano López por duvidar de seu ímpeto como um grande governante, visto que de acordo com Carvalho (2007), sempre se declarou contra guerras e qualquer tipo de violência. Ao final, o jornal acusa D. Pedro II: “o seu governo conserva-se mudo”, a preocupação maior do periódico é o porquê do governo esconder a verdade sobre os acontecimentos da guerra e não informa ao povo as medidas que vinham sendo tomadas no território paraguaio, como a instalação do governo provisório; já era hora do povo saber sobre a política no Prata e o jornal tem que exercer essa “consciência secundária”.

Compreendemos, através do confronto de outra fonte, o jornal *Diário do Povo* do ano de 1867, que o povo sempre aguardava por notícias favoráveis da campanha, as quais eram prometidas pelo governo. “No estado de tanta ansiedade do espírito nacional, quando todas as vistas convergiam para as margens do Prata, havia como que um terror vago de qualquer mudança no interior”<sup>40</sup>, eles esperavam pelo fim do conflito como havia sido prometido por Nabuco há mais de dois anos. Por isso, a omissão das notícias causava desconfianças no jornal *A Reforma*, o governo temia divulgar o prolongamento da guerra que poderia causar uma onda de insatisfação e, conseqüentemente, ameaçar a ordem. Como destaca Carvalho: “à medida que se prolongava além de todas as expectativas, despertasse dúvidas e reações negativas na população e na elite” (CARVALHO, 2007, p. 124).

Outros jornais, como o *Diário do Povo*, ajudam a reforçar a autoridade do monarca para logo em seguida questionar sua forma política de governo. De acordo com Bahia (2009), na visão de Picot, o editor do Jornal do Comércio, o papel que cabe ao jornal é “que nunca um jornalista deve dizer tanto bem de uma pessoa que não possa vir a dizer mal dela; nem tanto mal, que não possa vir a dizer bem, quando a merecer”. O que nos leva a pensar que os jornais geralmente atendem a interesses específicos.

O *Diário do Povo* intitulado político, literário, noticioso e comercial, na época da Guerra do Paraguai e após, circulava por apenas duas vezes na semana no Rio de Janeiro:

---

<sup>40</sup> Jornal *Diário do Povo*, 4 Out. 1867. BN/RJ.

quartas e sábados. Foi redigido pela primeira vez em 1868 por Tavares Bastos e Lafaiete Rodrigues Pereira, este logo saiu em fevereiro de 1869 para juntar-se a *Reforma* que começou a ser publicado no dia 12 de maio do corrente ano. Suas edições deixam clara a defesa do regime monárquico como melhor forma de governo, o que não significa proporcionalmente apoio ao imperador, como podemos observar na transcrição abaixo:

Pertencemos a nova geração, a geração que agora surge, e não quer partilhar dos erros do passado. Não temos ligações nem compromissos; não vimos falar em nome de partidos já gastos e condenados, nem advogar interesses mesquinhos e pessoais; falamos em nome do povo, é nossa causa a causa da nação; por isso nos chamamos – Diário do Povo.

Queremos antes de tudo a monarquia, que é o penhor mais seguro da estabilidade de nossas instituições: queremos a ordem, que é a base mais sólida da sociedade; queremos o progresso, que é condição vital dos povos modernos.

Eis a nova divisa e o nosso programa.

Hoje, que os políticos de todos os credos, os sustentadores de teoria oca e retumbantes, querem arrancar de sobre ombros a responsabilidade, que nela pesa, para atirá-la imprudentemente até onde ela não pode elevar-se há de certo coragem e há mérito naqueles que proclamam bem alto, como fazemos, em face do povo, a necessidade indeclinável de cercar de todo o respeito, de todo amor, de toda a dedicação a monarquia no Brasil.

O Diário do Povo é essencialmente monarquista.<sup>41</sup>

O periódico chega ao meio político como “um órgão de defesa das minorias”, com uma ideologia apelativa no discurso para subestimar essas classes tanto a adesão à causa da monarquia, como também para serem leitores assíduos do periódico por se tratar de discutir interesses das massas, como ele deixa claro com o próprio nome. Isso, além da necessidade financeira da compra dos jornais para manter viva as impressões, já que o periódico só é impresso duas vezes na semana, precisando de um público fiel para se criar uma rotatividade. Deixa claro não pertencer a nenhum dos partidos políticos que estavam sempre brigando pelo poder levado pelos seus próprios interesses e não ao bem do Brasil, sendo sua defesa a monarquia longe de ser bajulações por amor ao monarca e sim, todavia, acreditarem que é a melhor forma de governo para o país ter uma estabilidade, podendo chegar ao progresso. Supomos por essa análise que esse jornal também culpa o enfraquecimento da política imperial devido às brigas de poder entre liberais e conservadores, mas não deixa de apoiar a cultura política do regime.

Em outra edição, o *Diário do Povo*, mostra mais claramente essa aversão aos partidos políticos:

---

<sup>41</sup> Diário do Povo, 2 jul. de 1867. BN/RJ.

Que poderão, e que poderão hoje, dizer-nos a nos que queremos o progresso, a nos que queremos a fraternidade, eles, os homens do regresso, liberais ou conservadores se chamam embora, inapropriadamente, eles, os homens dos ódios eternos, dos rancores, que o tempo não pode destruir?

O povo os repeliu então, como há de repelir sempre todo partido político, que não se firmar na larga base da opinião, e cujo pensamento diretor não corresponder perfeitamente a uma necessidade da sociedade.<sup>42</sup>

Destarte, o periódico enfatiza sua aversão pelos partidos políticos do Brasil por não cumprirem seu verdadeiro papel que seria trabalharem para o melhoramento da sociedade e não importava quem estava no poder, conservadores ou liberais, ambos possuíam o mesmo discurso elitista em defesa da minoria. Na sequência de trechos expostos nos dias seguintes, na edição de número 5, voltam a destacar essa ideologia dos grupos dominantes por meio da observação do discurso de alguns representantes desses partidos, primeiro com o Barão de Cotegipe, membro do partido conservador, que havia formulado um programa no Senado no qual qualquer liberal mais histórico aceitaria sem questionar uma vírgula. Em seguida, comenta de outro periódico, o *Correio Mercantil*, que apareceu como órgão do partido conservador, mas que se utiliza dos princípios mais liberais.

O mais interessante frisado pelo *Diário do povo*<sup>43</sup> é o apoio que um homem liberal depois de um certo brinde, terminar com estas palavras: “O partido liberal de hoje só pede uma coisa: - a constituição fielmente executada”. E isso desencadeou comentários em um jornal conservador da corte pedindo a mesma coisa: “a execução da constituição”. Horas mais tarde no parlamento, um progressista soltou que seu partido só queria: “a constituição executada com lealdade!”. Assim, para o jornal não seria muita coincidência que esses partidos exprimiram quase idênticas ideias, mas que isso fazia parte de uma manobra política para que ambos se beneficiassem às custas do serviço público; lembrando que D. Pedro II mantinha um ministério da conciliação para fortalecer seu poder e autoridade diante dos subalternos, de certa forma esses arranjos políticos entre grupos rivais aconteciam para manter em equilíbrio suas forças e mais benefícios acontecessem com essas alianças partidárias, somente até o momento que um deixasse de suprir os interesses do outro no jogo de quem pode mais. Entretanto, ao fim da análise, o periódico afirma que, apesar de tudo, é indispensável ter partidos políticos, senão se abre o caminho para opressão e o despotismo.

Apesar do sentido dúbio do jornal, ele acaba reforçando o ideal de cultura nacional, instigando a união dos partidos políticos com o povo para juntos, com os esforços da

<sup>42</sup> Diário do Povo, p.1, 13 jul. de 1867. BN/RJ.

<sup>43</sup> Diário do Povo, Rio de Janeiro, 17 de jul. de 1867. BN/RJ.

inteligência, da vontade e do patriotismo, acabar com a guerra externa gloriosa (Guerra do Paraguai) como também superar a crise financeira. Logo, nesse discurso o engajamento do povo com a atividade política é um dos pilares para o progresso de uma nação, pois a cultura nacional e a estrutura política possuem uma dependência mútua que acabam reforçando-as e influencia na incorporação dessa cultura. Por isso, é indispensável a utilização de vários meios simbólicos e ideológicos necessários para essa sustentação.

O próximo periódico analisado que enfoca as disputas político-partidárias e questiona a autoridade do imperador foi *A Regeneração: Jornal da província de Santa Catarina* órgão do partido liberal, se intitula publicar “atos oficiais”, iniciou suas publicações no ano de 1868 e foi encerrado no ano de 1889. Os redatores são o Dr. Duarte Paranhos Schutel (1837-1901) e o Bacharel Luiz Augusto Crespo, nascido em Pernambuco, político que chegou a ser deputado pela assembleia legislativa da província de Santa Catarina. A periodicidade do jornal à época analisada acontecia duas vezes por semana: quartas e sábados. Durante sua circulação sofreu algumas alterações no nome: primeiramente se chamava *Jornal da província de Santa Catharina: órgão do Partido liberal* do período de jan.1869-mar.1878; em seguida órgão do Partido Liberal do período de mar.1878-dez.1881; se reinventa para órgão democrático do período de jan.1882-fev.1885 e até seu encerramento volta a se chamar como órgão do Partido Liberal do período de jan.1888-1889.<sup>44</sup>

Claramente *A Regeneração* tentava influenciar os leitores para reflexões acerca da autoridade do monarca, que se excedia em algumas medidas, como se temesse o desmembramento do Império e, para isso, precisasse impor suas vontades custe o que custar, até mesmo sacrificando vidas ao se estender na Guerra do Paraguai. Uma forma de alertar as pessoas para um regime que não ouvia as necessidades do país.

O Sr. Conde D’eu começou a preparar as coisas para dar cumprimento ao último convênio, fazendo retirar a Guarda Nacional e Voluntários, para o que reorganizou os corpos do exército extremado os voluntários da pátria dos corpos de linha, e os guardas nacionais designados, mas ultimamente dizem-me, receber ordem do governo para sustentar por ora a retirada de quaisquer forças nossas do Paraguai. A imprensa platina começa já a acusar o Brasil de falta de fé aos tratados, de conquistador, etc. etc. fazendo sobressair a pontualidade com que estas repúblicas cumprirão com o ajustado retirando parte de suas forças, ao passo que o Brasil ainda se não resolveu a fazer outro tanto.<sup>45</sup>

<sup>44</sup> Jornal *A Regeneração*. Disponível em: < bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/38347> Acesso em: 23 de Mar. 2018. BN/RJ.

<sup>45</sup> Jornal *A Regeneração*, 26 de Jan. 1870. BN/RJ.

O jornal especula as razões do Brasil ainda insistir em se manter na guerra se o próprio chefe das tropas já havia começado a reunir os batalhões para volta. Ele que estava em meio à guerra, sentia a necessidade de declarar o encerramento como havia feito os outros aliados; as ordens de permanecer acabavam levantando suspeita das intenções do monarca com tamanho ato de “tirania”. Aos fins do conflito no Prata, em fevereiro de 1869, já havia sido instalado um governo provisório, tendo o comando do conselheiro José Maria da Silva Paranhos, quem entendia muito bem os assuntos da região.<sup>46</sup> Procurava aliados que ajudassem a encontrar um modo de manter a estabilidade do governo provisório, e muitos exilados políticos, desde a queda do governo de López, propuseram conter as intenções de outros paraguaios por imporem uma autoridade excessiva já que estavam prestes a se livrar de um.

Foi assinada uma petição em março em que uma parcela da população reclamava por um governo provisório, levando a ideia até Buenos Aires. Porém, Paranhos adiantou-se auxiliando a missão para que tudo caminhasse a favor da reconstrução da nação sem prejudicar os interesses do Império. O Brasil queria manter a paz na região e que os tratados assinados inicialmente fossem cumpridos a fim de que não houvesse mais problemas de navegação pelos rios da bacia do Prata e as fronteiras fossem respeitadas, além de deixar evidente todo o poder do imperador em defesa da consolidação nacional, sua maior preocupação como estadista. Como ressalta Whigman (2015), tal conjectura não agradava muito aos argentinos, pois alegavam que a assinatura anterior do tratado foi devido ao calor do momento por causa das afrontas sofridas pelo Paraguai e agora o Brasil, mantendo um governo provisório na região ajudando decidir o futuro do país, causava um certo mal-estar, era como se eles tivessem ficado de fora no ápice do momento. Mesmo com essas insistências e desconfianças argentinas por parte do Marechal Varela (1834-1902), Paranhos tentava conciliar as coisas amistosamente e por fim conseguiu levar seus planos adiante de um governo provisório paraguaio, uma espécie de triunvirato auxiliado por ele e que respondia aos interesses brasileiros (WHIGMAN, 2015, p. 1103).

Assim, toda a imprensa platina suspeitava que a permanência do Brasil na guerra não só foi para tirar do julgo de um governante déspota, opressor de seu povo, como muitos jornais o descreviam, o objetivo era dominar o Paraguai de acordo com sua vontade para manter a hegemonia na região. Para esses ataques ao imperador e ao partido conservador, são expostas também correspondências diretamente da Corte na mesma edição analisada.

---

<sup>46</sup> Jornal do Comércio, 10 Jan 1870. BN/RJ.

Sem aspiração qualquer coletiva, reunidos unicamente para fins de arranjos individuais, receiam que o descalabro da situação os apanhe fora das posições que pretendem galgar. Esta ideia aterradora põe em ebulição todos os sentimentos egoístas da turba conservadora. (...)

De um tal partido, e com chefes que proclamam o princípio de que o rei reina, governa e administra, nada se deve esperar senão a política existente de conveniências torpes; a perdição do Estado pela corrupção da sociedade. (...)

O governo nutre suspeitas de liberalismo nos bravos do exército, e receia que quem derramou o sangue pela liberdade alheia, mais facilmente o verta pela própria liberdade.

Já as correspondências encomendadas lá do rio da Prata, aconselham que as tropas brasileiras venham em pequenas frações, e para pontos diversos, de modo que fiquem tão divididas e espalhadas que ninguém possa vê-las ou temê-las.

Enquanto Buenos Aires e Montevideú tributam ovações aos seus valentes soldados pelos feitos da guerra cuja glória máxima nos cabe, nós tratamos de afastar a ideia de reconhecimento dos relevantes serviços dos nossos heróis, e de sumi-los no meio da população, como entes importunos, inúteis, prejudiciais ao Estado, ou antes ao governo do Sr. D. Pedro, nosso senhor e rei muito adorado.<sup>47</sup>

A correspondência critica a postura dos conservadores no poder de não cooperar juntamente com os demais partidos, que mesmo em minoria se faziam presente para uma melhor administração do país, que eles só eram movidos por interesses pessoais e estes recaíam em como se manter no poder, usufruindo de todas as concessões que bajular ao imperador caberia. Essa seria a única preocupação desse partido, não perder os privilégios. Conseqüentemente, não se importavam com a estrutura política de um parlamentarismo adulterado que o rei na verdade pode tudo, visto que saíam ganhando da situação, abrindo dessa maneira brecha para a corrupção. De todos os periódicos analisados para este capítulo, esta era uma das principais preocupações relatadas: ambos os partidos acusarem-se de receber mais privilégios do que outro.

Além de tudo, o correspondente afirma que o governo suspeita da difusão do liberalismo entre os soldados do Império, pois éramos a única monarquia na América, o que poderia ser um problema com a volta do exército e, assim, incitar movimentos contra o regime político, já que eles derramaram sangue pela liberdade de um país que sofria os abusos do seu governante, podiam muito bem lutar pela própria liberdade do seu, pois os longos anos da guerra serviram para criar uma coesão entre as tropas e a ideia de uma identidade de grupo; sendo assim, as grandes vitórias despertavam entusiasmo, fomentavam o patriotismo e tocavam o imaginário popular (CARVALHO, 2007, p. 193). Descreve ainda como ocorreram

---

<sup>47</sup> Correspondência, Rio de Janeiro. Jornal A Regeneração, 26 de Jan. 1870. BN/RJ.

as comemorações no Uruguai e na Argentina, ressaltando que esses exemplos não despertaram no nosso governo o desejo de imitar tão louvável e patriótica ação.

No entanto, a saída para que o monarca não fosse tomado de surpresa, segundo o jornal, era espalhar os soldados na volta, para eles não serem vistos e não poderem compactuar suas novas ideologias com a população, como também não se mostrarem como um grupo organizado capaz de usar a força. Sem dúvida, homenagear esses homens significava pisar em solo arenoso, desestabilizando a tão sonhada consolidação do Estado que a Guerra do Paraguai estava começando a ajudar a identidade nacional que surgia no horizonte. Termina a correspondência com uma certa ironia ao se referir a D. Pedro II como “nosso senhor e rei muito adorador”, o que sabemos não ser sua real intenção já que, para o correspondente e os intelectuais desse periódico, os males do país se devem ao rei e seus subalternos conservadores, postura que logo mudaria pelo menos em um dos membros, haja vista o redator, o Bacharel Luiz Augusto Crespo, aceitar se tornar presidente da província de Goiás, nomeado por carta imperial de 16 de Abril de 1878, de 22 de julho de 1878 a 14 de janeiro de 1879.

Uma fonte que confirma claramente as queixas dos partidos políticos à instituição monárquica é a carta de Francisco Otaviano Almeida Rosa (1825-1889), um advogado, amigo do Barão de Penedo (1815-1916), a quem está endereçada, do dia 07 de Novembro de 1868. Segue a transcrição abaixo:

Agora vamos a negócio mais sério

Não te iluda sobre o estado do país. É mau: - não tanto pela questão financeira, mas pelo vento que sopra de baixo para cima: não há quem se importe com o imperador: todos os liberais, com pequena exceção, o não querem mais: ser-lhe muito difícil obter a aquiescência de certos homens liberais a um convite para ministros, exceto com condições tais que.... Quanto aos conservadores, - o grupo de princípios não o guerreará, mas o abandona; o outro grupo, hoje predominante, dos Ferreiras, Vianas, Pachecos, Antões, e renegados de todos os partidos, só visão tirar partido do poder e voltaram as costas ao imperador, desde que este não os deixe fazerem seu negócio.

O tema geral das conversas é: “quando este bolas nos deixará? – “Daqui a pouco será mais expressivo. Só por incessante correspondência minha, do Furtado, e de alguns liberais, que não perderam toda a força moral, temos evitado que no Norte se pegue em armas. Tu bem sabes que o governo está sem exército; que os corpos policiais marcharão para a guerra, e que o serviço todo é feito por guarda nacional desarmada. O que vale isto no dia em que desprendemos os ventos?

Agora em consciência te digo: - já não luto pela monarquia, - luto pela ordem. Se me convencer de que esta não ocorrerá perigo embora se sacrifique a monarquia, - quem sabe? Ah! Nosso pobre país.<sup>48</sup>

A carta expõe o perigo que estava por vir, pois o imperador estava perdendo apoios e o abalo à monarquia seria inevitável, principalmente do grupo dos liberais, mesmo que oferecesse cargos no ministério, a situação não mudaria. Lembremos que o ano da carta corresponde ao da troca dos ministérios, o que justifica a inquietação política do momento. Para os liberais, essa troca foi uma traição, mas, para os conservadores, se constitui em assegurar mais uma vez seus interesses, apesar de haver dissidências dentro do próprio partido. Ressaltando que, os grupos reformistas que agora aparecem, só querem tirar vantagens do poder, ou seja, se inserirem no jogo político por estarem marginalizados dentro da instituição monárquica. Por isso, a contestação da ordem imperial, que segundo o autor, só amenizaria se o imperador permitisse as mudanças propostas pelo grupo.

Insinuando que a situação poderia levar a uma guerra civil, o que seria um desastre completo porque o exército se encontrava na Guerra do Paraguai e alguns liberais, como ele, ainda procuravam meios para evitar o desastre, já que as conversas pelo país eram de que não se queria mais o Imperador no poder. Apesar de não defender mais a monarquia, ele luta para manter a ordem, dando a entender possuir receios de que mesmo a monarquia deixando de existir, não se resolveriam os problemas do país, e finaliza com um teor pessimista sobre a situação. De acordo com Alonso (2002), foi o que fizeram vários grupos sociais a partir de meados dos anos 1870, porque, dessa década até a queda do regime, emergiram múltiplas manifestações públicas de protesto, exacerbando a demanda liberal por reformas e o movimento intelectual foi uma dimensão desta mobilização coletiva.

Uma segunda carta que analisamos, de Francisco Octaviano de Almeida Rosa para o Barão de Penedo do dia 22 de Setembro de 1868, descreve as reações da imprensa periódica sobre o governo imperial. Vejamos a transcrição:

A linguagem da imprensa e da conservação desde o Amazonas até o Rio Grande do Sul é a mesma, - abaixo a monarquia. Quem semeia ventos colhe tempestade. Eis o resultado da grande política de ter matado a importância de todos os homens notáveis: estes nada valem para impedir que a onda se encapele e levemente passe por cima de nossas cabeças para submergir o trono.

A situação vai se encaminhando para uma renovação dos últimos anos de Pedro II verás que será considerado de hoje em diante patife todo o liberal

---

<sup>48</sup> Correspondência enviada por Francisco Octaviano de Almeida Rosa para o Barão de Penedo (07/11/1868). BN/RJ.

que aceitar uma pasta de ministro. Já não se pede mais o governo para os liberais, pede-se a revolução para o povo. Grandes culpas cabem a Itaborahy e a Wanderley. Ontem diziam que nas circunstâncias atuais o governo devia ser unânime de proteção, e não ter o caráter exclusivista das parciaisidades políticas. Hoje mandam varrer das posições o ultimato liberal e entram já pelas repartições públicas a tirar o pão as famílias liberais.

Até as professoras públicas já tem sido demitidas. Vai se fazer o mesmo na magistratura, remover e punir qualquer juiz que ouse dar habeas corpus aos fazendeiros presos por recrutamento! De cegueira! O rolo da onda vai se engrossando e eles não sentem ainda a proximidade da água!

Itaborahy gastou – se em pouco tempo. Se viesses passar um quarto de hora na praça do comércio ou no meu escritório de advogado, verias os capitalistas e negociantes conservadores pedirem... o Souza Franco com todos os seus empirismos! Tal é a situação.

A guerra felizmente promete terminar: felizmente digo-te, - para que o governo não precise de braços, não teria mais. Porém com a direção Caxias, que, segundo me disse o próprio Itaborahy, gastou 1.200 contos mensais só com pasto e milho para cavalos, faze ideia do que terá ainda de ser a situação financeira.

Daquela quantia dois terços ficam nas goelas dos oficiais e soldados do Rio Grande, os prediletos do Caxias. No meu tempo (e não havia serviço organizado, nem tempo de experiência) custava-nos a manter uma boa e real cavalaria duzentos contos.

De fortunas feitas a sombra da guerra são apontadas e vergonhosas. Daqui partiu já o Cochrane, assim que seu genro subiu ao ministério da justiça, e foi com cartas de Muritiba entender-se com o Caxias. Parece que é negócio de carvão... o tempo dirá.

Tenho feito milagres e o maior é impedir que, no meio de todos os horrores que sofrem os liberais, se diga o menor desaforo a Wanderley (que aliás se tornou vermelho até os ossos e mesmo na corte ostenta o seu amor a um celebre Ferreira Viana, chefe de todas as traficâncias!) Este Viana é genro do Pacheco de S. Paulo e entrou na política sob proteção do Jequitinhonha. Glosa este mote.

E vive por lá e não sejas tolo de vir emprestar teu nome e gastar teus dias com tanta podrigueira.

Teu

F. Octaviano.<sup>49</sup>

Percebemos o teor exagerado da carta ao afirmar que toda a imprensa do Império quer o fim do regime monárquico, o que não é verdade. Visto que, de acordo com a análise de alguns jornais já apresentados no capítulo, encontramos periódicos que defendiam a monarquia e o imperador. A causa do descontentamento com a política imperial fica clara no corpo textual: o afastamento de alguns membros partidários do governo, que, no seu ponto de vista, mesmo fazendo parte deste, não evitaria os movimentos de contestação, pois já teria se espalhado do Amazonas ao Rio Grande do Sul.

---

<sup>49</sup> Correspondência enviada por Francisco Octaviano de Almeida Rosa para o Barão de Penedo (22/09/1868). BN/RJ.

Destaca que, agora que se está tendo uma renovação, se algum liberal aceitasse a fazer parte do ministério, seria um tolo, porque o momento não é mais de pedir cargos na política e sim fazer uma revolução para o povo. O que nos mostra o teor ideológico da carta para convencer o Barão de Penedo a romper com a monarquia, já que este, por ser diplomata e estudar em Oxford, acabou intermediando um artista que muito queria apresentar suas composições para D. Pedro II (JANEIRO, 1977), criando assim vínculos com o monarca, desejo de muitos políticos da época.

O discurso entoado dessa suposta revolução é de ser causar dúvidas; se querem mudanças para o povo, por que o mesmo não é incluído na luta partidária? Na verdade, os mantenedores da ordem queriam um novo sistema que lhes garantissem participação efetiva nas decisões políticas, uma forma alternativa de substituir o *status quo* imperial com uma nova roupagem, que na essência manteria a mesma ideologia elitista.

Francisco Octaviano ainda questiona a substituição de Ithaboray no ministério, obviamente por este ser do partido conservador, e segue suas lamentações para a Guerra do Paraguai que, ao seu ver, já está chegando ao fim, o que será um alívio para o Império. Primeiro, porque já havia se perdido muitas pessoas em combate, principalmente escravos que, ainda se retornassem, ganhariam alforria, o que refletiria na falta de braços, pois eram a base de sustentação da economia. Segundamente, denuncia o desperdício financeiro com o combate, porque as despesas se mostravam altas não só por suprimentos indispensáveis, mas porque Caxias agracia seus protegidos com somas de dinheiro público, o que é uma vergonha para ele.

Dessa forma, Cochrane (1805-1873)<sup>50</sup> partia para o teatro da guerra a fim de resolver a situação, levando uma carta do Barão de Muritiba (1807-1896)<sup>51</sup>, o qual aproveitou a troca do ministério da justiça, que pela data da carta corresponde a chefia de José de Alencar (1829-1877)<sup>52</sup>, o autor não acredita que o motivo seja assuntos relacionados ao carvão e que só o tempo vai mostrar o verdadeiro significado dessa viagem. Cochrane, na época do Império, organizou um serviço de transporte urbano sobre carris de ferro, da cidade à Boa Vista, na Tijuca, Rio de Janeiro, sendo o primeiro idealizador das linhas férreas no Brasil; o que não seria fora do normal ele se preocupar com o carvão, já que era a base para uma locomotiva funcionar. Mas, como também cumpria a função de almirante da Marinha na Guerra, supomos

---

<sup>50</sup> Thomas Cochrane foi um médico britânico, um dos instrutores da homeopatia no Brasil, além de ser o primeiro almirante da marinha de guerra. Disponível em: < <http://www.brasiliana.com.br/obras/cochranes-do-brasil-a-vida-e-a-obra-de-thomas-cochrane-e-ignacio-cochrane>> Acesso em: 08 Fev. 2019.

<sup>51</sup> Ministro da Guerra a época da Guerra do Paraguai (1864-1870). Arquivo Biblioteca Nacional.

<sup>52</sup> Escritor e também político no Império.

que foi resolver a questão sobre os gastos financeiros da guerra, já que a própria carta afirma que ele foi para falar diretamente com Caxias.

Acaba finalizando a carta afirmando que está fazendo milagres pelos liberais, devido ao ministério se encontrar num emaranhado de podridões. O que confirma mais uma vez as disputas político-partidárias que aparecem com frequência nas denúncias dos periódicos analisados nesta pesquisa. Em meio a essas tensões crescentes da imprensa, havia os rebatedores que manipulavam as atenções em defesa do imperador e da legitimidade do seu poder e autoridade como o Jornal *O Conservador de Minas* da cidade de Ouro Preto, iniciado em 1870, e possuía publicações duas vezes na semana, “não havendo dia santificado ou de festa nacional”.

A redação do jornal era feita por dois deputados e, como podemos concluir, era ligado ao partido conservador pelo próprio título, cuja direção cabia ao editor Antônio de Salles Couto. Assim, se caracterizava como aliado ao partido conservador procurando sempre defender seus ideais e o regime monárquico, atacando diretamente o partido liberal.

Clama-se muito em nosso país por liberdade e reformas, entretanto do que nossa sociedade precisa, é da fiel execução da lei e do respeito a autoridade. Em nome da liberdade comete-se abusos na mais vasta escala, e tornando-se precária a sorte do poder público. A opinião individualiza [?] a resistência das vaidades sob falso pretexto de amor a liberdade, desvairão a consciência pública, e desconceitua a autoridade melhor disposta a praticar o bem social. Plantar no país o amor a lei acima de tudo, e o respeito a autoridade eis os fins principais deste jornal, que hoje apresenta-se ao público. (...) Se não fora assim o sistema representativo seria uma ação e reação constante de ódios e violências. A ordem resulta de sacrifício dos indivíduos aos interesses gerais. O bem do partido que domina no sistema representativo, está na fiel execução da lei. (...).<sup>53</sup>

O periódico já começa a publicação criticando o partido liberal ao tempo que afirma: não é fazendo mudanças drásticas e atacando o governo que se alcança os objetivos de uma nação próspera porque o que mais contribui para um bom governo é cumprir fielmente as leis como também o respeito pela autoridade do governante; o que nos dá a entender que é uma obediência cega, sem questionar. Na verdade, o partido liberal usa dessa liberdade de expressão para manipular, pois é sabido que, segundo Carvalho (2007), na época do Império de D. Pedro II, a imprensa gozou de total liberdade para destilar as mais variadas opiniões acerca do monarca e do governo, prova disso são alguns jornais que faziam caricaturas, as

<sup>53</sup> Ouro Preto – Minas Gerais. Jornal *O Conservador de Minas*, 13 de fevereiro de 1870. APM/MG.

quais ridicularizavam sua imagem, todas essas tensões políticas acabavam enfraquecendo os pilares do poder de Sua Majestade diante do povo. Sua tolerância com a imprensa e com a oposição refletia até em escolhas políticas, pois muitos republicanos chegaram a ocupar cargos públicos, a exemplo de Benjamin Constant, que chegou a ser professor dos netos do monarca.

O que o jornal frisava era justamente que os liberais se aproveitavam das ideias não compartilhadas pela maioria, usando como desculpa o amor pelo país e as causas da liberdade para exceder nas críticas a única pessoa capacitada para cumprir as necessidades da sociedade. A representação desse papel estava sendo construída a passos largos, sobretudo depois da Guerra, posto que houve uma maior aproximação do monarca com o povo, principalmente ao se deslocar para conhecer a realidade de algumas províncias do país e sugerir melhoras onde encontrou falhas, tarefa de um bom governante.

O objetivo do *Conservador de Minas* faz-se bem claro nessa edição que tecia uma crítica aos intelectuais defensores das reformas, o que o Brasil precisava era de menos ataques e que os indivíduos fossem capazes de cumprir as leis e de respeitar a autoridade do imperador. Segundo o periódico, caso não houvesse esse respeito em um sistema representativo, ocorreriam brigas constantes, gerando ódios e violências que não levam a lugar algum, pois, para se manter a ordem, precisa dos sacrifícios dos membros dessa sociedade, acima de tudo confiar no partido que se está no poder devido a sua legitimidade de ocupar aquele lugar e de executar as leis. Em vista disso, o jornal quer é que as brigas constantes entre liberais e conservadores tenham um fim para não afetarem diretamente a figura do monarca diante do povo, tão pouco o grupo político que estava no poder: os conservadores.

Nas publicações seguintes, fica ainda mais evidente o periódico como um meio discursivo de difundir na sociedade a cultura nacional do Império não só atrelada ao poder e à autoridade legítima do imperador com o uso da Guerra do Paraguai, que será melhor abordado no capítulo 3. Observemos a transcrição abaixo localizada numa sessão chamada Influências.

No sistema representativo o governo é o reflexo da opinião nacional. É representado o poder público por agentes, que realizam o pensamento governamental.

Os agentes do governo, tirados da sociedade, vivem pelo apoio moral das influências legítimas do país. Essas influências não se improvisam nem se decretam, forma-se pelos serviços reais a causa que defendem e pelas alianças naturais.

A aliança entre o governo e as influências legítimas não é porém uma dependência servil, porque o governo não pode e nem deve receber

imposições de qualquer ordem, pois ele é responsável pela gestão dos negócios públicos.

Entre o governo e as influências legítimas da opinião nacional, que ele representa para regular o desenvolvimento da vida social, trocam-se as concessões nobres e morais, para satisfação dos legítimos interesses partidários, sem quebra de programa político, que o governo traçou, dos altos interesses da sociedade e dos princípios morais e políticos.

Infelizmente no nosso país qualquer notabilidade de aldeia, que por felicidade granjeou alguma popularidade, por ser astuto nas cabalas eleitorais e locais, arvora-se logo em chefe de partido e entende que o governo deve ser escravo de quanta exigência apraz-lhe fazer, para seu engrandecimento pessoal e satisfação de seus interesses. Semelhantes notabilidades são obstáculos a marcha regular dos negócios públicos, fonte de discórdia e motores da indisciplina dos partidos entre nós. (...) <sup>54</sup>

O jornal começa justificando a posição do partido político conservador que está no poder não por mero capricho, mas devido a uma escolha nacional, algo natural num sistema representativo. No entanto, não era bem tão natural, pois o imperador geralmente indicava os candidatos para fazer parte do ministério, isto é, levava uma política de alianças e de gratidão pelo cargo ocupado, facilitando o jogo de interesses para o fortalecimento do sistema monárquico, resultando disso a influência legítima que o jornal comenta ter o partido para fazer valer a vontade do soberano. Contudo, essa relação não pode ser encarada como uma dependência mútua nos moldes do sistema medieval porque o Império não pode e nem deve auferir, aceitar opiniões de outrem de como governar, tendo em vista que ele é o único responsável por melhor gerir o Estado.

Percebemos o reforço da monarquia como melhor estrutura de governo, caracterizado pela centralização administrativa de forma absoluta, sendo os partidos mero auxiliares que não tinham força de opinião, no entanto, para o jornal, isso era uma qualidade primordial para um bom governo, o povo deveria saber e ser grato por isso, haja vista que um modo de dominação é geralmente legitimado quando os que estão submetidos a ele, passam a julgar seu próprio comportamento pelos critérios de seus governantes (EAGLETON, 1997, p. 59).

Ainda afirma o caráter da concessão de favores entre o Estado e esses partidos como algo normal na estrutura política do Império e não deve ser julgado, pois era para garantir os interesses legítimos desses partidos na execução do bem maior para sociedade. Legítimos porque sem essas negociações entre o governo central e os poderes subalternos não se podia manter os arranjos políticos para uma estabilidade no governo, já que a simbologia que vinha

---

<sup>54</sup> Jornal o Conservador, 24 de mar de 1870. APM/MG.

sendo construída sobre o monarca, envolvia o fortalecimento da sua autoridade. Para isso, a delegação de poderes a esses partidos mascarava o seu maior controle de poder sobre todos.

Porém, essas concessões de poderes eram um risco, segundo o jornal, em razão de que, no país quando alguém ganhava notoriedade política aliada à popularidade, podia vir a pressionar o governo a conceder sempre mais vantagens a serem empregadas no seu crescimento pessoal (títulos nobiliárquicos, cargos públicos específicos, etc.) e próprios interesses em detrimento do dever político moral que cabe atender a todos. Isso seria uma das causas que dificultavam a estabilidade da monarquia imperial para a sua consolidação, porque provocava as desavenças entre os partidos políticos na disputa pelo poder, criando ideologias dominantes para alcançar seus objetivos, o que levava ao conseqüente enfraquecimento do Império, pois verdadeiras ou falsas essas ideologias ajudam a legitimar uma forma injusta de poder. (EAGLETON, 1997, p. 49).

Portanto, as análises desses jornais em circulação durante a época do conflito do Paraguai e após ela, expostos neste capítulo, nos auxiliaram a compreender as disputas partidárias, principalmente entre conservadores e liberais em torno da guerra, em jornais que acabavam influenciando na construção e nos debates em torno da cultura nacional oitocentista, na tentativa de, ao mesmo tempo, fortalecer e desestabilizar o poder e a autoridade do imperador. Desse modo, percebemos o grande esforço que os jornais, não só aqueles ligados ao grupo dos conservadores, possuíam na dominação de uma ideologia de Estado, na busca para submeter os indivíduos ao pensamento de um grupo social como legitimador. Na verdade, a oposição nos jornais existia como uma espécie de cobrança por poucos privilégios dentro do governo. Em vista disso, não se percebeu essa total aversão à estrutura monárquica, pois era uma forma maquiada dos opositores, pelo menos durante e nos anos iniciais do pós-guerra, de atrair a atenção do monarca, usando desse grande evento para forjar mecanismos a fim de uma maior participação e influência política.

O Imperador confiava nos jornais aos quais mantinha relações (*Jornal do Comércio*, *O Conservador*) para manter a constância de sua autoridade, pois essa fonte de poder não é duradoura sem uma reafirmação na crença dessa legitimidade de poder. Uma vez que se não houver essa constância ao longo do tempo do mando e desmando, não há como caracterizar essa autoridade por mais que os indivíduos não cumpram necessariamente essa ordem. Já que, no caso do Império, para a absorção de uma cultura política ligada a uma ideia de identidade nacional, apenas bastava que os cidadãos reconhecessem na maioria das vezes que o governante podia dar essa ordem. Com isso, os jornais, ao exaltar a monarquia, não só reforçavam a autoridade de D. Pedro II, mas expunham a influência direta para mudar o

comportamento das pessoas, perpetuando a relação de poder do monarca diante dos súditos, assegurando as obrigações imbuídas no sistema de organização coletiva.

Para que tudo isso se concretizasse, os intelectuais por trás das publicações faziam essa mediação criando um universo simbólico, presente em elaborações discursivas como forma de legitimar um poder e uma autoridade. Todo esse discurso imbuído de um aparato ideológico transpõe e reflete uma consciência no indivíduo que não é produto do individual, mas de aspirações da rede de sociabilidade desta sociedade. Assim sendo, a importância dos símbolos para o estudo político das massas nos ajudam a enxergar como essas imagens são construídas e absorvidas sobre determinada realidade política, pois acreditamos que, para compreender um recorte temporal que nos permita idealizar uma totalidade, é preciso desvendar essas representações discursivas, visto que não temos contato direto com uma determinada realidade e ela apresenta-se mediada por uma linguagem que dificilmente é neutra, de acordo com Fiorin (2009).

Logo, as análises feitas desses discursos nos jornais se constituem um desdobramento da força da representação tentando se impor como um fenômeno natural diante do inconsciente coletivo da sociedade em questão, o qual deu margem também para o Império usar dessa mesma estratégia simbólica empregando um conceito de identidade política que pudesse ser assimilado como uma identidade nacional.

## CAPÍTULO 3

### ENTRE CARTAS E JORNAIS: O DISCURSO SOBRE A GUERRA DO PARAGUAI COMO UMA AFIRMAÇÃO IDENTITÁRIA.

#### 3.1. A formação da Cultura Nacional no Império

Assim como os demais países da América Latina, o Império brasileiro buscou apoiar-se em um projeto político de consolidação nacional voltado para estratégias que possibilitassem integrar a Nação com sua tamanha diversidade. Haja vista, a monarquia já possui um caráter integrador, mas que não transparecia as aspirações simbólicas que despertassem um sentimento uníssono para fortalecer suas bases. Seu significado era extremamente político. Ligado pela participação política ativa dos latifundiários escravistas que “forjavam laços através dos limites provinciais e regionais”, uma teia simbólica de unidade caracterizada pela “lealdade comum a Coroa”, de acordo com Leslie Bethell (BETHELL, 1991, p. 405).

Pensamos que, essa identidade política que precisou ser forjada, acarretou no modo como as pessoas enxergavam e se identificavam com a estrutura política através da cultura para reforçar a legitimidade da monarquia; papel esse desempenhado por meio de estratégias criadas pela cultura política dominante que, no Império, teve como grande aliado o Instituto Histórico e Geográfico (1838) e os grupos de intelectuais. Dessa maneira, como ressalta Cal (2001), o nacionalismo, de acordo com Anthony Smith (1991), como movimento e ideologia é moderno e, em grande medida, produto da atividade desenvolvida por elites políticas e intelectuais, isto é, o nacionalismo é um fenômeno principalmente político, na medida em que a política joga um papel central em sua constituição.

#### 3.2. O Nacionalismo e a Cultura Nacional

O nacionalismo é uma das questões para a qual se voltam os Estados Nacionais, principalmente quando há uma necessidade de legitimação do poder e a população não tem uma identidade nacional constituída. No campo historiográfico, as discussões envolvem vários aspectos que explicam o estímulo à emergência de uma política nacionalista.

Para Stuart Hall, as culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Sendo, dessa forma, um discurso, um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos (HALL, 1992, p. 50). Assim, pensamos que a principal função da

cultura nacional é criar representações que evoquem essa identificação com a nação através da identidade nacional.

Por conseguinte, essa política nacionalista acarreta um instrumento de disseminação de um imaginário coletivo que provoque uma homogeneização diante das identidades individuais, uma forma de suplantar seu “eu” em nome da coletividade. A tarefa da formulação dessa comunidade imaginada não é fácil, porque, na medida que os interesses são mutáveis, é preciso que os símbolos constituam representações da nação que transbordem identificação e lealdade, para que a memória se perpetue no tempo; posto que esses sentidos constroem o senso de pertencimento.

Assim, para Hall,

Não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional (HALL, 1992, p. 58).

Então, o Estado precisa envolver o povo nessa construção nacional, fazer os cidadãos mais próximos da vida política, reconhecendo a autoridade do governante refletida em toda representação identitária, com isso são criados símbolos e ideologias que têm o poder de conferir ao nacionalismo sua força, ou seja, sua consciência social. Uma das maneiras mais utilizadas pelos países da América latina no século XIX, inclusive o Brasil, foi a recuperação do passado para legitimar a nova concepção de identidade, pois, à medida que se retornava aos acontecimentos evocados, proporcionava um fortalecimento da identidade forjada no presente.

Alguns autores defendem estratégias nacionalistas similares adotadas pelos países latinos, as quais elencaremos as principais, no nosso ponto de vista, que deram as bases para a monarquia de D. Pedro II. Hobsbawm (1990) acredita que a identidade se origina de elementos preexistentes e o Estado usa desses artifícios como forma de consolidar o nacionalismo.

Acreditamos que o Império brasileiro fez uso dessa percepção ao buscar os sinais de identidade nacional com a Guerra do Paraguai, como veremos mais adiante, pois pensamos que o nacionalismo, diferentemente da Nação, é uma ideologia que não depende exclusivamente do Estado para ser disseminada, ela necessita englobar as massas para criar a unidade política. Moreno descreve essa característica:

O nacionalismo se constrói por ações e reações que também podem vir da mobilização popular e, em muitos casos, haveria laços protonacionais, sentimentos de vínculo coletivo pré-existentes, passíveis de serem operados na escala macro política pelos Estados ou movimentos nacionalistas (MORENO, 2014, p. 17).

Benedict Anderson (2008) reforça a concepção de que a comunidade é imaginada e usa de símbolos para se legitimar. O que é observado, nas nações da América do Sul do século XIX, é o constante exercício do poder simbólico para criar um discurso, este partindo de uma elite intelectual e que seja forte o suficiente para costurar as aspirações dos detentores do poder. No Brasil, o primeiro esforço dessa comunidade imaginada deu-se logo após a Independência, onde as elites coloniais que, ao mesmo tempo, visavam romper os laços de continuidade com Portugal e se preocuparam em moldar um Estado que continuasse a bancar seus privilégios. Tal fato não mudou durante todo o fim do governo Imperial, como podemos perceber nas análises das fontes jornalísticas tratadas no segundo capítulo, as quais deixaram claras as disputas políticas por benefícios e concessões de privilégios que acabavam atacando a própria monarquia e a enfraquecendo.

Essa Nação imaginada ganhava contornos simbólicos que culminavam numa história nacional que buscava nas raízes da tradição o ponto de partida de uma identidade, ultrapassando o limite da convivência de etnias diversificadas, mas que, pelo esforço de uma cultura nacional, acabavam se reconhecendo em um único território. Como aponta Anderson, ela é imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles. (ANDERSON, 2008, p.32).

Assim, Anthony Smith também destaca o nacionalismo como um movimento ideológico, na proporção que sua estratégia introduz “novos conceitos, linguagens e símbolos” (SMITH, 1991, p. 74). Todos esses elementos culturais são responsáveis por produzir representações que direcionam as massas avulsas ao despertar para a Nação, atrelados sempre a um viés político e ideológico, criando movimentos sociais que se conectem, por meio de um sentimentalismo, à identificação dessas massas. Essa linguagem é o que podemos denominar de identidade nacional, a consequência final de uma política nacionalista. Deste modo,

Mais do que um estilo e uma doutrina da política, o nacionalismo é uma forma de cultura – uma ideologia, uma linguagem, mitologia, simbolismo e consciência que alcançou ressonância global, e a nação é um tipo de identidade cujo significado e prioridade é pressuposto por essa forma de

cultura. Nesse sentido, a nação e a identidade nacional devem ser vistas como uma criação do nacionalismo e seus proponentes, e seu significado e celebração também é obra dos nacionalistas (SMITH, 1991, p. 91-92).

Por isso, esse discurso articulado é do poder para o poder, pois para ganhar legitimidade tem que manipular, criar estratégias das quais o povo se sinta parte integrante sem desfrutar da verdadeira construção dessa comunidade autêntica. Doutrinados e guiados a uma fé cega que permita projetar na Nação o espelho de anseios e aspirações, se for preciso dar a vida em honra à causa nacional porque ele se reconhece como um sujeito dentro dessa identidade coletiva ligada por laços culturais.

Adam Smith defende a guerra como um ponto crucial para que as nações mostrem um sentimento de identidade nacional, gerando uma união coletiva. Geralmente esse fervor “espontâneo” costuma aparecer quando as nações encontram ameaças externas ou em seus momentos de crises, principalmente econômica, que leva a mobilização desenfreada por um objetivo comum. Ocorreu na Revolução Francesa quando 80% da população passava fome e o preço do pão saltou dando o estopim para crise política; como ocorreu no Brasil com a Guerra do Paraguai, onde as disputas de fronteiras e o domínio na região do Prata arrastaram o país para um conflito que acabou ajudando na idealização de uma identidade batalhada desde o início do Segundo Reinado, além de promover estratégias simbólicas em torno da guerra.

Essa caracterização permite ao nacionalismo enveredar por entre os pilares da sociedade, criando padrões de identificação que produzem representações mentais de um grupo sobre o outro, servindo como fonte legitimadora, o que acaba dando sentido a dominação implícita sem que a parte atingida perceba o uso, mas reconheça o exercício do poder. Uma relação de poder, nesse caso, vertical, disfarçada de autonomia.

Para elencarmos as principais discussões pertinentes a nossa temática de estudo, nos guiamos pelo que foi observado através das análises das fontes primárias, periódicas e bibliográficas, como também nos dois elementos que o Império brasileiro utilizou como impulsionadores na construção de uma cultura nacional. O primeiro deles quando da criação do Instituto Histórico e Geográfico e o segundo por meio do discurso ideológico dos intelectuais nos jornais que tratavam a Guerra do Paraguai.

### 3.3 O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na Construção de uma Cultura Nacional

A partir de sua fundação em 1838, o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) nutria a finalidade de traçar diretrizes em busca de forjar um discurso nacional que fosse exercido no imaginário coletivo, de forma que essa ideologia abstrata permitisse o indivíduo se reconhecer nesse sistema de representação, transformando-se em uma cultura nacional. Segundo Anthony Smith (1991), ao articular e tornar tangível a ideologia do nacionalismo e os conceitos da nação, o cerimonial e o simbolismo ajudam a assegurar a continuidade de uma comunidade abstrata de história e destino. De acordo com esse princípio, o Instituto seguirá os moldes europeus, especialmente o francês, na busca de ser um órgão capaz de oferecer aos homens do estado recomendações para a política trazendo a experiência dos séculos passados, além dos membros falecidos servirem como exemplos vindouros. Portanto, o IHGB, através das suas pesquisas, vai promover as discussões políticas e culturais a fim de oferecer uma história como memória da nação, caracterizando assim grande parte da historiografia do período.

Os primeiros manuais escritos apontavam o nacionalismo em torno do mito Ilha-Brasil como marco fundador, o qual já existia um Brasil antes da emancipação política. Em que as demarcações de fronteiras se uniram às narrativas como justificativa de um território que já nasceu tal como era, por obra dos deuses, a partir do momento que os indígenas criaram uma “língua geral” e os jesuítas com sua catequização “difundiram para os mais variados grupos” (MAGNOLI, 1997, p. 11). O reflexo de todo esse universo simbólico foi criar forças para ajudar nas estratégias políticas de fronteiras do Império, principalmente no Prata e no Amazonas. Para Magnoli,

O Império do Brasil realizou a sua missão de construção nacional. “A comunidade imaginada” pelas suas elites coagulou-se como nação brasileira. O seu projeto de unidade – em marcante contraste com o que aconteceu com o Império hispano-americano – foi capaz de soltar as partes díspares da América portuguesa e de derrotar as forças centrífugas que, durante décadas, atuaram com intensidade sobre a formação social oligárquica e escravista. O mito fundador, do qual a narrativa territorial é uma dimensão significativa, desempenhou um papel crucial nesse processo (MAGNOLI, 1997, p. 54).

Com isso, nos primeiros tempos do Império, a historiografia se apegou ao passado colonial como forma de continuidade, manipulando símbolos para criar as bases de uma

identidade nacional. Visto que, a elite imperial se sentia parte da civilização europeia, embora geograficamente separadas por um oceano. Mas eram essas raízes comuns que precisavam ser também exaltadas na configuração da Nação, pois nos inseria na dialética do mundo civilizado. A vontade de erguer uma tradição nacional despertava um novo interesse pelos antigos relatos coloniais, que eram então, pela primeira vez, publicados em português (MAGNOLI, 1997, p. 104).

Destarte, é em torno desse imaginário de Nação que a ideologia do IHGB vai se sustentar como legitimação nacional, envolvendo território, tradição e intelecto. Lembremos que o governo imperial, durante a monarquia de D. Pedro II, foi o principal incentivador dos intelectuais na construção dessa identidade nacional, uma vez que precisava consolidar definitivamente o Estado-Nação em formação. Essa identidade auxiliaria como um elo para unir e afugentar as influências dos países vizinhos que viviam a experiência da república. Uma preocupação central desde logo após a independência e a implantação do Primeiro Império. Ademais,

Uma das consequências disso reside na imputação de um espaço geográfico definido e circunscrito pelas fronteiras políticas para as histórias nacionais, inclusive para períodos nos quais essa delimitação era, realmente, bastante flutuante: a narrativa da história nacional estrutura-se em razão de uma geografia política que não é contemporânea aos episódios narrados, pois só se consolidaria mais tarde. Esse procedimento resulta em que, frequentemente, aquilo que para os contemporâneos aparecia como política internacional seja descrito, na historiografia, como um aspecto da política interna da sociedade nacional. Trata-se como veremos, de um problema especialmente pertinente ao estudo das áreas de fronteira sujeitos a tensões separatistas. (MAGNOLI, 1997, p. 54).

Essa concepção de “comunidades imaginadas” foi, de acordo com Anderson (1989), algo que se difundiu por todas as sociedades contemporâneas possíveis, era uma espécie de estratégia política que visava o fortalecimento e a preservação das monarquias, algo que emana do Estado e serve, antes e acima de tudo, aos interesses dele. Partindo desse pressuposto, o IHGB precisava refletir uma escrita da história brasileira que expressasse os anseios do Estado com sua política centralizadora e capaz de exercitar a lembrança, pois, no que se refere às nações, são as narrativas que conferem a identidade.

Essas premissas ficaram evidentes com o primeiro discurso do 1º secretário perpétuo do Instituto Januário da Cunha Barbosa (1780 – 1846), em que ele expressa a finalidade do texto histórico como afirmação do Estado Monárquico e seu projeto de Nação. O conhecimento organizado como ciência deveria estimular o patriotismo, ou seja, uma identidade nacional

que precisava ser forjada. O objetivo do texto histórico era deixar transparecer esse sentimento de patriotismo como um sentimento de pertencimento, e assim que o leitor tomasse conhecimento, seria contagiado por uma onda apelativa, fazendo-o se ver como parte integrante dessa construção, uma vez que:

O apelo e a convocação do sentimento como parte de um trabalho de escrita da história - patriotismo evocado pelo autor – torna mais fácil a recordação do passado submetido a um processo de estetização. O objetivo maior desse trabalho seria possibilitar uma correta emulação da glória nacional (GUIMARÃES, 2007, p. 105).

Em vista disso, Januário propõe ao IHGB a produção de trabalhos para confrontarem com uma escrita já desenvolvida no Brasil pelos estrangeiros, o que considerava inadequado. Seria agora, pois, uma historiografia brasileira feita pelo olhar do brasileiro. Dessa forma, a historiografia misturaria o rigor científico com um pouco de imaginação em busca de ressuscitar os eventos do passado que pudessem dar vida, no presente, a uma história nacional. Sua construção partiria de pesquisas em arquivos em todo território (a importância das viagens científicas), juntamente com as análises de brasileiros esclarecidos de todas as províncias, com o intuito de compor essa totalidade que viria ser a própria história nacional. Além da sugestão proposta por Raimundo José da Cunha (1776 - 1839), alargando o conceito das fontes ao inserir não só os documentos oficiais, como objetos da cultura material, depois da submissão ao trabalho da crítica. Assim,

Criar uma historiografia para esse país tão recente, “não deixar mais o gênio especular dos estrangeiros a tarefa de escrever nossa história (...)”, eis nas palavras de Januário da Cunha Barbosa a meta dessa instituição, que pretendia estabelecer uma cronologia contínua e única, como parte da empresa que visava a própria “fundação da nacionalidade”. (SCHWARCZ, 1998, p. 127).

Essa construção proposta pelo IHGB se enquadra nas descrições de Anthony Smith sobre algumas características seguidas para construção do nacionalismo, em um dos tópicos intitulado “*Nacionalismo Territorial*”, no qual o autor ressalta que os movimentos pós-independência, ainda atrelados a conceitos cívicos e territoriais, vão procurar se agrupar e se preencher em uma nova comunidade política, muitas vezes populações étnicas diferentes e, assim, criar uma nova “nação territorial” a partir do antigo estado colonial, o qual ele denominou nacionalismo de integração (SMITH, 1991, p. 82-83). Nos primeiros anos do Instituto, o órgão era formado por metade de portugueses, o que só viria mudar em fins da

Monarquia. Portanto, as nações que emergem são imaginadas na tentativa de forjar um sentimento de pertencimento como forma de se legitimar, o que muda são os meios usados para tal pressuposto.

Toda a organização do IHGB, depois que D. Pedro II assumiu o trono, era voltada para agradá-lo, sempre tomando cuidado para que as renovações dos membros participantes não fugissem do círculo de influência do soberano. O que ocorria era que os mesmos que possuíam cadeiras na academia também eram integrantes da vida política do Império. De acordo com Guimarães (1995), dentre os 36 gabinetes que se sucederam no governo do país, apenas nove gabinetes não eram dos filiados do IHGB. Com isso, a política imperial, além de moldar a nação tendo por base o cultural com o sentimento de brasilidade, possuía uma rede de sociabilidade diretamente ligada ao monarca, o que facilitaria uma estratégia de controle através da mediação desse conjunto de intelectuais.

D. Pedro II era presença constante nas reuniões do IHGB, chegando a participar de 508 reuniões ordinárias até seu exílio, fora as sessões públicas de aniversário e outras comemorações. O impacto da presença do imperador no instituto é analisado por Schwarcz neste trecho:

Com efeito, tomando a dianteira nesse movimento, o monarca selecionou um grupo e de forma direta afastou outros. Na verdade, é com a entrada de D. Pedro II no IHGB e seu mecenato que o romantismo brasileiro se transforma em projeto oficial, em verdadeiro nacionalismo, e como tal passa a inventariar o que deveriam ser as “originalidades locais” (SCHWARCZ, 1998, p. 131).

Analisando uma tabela construída por Lúcia Maria Paschoal Guimarães (1946-presente), na sua tese de doutorado, publicada pela revista do Instituto no ano de 1995, sobre a classificação dos documentos contemporâneos emitidos pela Revista do IHGB de 1838-1889<sup>55</sup>, percebeu-se que as publicações referentes a memórias históricas produzidas antes da Guerra do Paraguai no período de (1860-1869) perfizeram 22 publicações. Crescendo para 29 no período após a guerra (1870-1879), sendo o segundo assunto mais publicado pela revista depois das biografias e necrológios, que durante o período de (1860-1869) obteve 22 publicações, aumentando para 31 durante (1870-1879). O que nos leva a concluir que a política de consolidação do Estado Imperial, iniciada a partir de 1850, ganhou impulso após a

---

<sup>55</sup> Esse conjunto de documentos são baseados no critério de não contemporâneos, os iniciados antes de 1838, e contemporâneos, publicações posteriores a essa data. Foram contabilizados em agrupamentos de 10 em 10 anos.

Guerra do Paraguai, estimulando publicações de caráter nacional com memórias principalmente de participantes no conflito, como uma das suas estratégias.

O conteúdo dos diários e das memórias navais da Guerra do Paraguai foram escritos para delimitar as fronteiras identitárias, auxiliando na constituição de uma “cultura nacional” que atuava como fonte de significados culturais, um foco de identificação e um sistema de representação (ARAÚJO, 2012, p. 128). Vale ressaltar que qualquer documento verificado e, porventura, fosse de encontro com a política imperial, era vetada a divulgação pública pelo meio acadêmico do Instituto. Nada poderia atrapalhar os planos de uma reconstituição histórica da nação. Em vista disso, pode-se afirmar que:

Nosso problema se desloca, portanto, do plano do discurso acadêmico, para se situar no da ação política. Deste patamar é que foram tomadas as decisões sobre a conveniência de tornar públicos certos documentos. Arquivar fontes cuja veiculação prejudicava a imagem de determinados sócios. Censurar obras que apresentassem versões de episódios históricos incompatíveis com o projeto político em curso. Instituir a *arca do sigilo*. Espécie de cofre forte, idealizado por Francisco Freire Allemão, destinado a entesourar “(...) notícias históricas que alguém queira enviar, lacradas em cartas (...) que só serão abertas no tempo em que seu autor determinar” (GUIMARÃES, 1995, p. 516).

Por essa razão, o papel dos intelectuais do IHGB foi da construção de lugares de memória atrelados à escrita historiográfica de uma História *Magistral Vitae* que possuía um teor pedagógico com função de reproduzir os principais êxitos e tentar evitar não cometer os erros do passado. Era preciso imbuir no inconsciente coletivo uma memória comum que fosse capaz de entrelaçar as ideologias propostas pelo Estado na criação de uma cultura nacional, promover uma tradição sem precisar do uso coercitivo, uma violência simbólica que não precisava da física para se consolidar.

Assim, a cultura nacional oitocentista atrelada ao Instituto Histórico e Geográfico teve o papel de impulsionar as bases para uma identidade nacional a partir da proposta da escrita de uma história que incorporasse toda diversidade cultural. Dessa forma, os intelectuais ressaltaram o simbolismo cultural como ferramenta de integração, na medida que, os indivíduos se reconhecendo no político através da cultura proporcionaria a representação forjada de uma cidadania política.

Para D. Pedro II, a quem se denominava como “a ciência sou eu”, a questão da escravidão negra era encarada como um projeto civilizacional, a despeito do que os intelectuais brasileiros já vinham justificando a nossa mestiçagem como algo bom, pois logo se atingiria o embranquecimento, enquadrando o Brasil no círculo das demais nações

européias, rumo ao progresso. Além do que, a escravidão ainda era o elo de unidade territorial e de uma elite agrária submissa, sendo um dos pilares de sustentação da centralização monárquica. Mesmo que nas discussões ministeriais, D. Pedro II se prontificou a resolver pessoalmente a questão escravocrata após o fim da Guerra do Paraguai, a tarefa se tornava árdua, por ser preciso os arranjos políticos daquela elite para se manter o poder e a autoridade. Sem as negociações com os poderes subalternos e as concessões, uma política centralizadora não funciona na prática.

Essa proposta do IHGB serviu como estímulo para as demais proposições historiográficas e o próprio amadurecimento do Império em usar as bases dessa cultura nacional, a qual buscava se consolidar com o evento que realmente teve fôlego para uma ideologia de Estado que foi a Guerra do Paraguai. A análise da formulação de uma cultura nacional permite a compreensão da representação forjada em torno de símbolos que possibilitam a legitimação de uma Nação através de uma ideologia política, o que se mostra uma proposta interessante para analisar o uso político da identidade nacional com a guerra.

Em vista dessa perspectiva, observa-se como os intelectuais dos periódicos ligados ao Império manipularam essa identidade em favor de D. Pedro II, ao elaborar discursos que se apropriam do sentimento de pertencimento à pátria, este despertado com a guerra para transformar em estratégias políticas. Sendo um dos fatores para tentar dar concordância e estabilidade a monarquia. Para isso, toda uma simbologia foi forjada para criar um pano de fundo ideal e um tanto frágil a partir da memória da guerra, já que a função dos sistemas simbólicos é afirmar o caráter de dominação, dando ao discurso identitário uma força política capaz de penetrar no inconsciente coletivo. O qual, Bourdieu, denomina de poder simbólico.

Dessa maneira, as análises políticas mostram que:

Esse poder simbólico atua na construção da realidade atribuindo uma ordem ao sentido imediato de mundo, usando dos símbolos como instrumentos de integração social, eles são responsáveis pelo consenso sobre o sentido de mundo e contribui para manter a ordem social (BOURDIEU, 1989, p. 10).

Podemos perceber, ao longo da pesquisa com fontes periódicas, que o universo cultural que comporta esse discurso mostra os embates das elites culturais principalmente nos jornais, pois é essa camada de intelectuais responsáveis por criar e difundir ideologias para reforçar o papel da guerra como algo positivo, no sentido de integrar a população a uma causa que o brasileiro reconhecia como dele. Muitos desses periódicos, em circulação na época da guerra e após ela, foram usados como meio de reforçar esse poder simbólico exercido pelo Estado Imperial. Nas palavras de Tânia de Luca, a elite intelectual apresentou-se, em

diferentes momentos, investida da missão de revelar a verdadeira face da nação e de traçar as suas linhas de força para o futuro (LUCA, 1999, p. 19).

Logo, a influência do IHGB, na criação de uma cultura nacional, vai incidir até o fim da monarquia (e mesmo na república), partilhando ambas nessa construção política e cultural, manipulando símbolos da continuidade, sentidos de passado e uma guerra para legitimação de uma ideologia nacional.

### **3.3. A Função Intelectual: um ideólogo da cultura nacional**

A história dos intelectuais ficou muito tempo no descrédito pela falta de olhar por parte do pesquisador, realidade que tomou impulso só depois dos anos 60, todavia Remond (2003) já elucidava que o comportamento político dos intelectuais merecia por si só um estudo. O principal problema para sua história ficar à margem consiste nos intelectuais serem um grupo restrito e pertencentes à elite, sendo que a historiografia recente estava focada nas massas. Ao nascer, a história intelectual vai promover a junção do político, do social e do cultural.

Não podemos esquecer que estudar um grupo restrito não significava privilegiar ou estar limitado às trajetórias de grandes intelectuais, foi incluído os de categorias intermediárias, pois todo grupo social deve possuir um intelectual orgânico para mediar as massas, visto que o intelectual só é intelectual quando sua produção consegue atingir os indivíduos. As ideias que agem na sociedade partem da produção, debate e problematização a partir de certos lugares sociais e intelectuais, são as estruturas de sociabilidades como revistas e jornais que fazem os intelectuais se tornarem mediadores de influências ligados ao grupo social que pertencem, usando estratégias ideológicas a fim de manter a relação de poder e autoridade de um grupo sobre o outro, exercendo uma violência simbólica que a não adesão pode levar a ação coercitiva do Estado para, assim, assegurar legalmente a disciplina dos grupos que não consentem.

Partindo do papel político e cultural dos intelectuais pode-se alcançar uma história política transformada em história global, pois esses são indispensáveis na elaboração e organização da cultura de uma determinada sociedade. Segundo Bobbio (1997), a partir do momento em que a paixão política se tornou prevalente, os intelectuais começaram a subordinar as verdades eternas aos interesses contingentes da nação, do grupo ou da classe, a submeter a razão da justiça à razão do Estado, traem assim sua tarefa.

Os intelectuais podem ser encarados com funções específicas na sociedade, o que vai destacar essa diferenciação é o modo como eles criam e transmitem suas ideias, principalmente no contexto político. Na medida que promovem uma consciência social ao grupo por meio de representações, podem ser definidos como ideólogos. Seu papel é o de legitimar as ações do poder, embora muitas vezes soem críticas a um determinado poder para persuadir ou dissuadir, os intelectuais também estão no poder, o que permite que sua influência seja eficaz, já que possuem os meios de manipulação. Logo,

Os ideólogos são aqueles que elaboram os princípios com base nos quais uma ação é justificada e, portanto, aceita – em sentido forte, a ação é “legitimada” pelo fato de estar conforme aos valores acolhidos como guia da ação; os espertos são aqueles que, indicando os conhecimentos mais adequados para o alcance de um determinado fim, fazem a ação que a ele se conforma possa ser chamada de racional segundo o objetivo. (BOBBIO, 1997, p. 73-74).

Por isso, o grupo de intelectuais associados ao poder trabalha em função de manter o sistema de dominação vigente para que o grupo de oprimidos compactue com as doutrinas sem haver rupturas nos interesses. Desse modo, o intelectual para atingir o pensamento das massas dispõe de três requisitos, os quais foram nomeados por Bobbio como a influência que A consegue exercer em B. Primeiro, o prestígio intelectual ou moral de A; segundo, a validade dos argumentos empregados; terceiro, a probabilidade de que B acabe por sofrer alguma consequência desagradável por não ter seguido as diretivas de A (BOBBIO, 1997, p. 62).

Partindo para nossas análises, já constatamos no capítulo 2 que a maior parte dos intelectuais responsáveis pela produção dos jornais durante o Império eram ligados de uma certa forma com o poder público, ou por círculo de amizades com a família imperial como foi o caso do *Jornal do Comércio* da época de Piquet, ou por ganhar cargos políticos a exemplo do redator do *Jornal a Regeneração*, Luiz Augusto Crespo. Como também os intelectuais que formavam o IHGB e promoviam a escrita da história nacional. Assim, uma das diretrizes centrais de que os intelectuais fazem parte do poder, pode ser constatada no Império brasileiro:

Após 1821, vários jornais apareceram representando grupos, facções, ou mesmo indivíduos isolados. Muitos dos principais políticos da época, e alguns dos principais intelectuais (frequentemente eram as mesmas pessoas), tinham seus jornais. Em geral de curta duração, essas folhas eram o principal

veículo do debate político e cumpriram papel importante no aprendizado democrático. (CARVALHO, 1998, p. 139).

Além do mais, para legitimar seus argumentos à época do Império na afirmação da cultura nacional proposta, esses intelectuais utilizaram da Guerra do Paraguai em publicações que ressaltavam o patriotismo, por ser o primeiro evento que realmente mostrou uma identidade nacional a qual vinha sendo almejada para reforçar a política imperial, como veremos no próximo tópico de discussão. Pois, para uma Nação, a junção de discursos associados a eventos de grandes impactos reverte em um instrumento político-ideológico utilizado pelo Estado como base de uniformização.

Ademais, a elite intelectual no Brasil resguardava-se com a ideia de retórica, nas palavras de José Murilo de Carvalho, estava preocupada com a escrita, na “crença mágica do poder das ideias” (CARVALHO, 1998, p.129). Mas é nisso que reside o poder dos intelectuais, a boa retórica é a chave para persuadir e ordenar os pensamentos de quem vai ler o discurso, a linguagem age como força motriz para vincular o imaginário ao real.

A retórica destina-se a ensinar, deleitar e mover. Seu fim precípuo é persuadir, conseguir a adesão das pessoas. Divide-se de acordo com a natureza dos argumentos utilizados.

O que isso quer dizer é que na retórica ao contrário da argumentação puramente racional, destinada apenas a convencer a qualidade moral do orador vale tanto quanto a qualidade de seus argumentos. (CARVALHO, 1998, p. 134 – 135).

Outro ponto forte adotado pela retórica dos intelectuais é atacar a moral<sup>56</sup>, pois o jogo de juízo de valor não é só para convencer, porque o indivíduo pode se convencer com a exposição dos argumentos, porém não partir para a ação. É preciso uma mudança que impulse a vontade de agir, mas, que ao mesmo tempo, permita ao ouvinte pensar que age por si só, pois na verdade o bom intelectual tem que conhecer o público ao qual se destina e adequar o discurso para movê-lo à escolha desejada. Suas ideias sempre estão atreladas a interesses de algum grupo, seja social ou político.

Os principais intelectuais brasileiros ligados a periódicos da época da Guerra do Paraguai e após ela, muitos deles aliados ao poder público, vão tentar articular memória e identidade nacional como validação social e legitimação da memória. Porém, um outro grupo ganhou destaque, os que foram convencidos a chamar de “Geração de 1870” e começaram a questionar os paradoxos da nacionalidade. Mesmo com o fim da guerra, a intenção dos

---

<sup>56</sup> Consistia na prática de questionar a conduta do indivíduo perante a sociedade.

“civilizadores” de impor seu projeto, não importando a que preço, continuou até muito depois (ALAMBERT, 1995, p. 86).

Desse modo, cabe aos intelectuais instigar o nacionalismo cultural, fornecendo ideologias, possuindo assim um papel primordial na esfera política. Em vista disso, analisamos os discursos dos intelectuais travados nos periódicos à época do Império como estratégia na busca da legitimação de uma construção nacional com a Guerra do Paraguai.

### **3.4. Entre cartas e jornais: o discurso sobre a Guerra do Paraguai como uma afirmação identitária**

As questões que envolvem a identidade nacional e como ela é apropriada pelo poder como forma de se legitimar uma cultura nacional no século XIX é algo intrigante, pois seria a força motriz de todo arranjo político e ideológico. Pode-se perceber que as hierarquias sociais determinam as hierarquias culturais, mas isso não significa que a cultura dos dominantes determine o caráter da cultura dos dominados (CUCHE, 2002, p. 14), ou seja, a força da representatividade forjada por meios de símbolos impulsiona uma nova forma de ver o político através do cultural, contudo nem sempre essa estratégia consegue predominar a mudança na recepção de imediato, visto que cada indivíduo concebe de forma diferenciada aquela emissão. A representação organiza e dá contornos para impulsionar o comportamento do indivíduo ao sentido de consenso. Outrossim,

Se o discurso não cria, ele, ao menos, organiza a diferença, produzindo identidades que se consolidam em processos sociais e se expressam por meio de ações simbólicas, textos e contextos.

A construção social da identidade acontece sempre, num contexto de relações de poder. (MORENO, 2014, p. 8).

Por isso, os discursos que envolvem a identidade é um processo de construção e desconstrução do poder simbólico. Na medida que, através de ideólogos, manipulam as representações do real atendendo a um fim específico; no século XIX, como transformação de unidade política em unidade cultural.

Todavia, para que todo esse aparelho estratégico funcione, os intelectuais que são mediadores desse discurso precisam criar símbolos, cerimônias e tradições que remetam a uma memória, para que se materialize criando vínculos emocionais entre o que foi imaginado. Porque ao conseguir articular essa ideologia nacional, vai proporcionar a continuidade desses

valores culturais, onde o indivíduo se reconhece naquela identidade coletiva e cultural, tornando-se um cidadão político. Haja vista que as identidades nacionais não são coisas com as quais nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação (HALL, 1992, p. 48).

Como foi discutido no capítulo anterior, os intelectuais dos países da América Latina desenvolveram estratégias semelhantes para forjar o sentimento de pertencimento, partindo de datas comemorativas e criação de heróis. O Paraguai e o Brasil foram os que mais se aproximaram em iniciativas, visto que, tanto a Guerra do Paraguai como a imprensa periódica, impulsionaram o despertar de uma identificação nacional.

Durante o desenrolar da guerra, a imprensa periódica do Império serviu-se dos acontecimentos dos campos de batalha para proporcionar o estímulo para as razões do conflito como algo necessário, pois era a defesa de uma causa dita como nacional, já que habitávamos o mesmo território, e os intelectuais do IHGB já haviam escrito narrativas que davam sentido a essa ideologia. Da mesma forma, por meio da guerra, ajudava a construir um discurso legitimador a fim de que essa identidade nacional se consolidasse atrelada à ideia da Monarquia. Como ressalta Araújo:

Os campos de batalhas foram igualmente utilizados como espécie de exame e prova prática de eficácia simbólica das representações de Brasil veiculadas à época do conflito. Ou seja, a representação de um país uno e coeso, alicerçado na figura de seu imperador. Homem e território que pretensamente tentavam simbolizar a paz, a união e a concórdia (ARAÚJO, 2012, p. 17).

Portanto, os grupos de intelectuais fizeram aparecer nos jornais vários atributos ligados à ideia de identidade, interpretando o conflito platino como uma dimensão política e cultural, ao passo que costurava as estruturas da guerra às intenções do governo imperial. Para Charles Tilly, quando os estados europeus passaram para a fase de nacionalização, as dinastias perderam muito da sua capacidade de fazer guerra em seu próprio nome, e algo que denominamos vagamente “interesse nacional”, acabou por dominar a participação ou não dos estados na guerra (TILLY, 1992, p. 265).

Assim como essa característica do uso da guerra na Europa pelo Estado vinculada à identificação nacional, o Império brasileiro adentrou na Guerra do Paraguai quando os interesses nacionais saltaram como um forte meio de controlar territórios e a população, atrelados aos desejos da classe dominante de exercer o poder dentro do Estado.

O primeiro periódico apresentado que utilizou dessa estratégia foi o *Jornal Diário de São Paulo*, fundado em São Paulo no ano de 1865 pelos bacharéis em direito, Pedro Tanques de Almeida Alvim, que também havia sido redator do *Correio Paulistano*, Delfino Pinheiro de Ulhoa Cintra Júnior e Henrique Schroeder, dono da Typographia alemã. Era o segundo em periodicidade diária da província, sendo impresso por Schroeder e mais dois redatores como proprietários. Inicialmente possuía um caráter liberal, defendendo questões abolicionistas, mais tarde começou a se debruçar pela Guerra do Paraguai, para em seguida tratar de pautas como o federalismo no Brasil, reformas eleitorais e questões religiosas. Os trabalhos se encerram no ano de 1878 quando mudou a propriedade (BN/RJ, 2018).

Observemos a primeira transcrição do *Jornal Diário de São Paulo*, dia 08 de Agosto de 1865:

As fadigas da campanha não são todos os dias, nem todas as horas. A vida do soldado em campanha tem também, seu recreio, suas aventuras, mas quando fosse uma vida toda de penas e de fadigas, não se terá em conta o dever, de defender os próprios lares, e de vingar a honra nacional? Cada casa incendiada, cada rez arrebanhada, cada palmo de terreno pisado pelo inimigo bárbaro não são uma exprobração de covardia ao brasileiro que o consente? Não são outros tantos desafios atirados a sua face pelo bárbaro guarani na presença do mundo espectador?

E o rubor da indignação não lhe assoma o rosto, e não se precipita sobre ele a vingar a ousadia? Quando a nação não lhe desse uma espingarda, de tudo deveria fazer armas o brasileiro. Mas não! Parece o jovem brasileiro, o jovem paulista, esquivar-se ao desafio.

E o legado de honra, e a valentia tradicional que seus pais lhe deixaram para transmitir a seus filhos, que é deles?

Creemos que os paulistas não são menos patriotas que os rio-grandenses, que todos já pegaram em armas em defesa de seus lares e da honra nacional: mas é preciso que o governo não deixe perigar nos ócios de Capua, perto de suas famílias o nobre impulso que leva as fileiras os voluntários, nem que adiante deles lhes mostre a perspectiva desolante do sertão.

Mostre-lhes o inimigo, e não ficará nenhum dos que podem carregar uma espingarda.<sup>57</sup>

O jornal traz um texto de cunho apelativo para que os brasileiros fiquem motivados para se alistarem nos corpos de Voluntários da Pátria rumo à participação na Guerra do Paraguai. Ressaltando a ideia de não serem os campos de batalha um lugar ruim, visto que os soldados podem ter momentos de diversões. Apela para o momento da invasão de López ao Mato Grosso, com casas destroçadas e vidas já perdidas, lembrando aquela passagem do início do conflito para motivar o sentimento de identificação nacional e, conseqüentemente, os levarem

---

<sup>57</sup> *Jornal Diário de São Paulo*, São Paulo, 8 Ago. 1865. Desse momento em diante, todas as citações correspondem a esse documento. BN/RJ.

ao alistamento voluntário. O historiador Tiago Gomes aponta que a dimensão social cotidiana é útil para a interpretação do conflito platino, na medida em que entendemos a construção das identidades como espaço de múltiplas sociabilidades (ARAÚJO, 2012, p. 79).

Todo esse arranjo patriótico deu-se porque, ao passar um ano da guerra, muitos indivíduos começaram a não se alistar para o combate, e o governo precisava criar meios de incentivo. Daí as críticas ressaltadas pelo jornal de os paulistas estarem fugindo do alistamento, não que eles não tivessem um sentimento patriótico, porém, ao contrário dos gaúchos que já pegaram em armas para defender a honra nacional, eles ainda recuavam. A dificuldade no alistamento vai desembocar em um novo recurso posteriormente, os escravos.

Destarte, o periódico deixa claro que o governo também precisa fazer sua parte e não desamparar quem mostrasse sua bravura, assegurando as pensões e as honrarias militares, afirmando que o inimigo é outro e não o Império a se combater; desviando o olhar dos problemas internos para se concentrar no verdadeiro mal que é o inimigo paraguaio. Na primeira página, uma passagem do jornal exalta a forma de governo brasileiro e usando disto para justificar a importância do alistamento, ao afirmar:

O Brasileiro tem sobre o Guarany a superioridade das instituições livres e da sua raça. Falta-lhe a igualdade de número e disciplina. E sem disciplina, não há exército que preste.  
E fora de dúvida que o exército paraguaio é bem disciplinado e bem armado: preparou-se de longe para a guerra, e tem bons chefes.  
Mas o Guarany não será bom soldado, porque combate, não pela pátria; mas para um senhor; porque tem nas veias com a raça, a covardia a circular no sangue.<sup>58</sup>

No dia seguinte, o jornal publica uma carta de Montevideú do dia 14 de Julho de 1865, narrando os principais acontecimentos no palco da guerra. O que chama atenção é, em determinada parte da carta, o jornalista frisar sua confiança na vitória brasileira, “principalmente depois da sábia e patriótica deliberação que acaba de tomar S. M. o Imperador, e das medidas do gabinete atual”.<sup>59</sup>

Acreditamos que o jornal se refere à decisão do imperador visitar o campo de batalha em Uruguaiana no ano de 1865, visto que as operações da guerra no Rio Grande do Sul começaram um mês antes e se estendeu até a publicação da carta. O que levaria um certo entusiasmo aos soldados e à população pelo próprio imperador se fazer presente no conflito como demonstração de patriotismo, o “voluntário número 1”, como foi comumente chamado.

<sup>58</sup> Jornal Diário de São Paulo, São Paulo, 8 Ago. 1865. BN/RJ.

<sup>59</sup> Jornal Diário de São Paulo, São Paulo, 9 Ago. 1865. BN/RJ.

Para o jornalista, isso foi uma boa estratégia usada por D. Pedro II para estimular a participação na guerra, como também trazer mais popularidade ao conflito.

As medidas referidas ao gabinete atual, que no ano de 1865 estava a cargo dos liberais e constava na presidência Pedro Araújo Lima (1793-1870), o Marquês de Olinda, nos remete a pensar que seria a lei concessora de medalhas de honra aos generais, chefes, oficiais e tropas argentinas e brasileiras que fizeram parte do ataque em Corrientes no dia 25 de Maio. Tais medidas simbólicas inspiravam o orgulho nacional, como também criam laços de identificação, ao enumerar um panteão de futuros heróis que lutaram bravamente pelo país, ajudando a construir uma memória de guerra.

Hipótese que pode ser comprovada com a publicação do *Jornal Diário de São Paulo* do dia 13 de Agosto de 1865, em que também relata a passagem de D. Pedro II por Uruguaiana. Atentemos para transcrição abaixo:

(...) Uma lei que se discute no Congresso concede uma medalha de honra ao general, chefes e oficiais e tropa argentinos e brasileiros que tomaram parte no ataque de Corrientes no dia 25 de maio. (...).  
Todos os jornais de Buenos Aires publicaram o entusiástico recebimento que o Imperador teve no Rio Grande.<sup>60</sup>

Por isso, a guerra pode ser encarada com um dos fatores de autoafirmação do Estado Nacional. Ele se utiliza da coerção e do acúmulo de capitais para manipular os indivíduos a se submeter a um poder. No caso do Império brasileiro, a Guerra do Paraguai foi um dos momentos que o Estado submeteu uma ação coercitiva legítima de fato, pois pôde controlar os meios dessa coerção através do exército e da intelectualidade que projetavam notícias nos jornais; e os indivíduos que faziam parte dos ministérios, protegidos pelos arranjos e concessões na forma de patronato, prática que era comum desde o início do período imperial. Como afirma Leslie Bethell (1991), as medidas paternalistas combinadas com a firmeza serviam para converter em estável (Estado), alinhando, dessa maneira, para a consolidação nacional.

O *Jornal Diário do Povo*, como já foi retratado no capítulo 2, era um defensor da forma monárquica de governo, para tanto, ao mesmo tempo que legitima as principais medidas da política imperial daquele ano do conflito em sua edição de 3 de Agosto de 1867, acaba exaltando a Guerra do Paraguai, como exemplo de patriotismo:

---

<sup>60</sup> Correspondência de Buenos Aires (26/07/1865). *Jornal Diário de São Paulo*, São Paulo, 13 Ago. 1865. BN/RJ.

A situação inaugurada pelo gabinete de 12 de maio, e abraçada com ardor pelo ministério atual, anunciou solenemente sua existência política, proclamando a decadência dos partidos e a extinção do espírito público.

O fato novo, estranho, de exibir-se assim, no meio de representação nacional, o governo de uma nação livre, como fazendo derivar seus títulos de legitimidade de uma outra origem que não a opinião, seria efetivamente a mais flagrante prova de veracidade desse conceito desdenhoso, se acaso o país recebesse sem protesto, e não soubesse repelir, no terreno da lei, o estigma que por tal modo se lhe procurou imprimir.

A extinção do espírito público é o sistema fatal de agonia das nações envelhecidas e gastas, a exaurissem no torpe egoísmo que abafa a consciência dos públicos interesses, se não já o repulsivo efeito da morte a pintar-se na face lívida de um povo cadáver. Há vida, há muita vida, em uma nacionalidade nova, que sente-se animada de grandes ideias a traduzirem-se em eloquentes expansões de patriotismo, como essas de que dá brilhante testemunho a prolongada, mas ainda assim, honrosa, luta com o tirano do Paraguai.<sup>61</sup>

O periódico, inicialmente, comenta sobre uma medida do gabinete de 12 de maio, a qual buscamos através do site do Senado Federal, tendo como referência o dia 12 de maio de 1867; o ano escolhido foi 67 por ser o mesmo ano da publicação do jornal. No entanto, não consta nenhuma lei e nenhum decreto nessa data. O que nos faz pensar que o jornal se refere à notícia da troca dos ministérios ocorrida no dia 12 de maio de 1865 para um gabinete liberal, até porque mais adiante ele noticia: “a situação que no ministério de 3 de agosto, mostrou tendências conservadoras, realizou a política – geo – geophica – e acaba de declarar-se liberal, tocou incontestavelmente o último período de sua existência”.

As colocações do jornal dão a entender a surpresa pela afirmação feita pelo gabinete, declarando-se liberal, quando se toma medidas conservadoras. Refere-se ainda que essa conciliação de ministérios acaba prejudicando o espírito público das instituições as quais se dizem livres, pois é o monarca que nomeia os participantes do ministério, que por conseguinte aponta as elites regionais das províncias, mantendo assim uma cadeia de favores políticos liderados pela Coroa e tendo como base de sustentação a ideologia em comum: a escravidão. Mas, por outro lado, essa iniciativa é legítima, apesar de não permitir que o povo escolha.

Acreditam que o fim do espírito público é o que leva as nações a se degradarem devido ao povo não mostrar empatia. No entanto, o Brasil tinha acordado para um espírito de nacionalidade que não deixaria o desequilíbrio dos partidos políticos arruinar nossa forma de governo, o testemunho vívido do patriotismo mostrado na Guerra do Paraguai. Essa nacionalidade nova que estava sendo despertada, serviria de elo frente as instabilidades. O pensamento dos intelectuais que formariam a geração 1870 gira em torno deste dilema: a

---

<sup>61</sup> Jornal Diário do Povo, Rio de Janeiro, 3 de Ago. de 1867. BN/RJ.

percepção da necessidade de reformas essenciais na organização da economia e do sistema político e o temor de abalar as instituições políticas, o que posteriormente levaria a ordem social abrir uma crise que desestabilizou o precário equilíbrio entre as facções da elite imperial e enfraqueceu o regime monárquico (ALONSO, 2002, p. 42). O que de certa forma, o jornal dava indícios de tentar evitar.

Todo esse discurso só era possível ser travado nos jornais devido não existir, no Brasil do século XIX, uma intelectualidade desvinculada ao setor político, todas as suas ações eram carregadas em função de uma ideologia política. A missão dos intelectuais era reproduzir representações escritas que fossem capazes de instituir, despertar ou resgatar a identidade nacional, de acordo com Anthony Smith (SMITH *apud* MORENO, 2014, p. 21). Uma vez que, as representações da nação no discurso servem para o indivíduo se reconhecer e, por meio desse simbolismo, interiorizar no seu inconsciente coletivo como algo espontâneo.

Seguindo essa perspectiva, o *Jornal do Comércio*, que era um dos órgãos apoiadores do imperador, na edição número 10 do dia 10 de Janeiro de 1870, reconstrói a narrativa da guerra de uma forma heroica para o Brasil e que esta aconteceu devido aos ímpetos de Solano López, não deixando de exaltar também o sentimento de patriotismo. Como podemos perceber na transcrição abaixo:

Jornal do Comércio

Retrospecto Político de 1869

IV.

Paraguai.

Sentimos em ter que descrever o martirológico desse país no ano que se encerrou. (...).

E um homem, um homem só foi autor desta completa transformação. A luz se faz, a história começa a falhar, a pronunciar sua severa, mais justa sentença, e, em honra ao Brasil, não lhe cabe a menor responsabilidade na hecatombe sinistra que de um extremo ao outro da República do Paraguai ensanguentou o solo, e a reduziu a um deserto, que parece amaldiçoado.

(...) ao escrevermos a nossa revista o ano passado anunciamos os hinos de alegria que o Brasil entoava pela glória alcançada e mais ainda pela aurora de paz, saudada com alvoroço como prenúncio de prosperidade infalível. (...).

Exemplos também de dedicação não lhes faltavam para robustecer o sentimento de patriotismo que os dominava. Quando reapareceu no exército o Visconde do Herval, com o rosto amarrado e sua gloriosa ferida ainda aberta, para tomar parte na campanha que se iniciava, não se pode calcular o entusiasmo que esse fato produziu. Era mais uma garantia da vitória para nós, porque a confiança nos chefes é a primeira condição de triunfo. (...).<sup>62</sup>

<sup>62</sup> Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 10 de Jan. de 1870. BN/RJ.

Como a passagem mostra, o jornal culpa a miséria que o Paraguai se encontra às vésperas do fim da guerra ao marechal presidente Solano López, frisando que o início do conflito não foi provocado pelo Brasil como acusavam muitos jornais da época, principalmente os argentinos. No Império, a notícia que o fim da guerra se aproximava e com a vitória das tropas brasileiras em sua maioria que ainda seguiam no conflito, causava alvoroços na nação pela paz anunciada.

Podemos notar a descrição do patriotismo que dominava as tropas, principalmente nos momentos de maior tensão na descrição do episódio em que o Visconde do Herval, mais conhecido general Osório, continua lutando na batalha montado em seu cavalo e tendo um dos olhos machucado; despertando ainda mais a ânsia de lutar em nome de sua pátria. Para o jornal, era esse tipo de entusiasmo patriótico que se leva à vitória.

Em outras passagens do jornal, o apelo ao nacionalismo se torna ainda maior ao afirmar: “muitos sacrifícios fizemos nessa guerra, mas vingamos a nossa honra, e elevamos bem alto a bandeira auriverde, no Rio da Prata. São os nossos próprios adversários ali que, obrigados, confessam o valor, a disciplina e as qualidades do soldado brasileiro” ou ainda quando ressalta: “custou-nos esta empresa a vida do valente general João Manoel Menna Barreto e de outros bravos; mas estas perdas sensíveis choradas por todo o país são outras tantas recordações gloriosas da história dessa guerra que hão de animar futuros heróis a imitá-los”.

Portanto, acreditamos na força desses discursos quando recebidos pelos brasileiros, o quanto a representação da guerra pode ter causado uma identificação nacional pela forma como a linguagem apelativa comove o leitor. É dessa forma que os discursos criados pelos indivíduos sempre carregam um teor ideológico, na medida que manipulam em direção à absorção daquela representação forjada. Assim, na política, legítima toda relação de poder na vida cotidiana emanada pelo Estado através da cultura nacional.

Na edição 16, os intelectuais do *Jornal do Comércio* continuam usando a Guerra do Paraguai como um fator de nacionalidade. Como se pode observar neste trecho da correspondência publicada:

Estão completos cinco anos de guerra. A meu ver, desde que a 12 de Novembro de 1864 o governo do Paraguai mandou notificar ao do Brasil que considerava a entrada dos brasileiros no território oriental como uma declaração prática de guerra, realizando o ditador atrevido a captura do Marquês de Olinda a 14 do mesmo mês, começou a guerra. Desde então o espírito nacional, o coração do povo, elevou-se no Império a altura de seu dever. As legiões surgiram como por um milagre do alvoroço nacional. Ales jacia eras.

Então passados cinco anos, e o Brasil pode orgulhoso de si e de seus filhos repetir esses versos do poeta castelhano.  
 Los mismos sitios que el baldou miraran,  
 Miraron la vinganza y las afrontas,  
 En torrentes de sangre se lavaran. (...).<sup>63</sup>

O correspondente relata mais uma vez, como nas edições anteriores, que a culpa da guerra é do ditador paraguaio. Mas que, desde o fato da captura do navio Marquês de Olinda e o início do conflito, os brasileiros começaram a se mobilizar com um espírito nacional. Pelo relato do correspondente, foi algo inusitado, todavia proporcionou uma corrente de entusiasmo nacional em todo o povo, o que identificamos como a concretização das ações do Império em estimular em um primeiro momento essa nacionalidade, tanto com os escritos do IHGB, como pela iniciativa do imperador ir ao palco das batalhas, assim elencado anteriormente.

Em outro trecho, ele destaca o orgulho do povo pela vitória do Brasil na guerra, fazendo uma analogia com os versos de um poeta castelhano, o qual exemplifica em poucas palavras o que foi o conflito: resultado das vinganças e afrontas dessa região, que culminaram no derramamento de sangue por todos. No final da correspondência, é sugerido pelo jornal que sejam erguidos monumentos nos locais das batalhas, onde perderam-se os bravos soldados brasileiros, em gratidão nacional. Descrito assim na passagem abaixo:

Se o Império quer satisfazer seu dever de gratidão nacional promova (como já aconselhei em Dezembro do ano passado) uma subscrição para elevar, em qualquer ponto do Paraguai, um monumento a memória dos cem mil homens brasileiros que tem falecido nesta guerra. Eleva-se esse mausoléu, essa memória, honrosa aos mortos e aos vivos, ou em Humaitá ou em Assunção.<sup>64</sup>

Desse modo, os valores patrimoniais relacionados à Guerra do Paraguai, serviriam como outro símbolo para legitimar a nacionalidade, ao passo que preservaria para a posteridade valores culturais com um universo significativo ligado à memória da guerra. Segundo Anthony Smith (1991), de muitas formas, os símbolos, costumes e cerimônias nacionais são aspectos mais potentes e duradouros do nacionalismo. Eles incorporam seus conceitos básicos, tornando-os visíveis e distintos para cada membro, comunicando os princípios de uma ideologia abstrata de forma concreta e palpável (HALL, 1992, p. 77).

<sup>63</sup> Correspondência de Assunção (30/12/1869). Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 16 de Jan. 1870. BN/RJ.

<sup>64</sup> Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 16 de Jan. 1870. BN/RJ.

Como vimos no capítulo 2, os países da América Latina usaram esse recurso de elencar símbolos e cerimônias para ajudar a forjar uma nacionalidade. O Brasil não promoveu comemorações oficiais para o regresso das tropas<sup>65</sup>, mas medalhas comemorativas foram distribuídas. No Império ao tempo da guerra, percebemos que essa representação simbólica girava em torno da manipulação de notícias que possibilitassem a identificação com o nacional. Assim, o governo imperial acabou usando a Guerra do Paraguai como um incentivo na identidade nacional:

Durante a Guerra do Paraguai, o governo imperial esforçou-se na criação de evidências simbólicas que interpelassem e representassem o ser brasileiro. (...). Tal elaboração se fez no dia a dia das batalhas, onde a luta contra um inimigo fornecia as armas para o estabelecimento de traços identitários. As individualidades e suas especificidades perdiam força, em prol da homogeneidade da nação (ARAÚJO, 2012, p.100-103).

Em outra publicação do *Jornal do Comércio* da edição de número 80, do dia 22 de Março de 1870, é exaltada a euforia patriótica tomada nas ruas do Rio de Janeiro com o regresso das tropas pelo povo, que acenavam os chapéus para o Imperador como forma de agradecimento por ter honrado a nação. Além de criar um discurso épico sobre o porquê da vitória do Brasil sobre o Paraguai, sem deixar de dar os créditos ao monarca e sua família imperial como os verdadeiros condutores do progresso que estava por vir com esse feito. Analisemos a transcrição:

Senhoras – Com a queda do déspota do Paraguai ecoou sinais e pertence um povo irmão, americano, como nós!  
Brilhante triunfo da capacidade e patriotismo do nosso adorado monarca, é ao mesmo tempo a mais bela página do reinado do Augusto pai V. A. Imperial, e garantia certa de venturoso porvir no de Vossa Alteza. Santo e justo é, pois, o regozijo que breve se estenderá por todo o Império. Os gloriosos feitos do nosso exército e armada, e as estrondosas vitórias alcançadas sob o mando do valente e jovem general, augusto consorte de V. A. Imperial, serão admirados pelo mundo inteiro.  
Não podíamos ser vencidos! Sobre nossas armas adejava o anjo tutelar do Brasil, a nossa princesa imperial, todo amor, patriotismo e dedicação!  
A vitória era certa.

---

<sup>65</sup> A ordem de D. Pedro II foi que os batalhões desembarcassem em suas províncias de origem e não na corte, pois seria uma despesa desnecessária promover comemorações pelo regresso. Dessa forma, foi alvo de críticas dos jornais como relatado no capítulo 2. Além disso, Júlio de Barros, filiado ao Partido Liberal, insinuava um possível “calote do governo”, ao expor que era na corte onde os Voluntários da Pátria deveriam ajustar as contas. Referia-se a gratificação pecuniária, com a posse de terras em colônias militares ou agrícolas a que tinham direito, de acordo com o decreto imperial que criou os batalhões de Voluntários da Pátria. De tal modo, as reclamações de milhares de homens incomodariam o gabinete de 16 de julho formado por conservadores que ainda não tinha quitado as dívidas com os Voluntários da Pátria. (RODRIGUES, 2014, p. 3-4).

Vós ali estáveis aos corações dos soldados, e, ainda mais, no coração do povo.<sup>66</sup>

Podemos perceber o apelo emocional que o discurso carrega para transformar a Guerra do Paraguai em algo positivo para a nação, ligando tanto a ideia de uma identidade que começava a surgir sendo enaltecida cada vez mais para se consolidar e a figura do monarca como o principal responsável por esse despertar. Legitimava-se, assim, o discurso da instituição monárquica como um poder soberano, estável e capaz de traçar um futuro glorioso para o Brasil.

Assim, a vitória se fazia como certa, devido estarmos protegidos pelo anjo que guardava o país. Para o jornal, seria a princesa imperial. Vemos então a manipulação em torno da figura da princesa que seria descendente ao trono e que, já frequentemente, ficava a frente da política imperial, devido ao estado de saúde debilitada que D. Pedro II se encontrava por essa época, exigindo constantes viagens para tratamento e repouso. O povo já era preparado para aceitar a primeira mulher como governante do Império brasileiro, sendo o discurso em torno da guerra usado como estratégia para fortalecer os laços identitários ligados à monarquia, ao apelar dizendo: “a nossa princesa imperial, todo amor, patriotismo e dedicação!”.

Em seguida, o jornal descreve mais uma vez o patriotismo que brotou na população ao afirmar: “Permiti, portanto, senhora, que nós brasileiros, em cujos peitos, também o amor da pátria ferve e incendeia, desponhamos aos augustos vós [?] de V. A. Imperial as homenagens de um povo agradecido”. Dessa maneira, é explicitado o impacto da guerra nessa euforia identitária que causava agradecimentos à família imperial como elo percussor da vitória.

Mais abaixo o simbolismo é elencado com versos ainda mais emotivos para tocar a população, confirmando a linguagem como instrumento de criação de uma identidade.

Viva o brilhante triunfo da tenacidade do Imperador!  
 Viva a nação brasileira!  
 Viva S. M. Imperador e a família imperial!  
 Viva o anjo tutelar do Brasil, S. A. Imperial!  
 Viva o bravo general, e jovem conde d’ eu!  
 Vivão o exército e armada brasileira!  
 Vivão os exércitos aliados!<sup>67</sup>

Logo, podemos perceber claramente as intenções do periódico em expressar uma ideologia nacionalista em nome do fortalecimento de uma identidade, que era o objetivo

<sup>66</sup> Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 22 Mar. 1870. BN/RJ.

<sup>67</sup> Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 22 Mar. 1870. BN/RJ.

primordial da política imperial. Em vista disso, a identidade brasileira no conflito platino pode ser entendida como “invenção”, da “comunidade imaginada”. O governo imperial pretendia usufruir do evento guerra enquanto espaço propício para testar atributos nacionais, configurados sob um regime monárquico (ARAÚJO, 2012, p. 270). Pois, é a política que influencia na ordenação e absorção da cultura.

A cada periódico analisado, fica mais evidente essa estratégia da política imperial de tentar se sustentar na ideia de uma identidade nacional nascida na guerra para dar concordância e estabilidade à monarquia, sendo os intelectuais dos jornais os mediadores responsáveis por forjar todo simbolismo e representatividade. Ana Paula Squinelo destaca que:

“A memória da guerra não se configura como uma memória patriótica, e sim como uma memória conotativamente política “repleta de sentidos, como instrumento e objeto de poderes, e, por isso, forjando, identidades. Poderes simbólicos manipulados “em nome da pátria a glória prevaleceu” (SQUINELO *apud* GOMES, p. 142.).

A tarefa de unir a nacionalidade à monarquia não fica restrita só aos intelectuais da capital do Império, o *Jornal Conservador de Minas* da cidade de Ouro Preto, na edição número 10, do dia 24 de Março de 1870, retrata a exaltação do Brasil ao vencer a guerra e que se perpetuará os heroicos feitos em eternos monumentos, tudo isso graças ao patriotismo do governo do imperador. Vamos observar a transcrição abaixo:

O Deus dos exércitos foi pela causa da justiça e da civilização, o Brasil triunfou!  
 Estão vingadas todas as afrontas e o pavilhão auriverde, símbolo sagrado de nossa nacionalidade trêmula ovante e vitoriosa em todas as cidades inimigas. A sua sombra cresce e floresce a árvore santa da liberdade e da civilização paraguaia. Sob os lous imarcescíveis os colhidos em mil batalhas descansam hoje os infatigáveis e invencíveis guerreiros do Império de Santa Cruz! Sobre suas fronteiras laureadas caem as bênçãos da pátria.  
 Em cada coração brasileiro há uma ovação sincera para os heróis que sobreviveram e uma prece fervorosa para aqueles que morreram.  
 Voltando ao remanso da paz e guiado pela sabedoria e patriotismo do governo do Imperador, o Brasil vai entrar cheio de glória na senda do progresso e do engrandecimento.  
 O dia 1 de março, os nomes do general Camara, Conde d’Eu, Caxias, Osório, Argollo, Polidoro, Paranhos, e outros estão imortais.  
 O Brasil agradecido perpetuará seus heroicos feitos em eternos monumentos. S. M. Imperador o primeiro cidadão, o 1º voluntário o 1º patriota tem gratidão de seus fiéis súditos sua maior recompensa.  
 Viva a nação brasileira!  
 Viva o exército e armada nacional!  
 Viva ao Imperador!

Viva ao general Camara!  
Viva a união e a harmonia de todos os brasileiros!<sup>68</sup>

Toda essa ideia de nação brasileira divulgada pelo jornal, seria para comover e unir o povo para que este se reconheça na identidade cultural a qual estava sendo forjada com a guerra. E um dos marcos importantes da nacionalidade, que surgia ao fim da guerra, foi o hastear da bandeira imperial no solo inimigo. Assemelhando, dessa maneira, pelo cunho dramático do trecho, o Brasil aos Impérios guerreiros da antiguidade, onde se faziam guerra e justificavam como forma de resgatar os povos oprimidos pelos tiranos, levando a liberdade.

Em seguida, a alusão aos mortos em combate, demonstra a comoção patriótica em rezar pelos seus irmãos. Algo expressado pela notícia como já vir brotando nos corações, principalmente motivados pelo patriotismo do próprio imperador, uma identificação com o nacional que se viu mais presente com os ímpetus da guerra. O que foi recompensando com as mesmas demonstrações por parte do povo.

Por isso, no caso da Guerra do Paraguai, tais atributos identitários foram utilizados como trampolim para o fortalecimento da brasilidade (ARAÚJO, 2012, p. 188). Por conseguinte, o momento mais propício encontrado pelo Império de colocar em prática todo o discurso travado pela intelectualidade no IHGB com algo aparentemente palpável e que causava comoção, pois reuniria atributos essenciais quando se busca forjar uma nacionalidade: uma narrativa histórica que leve a identificação com o território e um acontecimento dramático que evoque os laços da comunidade.

Vemos claramente que o nacionalismo usado como um discurso ideológico, pode permitir ajudar na construção da unidade almejada por um poder político. E a identidade nacional é o que promove a consciência dessa unidade nos indivíduos através dos símbolos e representações que projetam as aspirações manipulativas do poder, introduzindo assim conceitos para uma cultura nacional.

Mais um exemplo do uso da identidade com a Guerra do Paraguai, encontramos no *Jornal D. Pedro II* na edição 8 do dia 15 de Setembro de 1871. Propriedade de Alvarenga Netto & Azevedo Coimbra, a partir de 01 de junho de 1871 passa a ser propriedade de Azevedo Coimbra & C., tendo como redator gerente Miguel Dragueiro, o periódico afirma logo na capa: “Não militamos na luta dos partidos, só se ocupará da política em geral, defendendo a integridade, autonomia do trono brasileiro”.

---

<sup>68</sup> *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 24 de Mar. 1870. BN/RJ.

Apesar de afirmar não apoiar a luta dos partidos, deixa claro a que tendência política se inclina, ao conservadorismo. O jornal destaca as qualidades do soldado brasileiro, principalmente pelo seu sentimento de patriotismo e amor pelo chefe da nação. Como podemos observar na transcrição que se segue:

O soldado brasileiro tem brios, tem valor, e tem honra corado com o sentimento de muito patriotismo e amor ao chefe da nação, porém muito lhe falta, porque dele se esquecem de um lado os protegidos da sorte, ou de outro, os protegidos pelo patronato.

Estes dois males, que a tudo estraga, e arruína uma sociedade livre, e cheia de brios, somente serviram para os tempos coloniais, e no tempo que não sangravam as gloriosas feridas abertas por um patriotismo digno de inveja das nações as mais cultas, e de mais recursos, e melhor preparadas para os ataques dos inimigos.

Naqueles campos onde brilharam eternamente a glória do povo brasileiro, e onde refletem os raios de sol a bravura e o patriotismo desses voluntários e daqueles corpos do exército, e naquelas margens onde se espelham a bravura e o heroísmo de nossa esquadra, tudo ficará esquecido, ou intercalado entre as folhas do livro de história, sem o acatamento admirável do que foram, do que são e do que serão.

Isto deve ocupar mui séria e atenciosamente o pensamento dos nossos homens do estado a exemplo do chefe da nação. (...).<sup>69</sup>

A publicação quer chamar atenção para o reconhecimento dos que lutaram na guerra, para que não fossem esquecidos, visto que, a onda de patriotismo demonstrada por eles, não poderia passar despercebida. E o monarca tinha que reconhecer essa atitude e não beneficiar só seus protegidos, porque esses princípios de contar com a sorte ou ser protegido pelo rei era coisa de país ainda colônia.

O Brasil acabava em meio a uma guerra mostrar um nacionalismo nunca visto, que causaria inveja nas nações mais desenvolvidas e não poderia ser esquecido e nem ficar só nas páginas dos livros. Seria hora do monarca aproveitar esse patriotismo exacerbado para empregá-lo de forma que catalisasse os anseios da pátria.

As propostas sugeridas pelo jornal *D. Pedro II* deixam claro o incentivo do uso da identificação nacional durante a guerra como uma estratégia do governo imperial se apropriar de tal fato, o que podemos perceber que isso já vinha acontecendo como foi expressado na análise dos demais periódicos citados. Considerando que a ideia de nação parte fundamentalmente das ações culturais construídas em torno dos indivíduos; são as estratégias discursivas que proporcionam a fixação dos traços identitários.

---

<sup>69</sup>Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 15 de Set. 1871. BN/RJ.

Conseqüentemente, manter essa memória viva da guerra, como sugeria o jornal, serviria tanto como um ponto de partida para fortalecer a identidade nacional quanto para manter as estruturas da monarquia. Pensamos que essa foi, sim, a estratégia usada por D. Pedro II por meio das discussões intelectuais propostas nos jornais, em virtude de que a nação é definida por essas construções simbólicas, unindo o político ao cultural.

Mais uma evidência do uso da identidade aflorada durante a guerra, como estratégia, se deu no Jornal *Diário de Notícias*. O periódico de propriedade de S. S. Paes Viana, lançado em 21 de março de 1868, na edição 317, acusa o monarca de se apropriar dos jornais para instigar o patriotismo para guerra, mas esse não era algo tido como uma atitude verdadeira de defesa da nação. Os indícios descritos pelo jornal, remete à amargura que com certeza se abateu entre os seus responsáveis naquele ano, visto que foi o ano da troca de gabinete dos liberais para os conservadores; por isso, acreditamos que essa seja a causa dos ataques ao imperador. Assim,

A preocupação fundamental dos jornais, nessa época, é o fato político. Note-se: não é a política, mas o fato político. Ora, o fato político ocorre, então, em área restrita, a área ocupada pelos políticos, por aqueles que estão ligados ao problema do poder. Assim, nessa dimensão reduzida, as questões são pessoais, giram em torno de atos, pensamentos ou decisões de indivíduos, os indivíduos que protagonizam o fato político. Daí o caráter pessoal que assumem em campanhas a endeusar ou destruir o indivíduo (SODRÉ, 1996, p. 277).

Dessa maneira, o *Diário de Notícias* justifica o uso da Guerra do Paraguai para as manobras políticas. Segue a passagem abaixo:

A solução  
E com o rubor nas faces que vamos traçar estas linhas.  
Que éramos oprimidos já o sabíamos, mas nunca suspeitamos que se ousasse  
juntar tanto escárnio pelo ministério!  
Está hoje infelizmente mais que averiguado e patente que quando ele  
mandou os seus janirazos da imprensa embocar em tuba guerreira não tinha  
em mente a defesa da honra nacional, só tratava de argumentar e aperfeiçoar  
os recursos da funesta ditadura com que nos está esmagando e arruinando.  
A grande celeuma levantada pelas vozes mercenárias dos articulistas  
ministeriais só tinha por fim ameaçar a uns com o fantasma da guerra, a cujo  
pretexto tantos vexames, tantas perseguições os governos costumam praticar,  
a outros anunciar (...).<sup>70</sup>

O periódico descreve a vergonha que está sentindo ao publicar as constatações que se seguem, criando um clima emocionalmente apelativo para convencer o leitor dos argumentos.

<sup>70</sup> Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 2 de Jul. 1872. BN/RJ.

Aponta que a monarquia sempre reprimiu o povo, porém estão surpresos, já que infelizmente se comprovou que o governo imperial foi capaz de se aproveitar de uma situação de guerra para fazer os intelectuais dos jornais manipular o espírito guerreiro patriótico, justificando ser em defesa da honra nacional. Para o jornal, isso era um exemplo da “ditadura” que se vivia, pois o imperador estava usando da imprensa para controlar a liberdade de expressão a seu favor; o que era um traço característico de um governo ditatorial, manipular os meios de comunicação.

Destaca ainda as discussões travadas pelos ministeriais que já foram financiados por D. Pedro II, usando do fantasma da guerra<sup>71</sup> para amedrontar a população a aceitar passivamente as justificativas tomadas durante o conflito e posteriormente. Com isso, percebemos os esforços do governo imperial de criar uma representação em torno da Guerra do Paraguai e da identidade de outrora para usufruir do evento como legitimador do nacionalismo atrelado à monarquia. Para Arnelle Enders, o conflito platino “fornecia batalhões de glórias militares, de mortes prematuras e trágicas, de mártires para a pátria e para o imperador” (ENDERS *apud* ARAÚJO, 2012, p. 254).

Logo, concluímos que, para a afirmação dessa memória coletiva que vinha sendo forjada em toda constituição do Estado nacional brasileiro, D. Pedro II utilizou a ideologia identitária iniciada na Guerra do Paraguai delegando essa função aos intelectuais e tendo como instrumento os jornais da época, que criavam símbolos. Entretanto, para que o povo se identificasse com essa representação, era preciso algo mais concreto, que pudesse transparecer essa identidade nacional despontada com o conflito.

Assim, para alguns países platinos, o sentido da guerra foi transformado em memórias ou em cerimônias para a afirmação do nacional. O que vemos no Brasil Império, através das análises das fontes periódicas, foi que o discurso utilizado girava principalmente em torno da figura do líder que pelo amor à pátria não tinha medo de visitar os campos de batalha ou andar em meio ao povo como um cidadão comum para instigar o sentimento patriótico dos demais.

O que nos parece fragilizar essa legitimidade é o uso de símbolos que não foram capazes de tocar verdadeiramente a alma e o coração do povo naquele momento. Tanto pelas brigas político-partidárias, numa luta simbólica em torno de seu poder, como lugares de memória que pudessem ser associados ao evento. O esquecimento da guerra era também desejo dos políticos conservadores que não queriam exaltar os generais ligados ao partido

---

<sup>71</sup> Acreditamos que a expressão é usada devido já se fazer 2 anos do fim da guerra.

liberal, preferiam o esquecimento que era sinal de permanência e da tranquilidade de seus poderes. (RODRIGUES, 2009, p. 28).

À vista disso, mesmo o Império despontando com uma forte influência na região platina ao fim da guerra, acarretando numa autoafirmação no poder e na autoridade de D. Pedro II ou as concessões de medalhas, pensões e terras, como foi observado no *Jornal Diário do Povo* do dia 10 de Julho de 1867, não possibilitou solidificar uma ideia unionista de nacionalidade. Vemos prevalecer, durante esse período, identidades políticas múltiplas sendo acionadas conforme interesses, tanto por parte de D. Pedro II ou pelo o Barão de Mauá, como retratamos no primeiro capítulo, como também pelo povo.

Segundo o pesquisador Tiago Gomes (2012), muitos voluntários foram à guerra motivados por interesses particulares que em nada lembrava o patriotismo. Mas usando-o como pano de fundo. Deste modo, o despertar de um sentimento de identidade nacional legítimo que acabava repercutindo nos periódicos, dualizava nos campos de batalhas. Ora motivados de vingar a honra nacional ultrajada, ora buscando prestígio social pós guerra.

Como vemos na publicação do *Jornal do Comércio* do dia 22 de Março de 1870, edição 80, na sessão correspondências. Segue a transcrição:

O Brasil acha-se completamente vingado, e deu ao mundo prova de inexoadível constância no empenho de obter desagravo. Nesta luta de 5 anos diversas peripécias concorreram capazes de abalar está constância; o Imperador, porém, tinha fé no pundonor nacional, e este inspirou os mais belos rasgos de patriotismo. (...).<sup>72</sup>

Se o projeto legitimador de D. Pedro II, usando da identidade despontada na guerra para dar estabilidade à monarquia, não surtiu o efeito esperado no primeiro momento, posteriormente todas as estratégias simbólicas atreladas ao Império serão resgatadas como forma de consolidar o novo regime no imaginário coletivo. A julgar por a população não se identificar com a nova ordem.

A representação criada acabou separando dois corpos por uma única cabeça, na medida que suas estratégias com a Guerra do Paraguai reafirmaram a identificação do povo com o monarca, mas não com a mesma intensidade que ele pretendia para a instituição monárquica se manter estável. Na sua comunidade imaginada, era sem dúvida sinônimo de poder e autoridade, porém não mais compatível com as aspirações da nova elite e dos militares que

---

<sup>72</sup> *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 22 Mar. 1870. BN/RJ.

indiretamente ajudaram no processo de criação de uma identidade como grupo, devido à campanha militar.

Portanto, a identidade como estratégia política foi um projeto que possibilitou uma integração da população tendo a Guerra do Paraguai como elo, pois permitiu uma identificação coletiva estimulada pelos apelos ideológicos dos jornais. Contudo, não foi sólido o bastante para manter o monarca no poder, ao articular e tentar tornar tangível uma cultura nacional. Visto que sem identidade não há nação, e a primeira necessita um período de tempo prolongado para surgir e, sobretudo, consolidar-se. Não é em vão que a identidade se ergue sobre a memória (CAL, 2001, p. 272-273). Por sua vez, o empenho do imperador na difusão desse nacionalismo não passou despercebido nos valores da cultura, criou raízes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As estratégias políticas do Império, a partir dos discursos das cartas e jornais em torno da Guerra do Paraguai (1864-1870), a qual foi tema central das discussões propostas, revelaram vários enlaces que se passavam na região do Prata antes dessa apropriação do Império como uma cultura nacional.

No primeiro capítulo percebemos através das fontes, que a memória da guerra nos dias atuais no Paraguai, carrega o peso da historiografia tradicional que culpa a Inglaterra imperialista, causando o atraso econômico vivido pela população no século XXI. Já no Brasil, a nova historiografia da guerra, encontrou os motivos para o início do conflito nos problemas fronteiriços da região do Prata e no processo de formação dos Estados Nacionais dos mesmos.

Através das análises das cartas emitidas pelo Barão de Mauá e seu livro autobiográfico, percebeu-se sua influência estratégica no Prata. Seu discurso patriótico emerge como uma mudança nos valores que intermediam as relações de poder: a ideia de Nação. Um indivíduo que se enxerga como um cidadão político parte de um povo e não mais ligado a um sentimento de continuação do Império português.

O discurso patriótico de Mauá foi usado na política imperial como um instrumento catalizador da política externa. Observamos no decorrer das fontes que, enquanto D. Pedro II ganhava um aliado e tentava pôr fim aos problemas de fronteiras, Mauá adquiria prestígio frente ao monarca, sendo o que mais intencionava. Concluímos, ao fim do capítulo, sobre as ações diplomáticas e estratégias traçadas por Mauá e o Império, as quais tencionavam manter a força do Brasil na região do Prata evitando futuros embates, porém, tomando medidas precavidas como a ordem da construção da fábrica de pólvoras em Mato Grosso ainda em 1863, o que facilitaria as operações se, porventura, uma guerra ocorresse na região, como vimos no documento analisado da Secretaria de Estado dos Negócios de Guerra.

As análises dos periódicos do segundo capítulo, possibilitou compreendermos os confrontos ideológicos liderados pelos que defendiam a monarquia como forma legítima de governo e os que a viam como atraso para o progresso do Brasil. Com isso, a guerra era evidenciada para atacar as medidas tomadas pelo monarca. As fontes jornalísticas expostas, nos mostrou o funcionamento das disputas político-partidárias entre conservadores e liberais, usando a guerra como pano de fundo.

A cultura nacional era influenciada pelos periódicos, tendo em vista que, ao mesmo tempo, estes fortaleciam e desestabilizavam o poder e a autoridade do monarca. Descobrimos pelas análises, o empenho que os jornais possuíam na manipulação de uma ideologia estatal a

fim de submeter as pessoas ao pensamento de um grupo social como legítimo, no caso a justificação da guerra atrelada a um sentimento nacional.

A oposição que se formava só reivindicava os poucos privilégios concedidos dentro do governo imperial. Assim, concluímos não existir, pelo menos no início da guerra e logo após, uma total aversão à monarquia, pois era somente uma forma maquiada dos opositores atraírem a atenção do imperador, usando desse grande evento para forjar mecanismos com o intuito de conseguirem uma maior participação e, conseqüentemente, maior influência política perante à sociedade.

Através do estudos desenvolvidos por autores latinos como: Chiaramonte, Bethell, Gonzáles Laurino, entre outros, foi discutido ainda no capítulo dois a emergência do nacionalismo na região platina do século XIX. Identificou-se que, os países platinos assim como o Brasil, usaram o sentimento de identificação nacional como estratégia para legitimar os Estados Nacionais em formação. A Guerra do Paraguai foi um evento importante na medida que, aflorou as discussões em torno do que seria o pertencimento a uma pátria através das relações construídas dentro e fora dos campos de batalhas, estimuladas pela ideologia disseminada nos jornais.

Os intelectuais forjavam discursos imbuídos em representações simbólicas na tentativa de homogeneizar o imaginário coletivo com elementos de afirmação identitária, tais como: criação de uma história nacional, heróis, monumentos e datas comemorativas que rememorassem e construíssem lugares de memória.

Em vista disso, entendemos que o Paraguai e o Brasil tiveram a busca da consolidação nacionalista por meio dos discursos travados pelos intelectuais nos periódicos, ambos durante o processo da Guerra do Paraguai e, no caso do Brasil, a apropriação continuou no pós-conflito.

A discussão proposta no capítulo três, permitiu reconhecer o papel do Instituto Histórico Brasileiro na construção do discurso dos intelectuais na ideologia nacionalista do Império. Que atrelada aos periódicos em circulação, movimentaram o debate sobre a cultura nacional. A Guerra do Paraguai foi o evento com mais indícios de uma identificação do povo com sua pátria, promovendo dessa forma, forjar atributos para uma afirmação identitária atrelada a uma narrativa histórica já proposta pelo IHGB e um acontecimento dramático que evocasse os laços de comunidade.

Demonstramos, através dos jornais, os discursos apelativos dos intelectuais valendo-se da guerra para instigar o sentimento patriótico e legitimar as ações do Imperador, este usado também como símbolo de um ideal nacionalista. A representação simbólica criada durante o

conflito e após ele reforçaram os laços de unidade, no entanto, apesar dos esforços dos intelectuais, a estabilidade da monarquia proposta por D. Pedro II com o discurso da guerra não trouxe o fôlego necessário.

Nossa hipótese de que, D. Pedro II usou a Guerra do Paraguai como afirmação identitária para dar concordância e estabilidade a monarquia, pode ser justificada com a publicação do Jornal *Diário de Notícias* do dia 2 de Julho de 1872. O periódico deixa claro que está mais que comprovado do monarca influenciar a imprensa, se aproveitando de um momento de guerra para manipular um sentimento patriótico através da “defesa da honra nacional”, segundo o periódico, não passava de um argumento para reforçar os recursos da “ditadura” que se vivia. Reconhecemos, por tanto, o papel do Imperador como o de articular os intelectuais na construção desse discurso nos jornais.

Os resultados obtidos a partir do cruzamento das fontes dos capítulos foram: 1. O Brasil buscou a consolidação nacionalista por meio dos discursos dos intelectuais retratados nos jornais durante e após a Guerra do Paraguai; 2. A figura do Imperador era exaltada, assim como da Monarquia, tanto para legitimação do discurso nacionalista como também para enfraquece-lo; 3. Percebemos, identidades políticas múltiplas tanto de D. Pedro II, Barão de Mauá e do povo; 4. A representação forjada originou duas vertentes: a Guerra do Paraguai como elo integrador da população através dos apelos patrióticos dos jornais e a reafirmação da identificação do povo com o Imperador, porém, não com a mesma intensidade pretendida para a instituição monárquica manter a consolidação nacional por meio de uma identidade.

A pesquisa em questão pôde contribuir para a historiografia da Guerra do Paraguai pela relevante discussão bibliográfica e análise documental de fontes pouco exploradas, propondo questões inovadoras sobre o tema ao lançar um novo olhar sobre o evento como uma estratégia política na construção discursiva da identidade nacional. Assim, instigando futuros debates sobre a assimilação desse discurso identitário na memória coletiva da Nação.

## REFERÊNCIAS:

### Fontes:

#### 1. Biblioteca

- Diário do Povo*, Rio de Janeiro, 13 jul. de 1867. BN/RJ.
- Diário do Povo*, Rio de Janeiro, 17 jul. de 1867. BN/RJ.
- Jornal A Reforma*, Rio de Janeiro, 03 mar. 1870. BN/RJ.
- Jornal A Regeneração*, Santa Catarina, 26 jan. 1870. BN/RJ.
- Jornal Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 2 jul. 1872. BN/RJ.
- Jornal Diário de São Paulo*, São Paulo, 08 de ago. 1865. BN/RJ.
- Jornal Diário de São Paulo*, São Paulo, 09 de ago. 1865. BN/RJ.
- Jornal Diário de São Paulo*, São Paulo, 13 de ago. 1865. BN/RJ.
- Jornal D. Pedro II*, Rio de Janeiro, 15 de set. 1871. BN/RJ.
- Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 20 jan. 1870. BN/RJ.
- Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 22 mar. 1870. BN/RJ.
- Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 10 jan. 1870. BN/RJ.
- Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 16 jan. 1870. BN/RJ.
- Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 22 mar. 1870. BN/RJ.
- Jornal o Conservador*, Minas Gerais, 24 mar de 1870. APM/MG.

#### 2. Manuscritos

##### 2.1. Arquivo Nacional

###### 2.1.2. Códice 547 de Guerra

- Secretária de Estado dos Negócios da Guerra, nº 3003 de 1863

##### 2.1. Fundação Biblioteca Nacional

###### 2.1.2. Carta

- Correspondência do Barão de Mauá a José Maria Paranhos (23/09/1868)

###### 2.1.3. Carta

- Correspondência de Francisco Octaviano de Almeida Rosa ao Barão de Penedo (14/11/1868)

## 2.1.4 Carta

- Correspondência de Francisco Octaviano de Almeida Rosa ao Barão de Penedo (07/09/1868)

## 2.2. Museu Imperial

## 2.2.2. Carta

- Correspondência do Barão de Mauá a Manuel Antônio da Rocha Faria (08/10/1861)

**Bibliográficas:**

ABREU, Marcelo de Paiva; LAGO, Luiz. Aranha Correa do. *A economia brasileira no Império, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Departamento de Economia, 2010.

AFONSO, Bruna Reis. Usos do passado: A história da Guerra do Paraguai nos manuais didáticos durante o Regime Militar no Brasil e Stroessener no Paraguai. *Revista História e Diversidade*, Mato Grosso, v.5, n. 2, p. 71-85, semestral 2014.

ALAMBERT, Francisco. Civilização e Barbárie, História e Cultura: Representações literárias e projeções da Guerra do Paraguai nas crises do Segundo Reinado e da Primeira República. In: MARQUES, Maria Eduarda Castro (Org.). *Guerra do Paraguai: 130 anos depois*. 2.ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

ALENCASTRO, Afonso de; LIBBY, Douglas. *A economia do Império brasileiro*. São Paulo: Atual, 2004.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. New Jersey: Princeton University Press, 1963.

ALONSO, Angela. *Ideias em Movimento: A Geração 1870 na crise do Brasil – Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

ANTONELLI, Diego. Feridas Abertas da Guerra do Paraguai. *Jornal Gazeta do Povo*, Santa Catarina, 15 de Dez. 2014. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/capa/sem-titulo-bhjygnndni2qtm1qb6ahemb4tg/>> Acesso em: 11 de Abr. de 2016.

ANTÔNIO, Edna Maria Matos. O Constitucionalismo brasileiro na cultura política da independência: a capitania de Sergipe. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, n.44.1, 2014. Disponível em: <<http://revistaihge.org.br/index.php/revista/article/view/64>> Acesso em: 10 Out de 2017.

ARAÚJO, Tiago Gomes. *A identidade nacional brasileira na Guerra do Paraguai (1864-1870)*. 2012. 283f. TESE (Doutorado em História Social) – Universidade de Brasília, UnB, 2012.

BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica: História da imprensa brasileira*. 5ª ed. Rio de Janeiro: MauadX, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi* / Zygmunt Bauman; Tradução, Carlos Alberto Medeiros – Rio de Janeiro, 2005.

BESOUCHET, Lídia. *Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata*. 2.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean – Pierre e Sirinelli, Jean – François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

BETHELL, Leslie. *História da América Latina*. Tomo VI. Barcelona: Crítica, 1991.

BOBBIO, Norberto, MATTENCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 7ª ed. Brasília: UnB, v. 2. 1995.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

BOURDIEU, Pierre. “Sobre o poder simbólico”. In: *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BOURTON, Richard. *Cartas dos campos de batalha do Paraguai*. Tradução de José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.

BRASIL. Decretos de 1867. *IPi incidente sobre os produtos que menciona*, Rio de Janeiro, RJ, 1867. Disponível em: < <http://www6g.senado.leg.br/busca/?portal=Atividade+Legislativa&q=leis+de+maio+de+1867&ano=1867>> Acesso em: 26 de nov. de 2018.

BREWILLY, John. Abordagens do nacionalismo. In: BALAKRISHANAN, Gopal (Org). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 155-184.

BURKE, Peter. *O que é história cultural*: RJ: Zahar, 2008.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 5., 1969, Campinas. Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. Portos, rotas e comércio. São Paulo: FFLCH-USP, 1971, v. 2. p. 239. Respostas às intervenções dos simposistas.

CAL, Modesto Guillermo Gayo. El origen de las naciones Y los nacionalismos en la obra de Anthony d. Smith y el papel de la política: Una perspectiva diacrónica. *Revista de Estudios Políticos* (Nueva Época). n. 114, p. 251-256, octubre-diciembre de 2001.

CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. Editora Contexto: São Paulo, 1988.

CARDOSO, Vanessa Clemente. A Polêmica História Nova do Brasil: Um Projeto de Vanguarda derrotado politicamente. *História e Ensino*, Londrina, v. 22, n. 1, p. 127-54, Jan /Jun. 2016.

CARVALHO, José Murilo de (Cord.). *A Construção Nacional: 1830-1889*. Rio de Janeiro: objetiva, 2014. v.2.

CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*; Coordenação Elio Gaspari e Lilia M. Shwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados*. Escritos de História e Política. BH: Ed UFMG, 1998, p.235.

CARVALHO, José Murilo de. História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topio*, Rio de Janeiro, n.1, p. 123 – 152, 2000.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: *A escrita da história*. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

CHARTIER, Roger. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: *Estudo avançados*. São Paulo, v.5, n. 11, 1991.

CHIARAMONTE, José Carlos. El mito de los orígenes en la historiografía latinoamericana. *Cuadernos del Instituto Ravignani*, n. 2. Buenos Aires: Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani, 1991.

CHIAVENNATO, Júlio José. *Genocídio Americano: a verdadeira história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

COTA, André Guerra. *Correspondência pessoal como fonte histórica e musicológica*. Disponível em: <<http://www.seer.unirio.br/index.php/coloquio/article/viewFile/132/93>> Acesso em: 21 de Jul de 2017.

CUCHE, Denys. *A nação de cultura nas ciências sociais*. Tradução Viviane Ribeiro. 2.ed. Bauru: EDUSC, 2002.

DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DORATIOTO, Francisco. Guerra do Paraguai. In: MAGNOLI, Demétrio. (org). *História das Guerras*. São Paulo: Contexto, 2008.

DORATIOTO, Francisco. “História e Ideologia: a produção brasileira sobre a Guerra do Paraguai”, *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [Online], Colóquios, publicado em 13 de janeiro de 2009. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/nuevomundo/49012>>. Acesso em: 22 de Fev. 2019.

DUTRA, Eliana R. de Freitas. *História e Culturas Políticas: Definições, usos, genealogias. Varia História*, Minas Gerais, n. 28, p. 13-28, dez 2002.

EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: UNESP, 1991.

ELSENBERG, José. Patriotismo e gênero na tradição do pensamento político moderno: uma genealogia. *Revista USP*, São Paulo, n.59, p. 22-35, setembro/novembro 2003.

ENDERS, Arnelle. O Plutarco brasileiro: a produção de vultos nacionais no Segundo Reinado. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC – Fundação Getúlio Vargas.

ESCOBAR, Ticio. A Gravura Popular, outra imagem da guerra. In: MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães Marques (Org.). *Guerra do Paraguai 130 anos depois*. 2 ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

FERNANDES, Eurico da Silva. A “invenção” do Paraguai: história, projetos e intelectuais na construção da nação paraguaia (1870-1935). Maringá, 2006 (dissertação de mestrado em história). Universidade Estadual de Maringá – UEM.

FERRAZ, Sérgio Eduardo. A dinâmica política do Império: instabilidade, gabinetes e Câmara dos Deputados (1840-1889). *Rev. Sociol. Polit.* [online]. 2017, vol.25, n.62, p.63-91.

FILHO, Afonso de Alencastro Graça; LIBBY, Douglas Cole. *A economia do Império Brasileiro*. São Paulo: Atual, 2004.

FIORIN, José Luíz. Língua, discurso e política. *ALEA*. Rio de Janeiro, v.11, n. 1, p. 148-165, jan/jun. 2009.

GELLNER, Ernest. *Nações e Nacionalismo*. Lisboa: Gradativa, 1993.

GIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos: O Estado Nacional e o Nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

GONZÁLEZ LAURINO, Carolina. *La construcción de la identidad uruguaya*. Montevideo: Taurus: Universidad Católica, 2001.

GUELLNER, Ernest. *Nações e Nacionalismo*. Lisboa: Editora Gradiva, 1993.

GUERRA, François Xavier. *Modernidade e Independências: Esayos sobre las revoluciones hispánicas*. Madrid: Mapre, 1992.

GUIMARÃES. Lúcia Maria Paschoal. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, a 156, n. 388, p. 459-613, jul./set. 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº. 1, 1988, p. 5-27.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo (org). *Nação e cidadania no Império: Novos Horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, Antônio. Apontamentos para uma introdução e uma iniciação ao estudo da filosofia e da história da cultura; Apontamentos e notas para um conjunto de ensaios sobre a história dos intelectuais. In MONASTA, Attilio. *Antônio Gramsci*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massagana, 2010, p. 69 – 91 e p. 92 – 99.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós- Modernidade*. Tradução: Tadeu da Silva. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOBSBAWN, ERIC J. *Nações e Nacionalismo desde 1870: programa, mito e realidade*. Tradução de Maria Celia Paoli, Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HEUGUEROT, Cristina. Uruguai: identidad y nación en construcción. *Estudios Ibero-americanos*. PUCRS, v. XXXIII, n. 2, p. 76-89, dezembro 2007.

JANEIRO, Rio de (1977). *Dom Pedro II e a Cultura*, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. p. Do. 197–1952.

JÚNIOR, Caio Prado. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

KARASIK. Gabriela. Tras la genealogia del diablo: discusiones sobre la nación y el Estado em la frontera argentino-boliviana. In: *Fronteras, naciones e identidades: la periferia como centro*. Buenos Aires: La Crujiá, 2002.

LUCA, Tânia de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1999, p. 19.

MENEZES, Alfredo da Mota. *Guerra do Paraguai: como construimos o conflito*. São Paulo/ Cuiabá: Contexto/ Editora da UFMT, 1998.

MAESTRI, Mário. A Guerra contra o Paraguai: História e Historiografia: da instauração à restauração historiográfica [1871-2002]. “La Guerra del Paraguay: historiografías, representaciones, contextos”. Buenos Aires – 3 de novembro de 2008. V Encuentro Anual del CEL. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/091/91maestri.htm>> Acessado em: 05 Ago de 2016.

MAGNOLI. Demétrio. *O Corpo da Pátria: Imaginação Geográfica e Política Externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: UNESP: Moderna, 1997.

MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (Org.). *Guerra do Paraguai: 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1995.

MARQUESE, Rafael; TOMICH, DALE. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: GRINBERG, Keira; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial*. v.3. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2010.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. A Velha Arte de Governar: o Conselho de Estado no Brasil Imperial. *Topoi*, v. 7, n.12, jan-jul 2006, p. 178-221.

MORENO, Jose Carlos. Revisitando o conceito de Identidade Nacional. In: RODRIGUES, CC., LUCA, TR., and GUIMARÃES, V., orgs. *Identidades brasileiras: composições e recomposições* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, p. 17. Desafios Contemporâneos collection. ISBN 978-85-7983-515-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

MENESES, Gerson Galo Ledzma. Identidade Nacional En El Uruguay Del Centenario, 1919-1930: Disputa por el “verdadero” lugar de La memória. *Revista Emboral*. UNILA, Brasil. v.2, n. 3, 2011.

MESZÁROS, Istvan. *O poder da ideologia*. São Paulo: Editora Ensaio, 1996, p. 28.

MOTA, Carlos Guilherme. História de um silêncio: a guerra contra o Paraguai (1864-1870) 130 anos depois. *Estud. av.* vol.9 no.24 São Paulo May/Aug. 1995. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141995000200012>> Acessado em: 15 Mar. 2018. NESPOLI, José Henrique Songolano. Cultura Política, História Política e Historiografia. *História e Cultura*, v. 4, n. 1, p. 361-376, mar 2005.

NASCIMENTO, Valdir Aragão do. O Periodismo e a Construção da Identidade Nacional Paraguaia no Decurso e no Pós – Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). *Fronteiras: Revista de História*. v.18, n. 31, p. 393 – 414, Jan. / Jun. 2016.

NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares.” *Projeto História*. São Paulo, n.10, dez. 1993.

OLIVEIRA, Maria Edith Maroca de A. R. O Indianismo Alencariano e a Narrativa da Formação Nacional. *Graphos*, João Pessoa, v. 7, n. 21, p. 135-139, 2005.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PIZARRO, Mar Langa. La guerra de la Triple Alianza en la literatura paraguaya. Le Paraguay à l'ombre de ses guerres. Paris MAL-EHESS-IEP 17-19 novembre 2005. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/index1623.html#ftn9>> Acesso em: 05 Ago de 2016.

POMER, León. *Guerra do Paraguai: a grande tragédia rioplatense*. 2 ed. São Paulo: Global Editora, 1981.

PROCHASSON, Christophe. “Atenção: Verdade!”: Arquivos Privados e Renovação das Práticas Historiográficas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.11, n.21, p.105-119, 1998.

QUIJADA, Mônica. Nación y territorio: la dimension simbólica del espaço em la construcción nacional argentina: Siglo XIX. *Revista de Indias*, vol LX, n. 219, 2000.

RAMOS, Rui Mateus. *A Visão do Barão de Mauá sobre a Política Externa Brasileira no Rio da Prata: 1850-1855*. 2009. 126f. DISSERTAÇÃO (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas de Passo Fundo, IFPF, 2009.

REIS, Maria de Lourdes. *Imprensa em tempo de Guerra: O Jornal o Jequitinho e a Guerra Paraguai*. 4.ed. Belo Horizonte: Cuatiara, 2008.

RIVAS, Ricardo Alberto. El origen de la nación y los historiadores lationamericanos. Latinoamericanos [En línea]. Cuadernos del CISH, 1(1). Disponible en:[http://www.fuentesmemoria.fahce.unlp.edu.ar/art\\_revistas/pr.2491/pr.2491.pdf](http://www.fuentesmemoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.2491/pr.2491.pdf)

RODRIGUES, Marcelo Santos. *Guerra do Paraguai: os caminhos entre a comemoração e o esquecimento*. 2009. 338f. TESE (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, USP, 2009.

ROMERO, Sílvio. História da Literatura Brasileira. Rio de Janeiro: José Olímpico, 1943. *apud*: SOUZA, Ricardo Luiz de. Método, raça e identidade nacional em Sílvio Romero Disponível em: <[www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/download/2193/1671](http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/download/2193/1671)> Acessado em: 22 de Jul de 2016.

SALES, Thiago Rabello. *Guerra do Paraguai: Controvérsias da Historiográfica sobre a causa do conflito*. Ouro Preto, 1-8, 2004.

SALLES, Ricardo, *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia Spíndola Silveira Truzzi. História & Documento e método de pesquisa. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca dos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

SCHEIDT, Eduardo. A construção de fronteiras na Região Platina pela historiografia do século XIX e princípios do século XX. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH: São Paulo, julho 2011.

SMITH, Anthony D. *Nacional Identity*. Penguin Books: England, 1991.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: MauadX, 1996.

SOUSA, Irineu Evangelista de. *Exposição do Visconde de Mauá aos Credores de Mauá e Cia*. Rio de Janeiro: 1878.

SQUINELLO, Ana Paula. A Guerra do Paraguai e suas interfaces: memória, história e identidade em Mato Grosso do Sul. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Coloquios, 2009. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org>>. *A Guerra do Paraguai essa desconhecida...*: ensino, memória e história de um conflito secular. Campo Grande: UCDB, 2002.

STOPPINO, Mario. “Autoridade” e “Poder”. In: BOBIO, Noberto. *Dicionário de política*. Brasília, DF: EDUNB, 1986.

TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estados europeus: 990-1992*. Tradução: Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: EDUSP, 1992.

VERSEN, Max Von. *História da Guerra do Paraguai*. Belo Horizonte/ São Paulo: Editora Itatiaia/ Editora da USP, 1976.

WHIGMAN, Thomas. Silva Paranhos e a origem de um Paraguai pós López (1869). *Diálogos* (Maringá. Online), v. 19, n.3, p. 1085-1119, set.-dez./2015.

ZARUR, George de Cerqueira Leite. *Tragédia Étnica*. Disponível em: <[www.stf.jus.br/arquivo/cms/.../anexo/Zarur\\_A\\_TRAGEDIA\\_ETNICA.doc](http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/.../anexo/Zarur_A_TRAGEDIA_ETNICA.doc)> Acessado em: 05 de Abr. de 2018.